

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC

PAULA NORMANDIA MOREIRA BRUMATTI

**ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS, *WHALE WATCHING*, NA COSTA
DA BAHIA, BRASIL.**

ILHÉUS – BAHIA

2008

PAULA NORMANDIA MOREIRA BRUMATTI

**ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS, *WHALE WATCHING*, NA COSTA
DA BAHIA, BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Cultura & Turismo, da Universidade Estadual
de Santa Cruz – UESC, como requisito à
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Henrique Tomé da
Costa Mata

ILHÉUS – BAHIA

2008

PAULA NORMANDIA MOREIRA BRUMATTI

**ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS, *WHALE WATCHING*, NA COSTA
DA BAHIA, BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Cultura & Turismo, da Universidade Estadual
de Santa Cruz – UESC, como requisito à
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr^o Henrique Tomé da
Costa Mata.

Ilhéus-BA, ___/___/2008

Henrique Tomé da Costa Mata – Prof^o Dr^o.
UESC - BA
(Orientador)

Maria Emília Morete – Dr^a.

Moema Maria Badaró Cartbani Midlej – Prof^a Dr^a.
UESC- BA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas
que acreditam num mundo melhor.
Em especial a minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente às baleias por serem seres fascinantes e encantadores e que permitem a milhares de pessoas conhecer um pouco mais dos mistérios da vida.

Agradeço imensamente a minha família, pais e irmãs, que sempre me apoiaram, financeiramente e emocionalmente, e acreditaram no meu trabalho, nos meus sonhos e nas minhas loucuras. Obrigada por terem compartilhado comigo muitos momentos de alegria que este trabalho me proporcionou.

Ao Instituto Baleia Jubarte e a todos seus colaboradores, de Caravelas e Praia do Forte, que me deram a oportunidade de estar em contato com as baleias e me ajudaram em todos os sentidos a realizar este trabalho: Verinha, Betânia, Fabinho, Ataíde, Renato, Sandra, Kátia, Léo, Marcos, Lixinha, Vavá, Anselmo, Valmário, Valério, Luciana, Tati, Luena, Barata, Fábio... Meus sinceros agradecimentos à Márcia, ao Eduardo, ao Lucian, ao Kid, ao Milton, ao Enrico e ao Sérgio pelo apoio e atenção. Agradeço imensamente à Maria Emília Morete e à Cristiane Martins que desde o início me incentivaram e foram responsáveis por grandes ensinamentos. Sem vocês eu não teria chegado aqui! Muito obrigada a todos os estagiários – Lucas, Bruna, Luana, Marília, Carol, Mauro - que me ajudaram na aplicação dos questionários e foram meus companheiros de trabalho.

Muito obrigada a todos meus amigos de Caravelas, em especial às minhas grandes e eternas amigas Mariana, Flávia, Cláudia, Jaqueline e Pricila pelas conversas, risadas, choros, conselhos e, principalmente, pela hospedagem. Com certeza vocês tornaram meus dias em Caravelas muito mais felizes!!

Aos meus inúmeros e grandes amigos de Campinas, que por mais distantes fisicamente, estiveram sempre presentes.

Agradeço pela colaboração e amizade a todos os mestres e marinheiros que tornaram os passeios muito mais seguros e agradáveis. A todas as agências de turismo, seus proprietários e funcionários, e aos proprietários das embarcações que garantiram o desenvolvimento desta pesquisa, confiaram no meu trabalho e por respeitarem as baleias!!!

Agradeço ao Chefe do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Marcelo Lourenço, pela colaboração e atenção.

Agradeço a todos os turistas que tiveram a oportunidade de participar da observação de baleias comigo, pela troca de experiências, pelas dicas, pelas perguntas, pelos agradecimentos e pelo reconhecimento do nosso trabalho e àqueles que dispuseram do seu tempo para responder aos questionários.

Meus agradecimentos, de todo o meu coração, Artur, por estar sempre ao meu lado, mesmo com a distância, por sua paciência, compreensão e apoio. À sua família que me ajudou muito na fase final deste trabalho.

Agradeço imensamente todo o corpo docente do Mestrado de Cultura e Turismo da UESC pelos ensinamentos, aos coordenadores e funcionários do mestrado pela atenção, dedicação e profissionalismo. A todos meus amigos de Ilhéus pelos ótimos momentos que passamos e companheirismo. Mari, Malu, Fernanda, Eliza, vocês foram como irmãs para mim!

Agradeço à Fapesb (Fundação de Amparo a Pesquisa do estado da Bahia) pelo apoio financeiro, sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa.

E, por fim, agradeço imensamente ao meu orientador Tomé por acreditar no meu trabalho, por sua dedicação, disposição, paciência, e por seus ensinamentos.

ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS, *WHALE WATCHING*, NA COSTA DA BAHIA, BRASIL.

Autora: Paula Normandia Moreira Brumatti

Orientador: Henrique Tomé da Costa Mata

RESUMO

Diante da problemática desenvolvimentista do século XX, tornou-se evidente a preocupação mundial frente à exploração dos recursos naturais realizada pelos mais diversos setores da sociedade, dentre eles, o turismo. No entanto, as discussões ultrapassam as questões relativas à manutenção do patrimônio ambiental, partindo para a problemática referente ao bem estar social das mais diferentes populações contemporâneas e futuras. A partir deste momento, é evidenciada uma crescente demanda pelo turismo em áreas naturais e pelos lazeres e, conseqüentemente, o crescimento de formas alternativas de práticas turísticas, como o *Whale Watching*, ou o turismo de observação de cetáceos. A reocupação das áreas de reprodução pelas baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e o conhecimento de sua ocorrência estimularam, nos últimos seis anos, o interesse pelo desenvolvimento do turismo de observação de baleias na costa do estado da Bahia. Tendo em vista o potencial de crescimento do *Whale Watching* e possíveis contribuições associadas ao desenvolvimento da atividade como indutora do turismo local e regional, este trabalho tem como objetivo caracterizar e analisar as potencialidades econômicas, sociais e ambientais do segmento do turismo de observação de baleias na costa da Bahia, com um enfoque pontual em três localidades do estado - Praia do Forte (norte), Itacaré (sul) e Caravelas (extremo sul). As análises foram construídas a partir de pesquisas bibliográficas e fontes primárias de dados, obtidas através de entrevistas aos agentes sociais envolvidos do setor público, privado e terceiro setor, além de questionários aos turistas participantes da atividade, no ano de 2007. Para a valoração econômica ambiental, aplicou-se o método de custo de viagem. Em linhas gerais, o sucesso da atividade relaciona-se à responsabilidade sócio-ambiental das empresas turísticas, à participação constante do Instituto Baleia Jubarte e aos bons níveis de satisfação dos turistas. O desenvolvimento sustentável do turismo de observação de baleias na costa da Bahia depende da participação e articulação de todos os agentes sociais envolvidos, incluindo o poder público, as comunidades locais, e do planejamento turístico participativo da atividade.

Palavras-chave: *Whale Watching*, turismo, desenvolvimento sustentável, participação.

ANALYSIS OF THE POTENTIALITIES OF THE WHALE WATCHING' SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE COAST OF BAHIA, BRAZIL.

Author: Paula Normandia Moreira Brumatti

Adviser: Henrique Tomé da Costa Mata

ABSTRACT

The worldwide concern face the exploration of natural resources carried by the diverse sectors of society, amongst them the tourism, became more evident with problems created by the development process observed on the twenty century. However, the discussions exceeds questions related to the maintenance of the ambient patrimony, leading to problems referring to the welfare of the different populations, contemporaries and imminent. From this moment, an increase demand for leisure and tourism practices on natural areas is noted, creating new forms of tourism practices such as the Whale Watching. Studies of reoccupation of reproduction areas of the humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) and their occurrence in Brazilian waters have stimulated, in the last six years, the interest in developing Whale Watching activities in the coast of the state of Bahia, Brazil. Considering the potential and possible contributions of this activity to the development of local and regional tourism, this study aim to characterize and analyze the economic, social and environmental potentialities of this tourism segment, in three main locations of the Bahia coast - Praia do Forte (north), Itacaré (south) and Caravelas (extreme south). The analysis here presented, were generated based on bibliographical research, primary data collected from interviews with social agents from the public, private and third sectors, involved in this activity and questionnaires answered by tourists that have participated of the activities in 2007. In order to obtain the economic valuation of Whale Watching in this region of Brazil, the Travel Cost Method was applied. In summary, the success of the activity is related to the assumption of social and environmental responsibilities by business operators; the constant participation of the Institute Baleia Jubarte (Humpback whale Institute); and good levels of tourist satisfaction. Thus, the sustainable development of Whale Watching, in the coast of Bahia depends on the participation and communication of all social agents, including local communities and public institutions to provide an interactive tourism plan of the activity.

Key-words: *Whale Watching*, tourism, sustainable development, participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Zonas Turísticas do Estado da Bahia e suas motivações	24
Figura 02: Resultado da sobreposição das localidades litorâneas (e seu entorno) e da média dos índices de densidade da baleia jubarte na Costa Leste do Brasil	26
Figura 03: O crescimento do número de participantes da observação de cetáceos no mundo entre os anos de 1955 a 1998	69
Figura 04: Significância geral da viabilidade para o desenvolvimento futuro do <i>Whale Watching</i> em cada comunidade visitada, da costa Norte do Espírito Santo ao Norte do Estado da Bahia em 2004.....	82
Figura 05: Distribuição do fluxo de turistas em passeios exclusivos para observação de baleias nas localidades de Caravelas, Itacaré e Praia do Forte	84
Figura 06: Evolução do fluxo de turistas em operação de observação de baleias, segundo agência turística local, em Cumuruxatiba, no período de 2002 – 2005	86
Figura 07: Nacionalidade dos turistas observadores de baleias	102
Figura 08: Procedência dos turistas nacionais, por estados.	103
Figura 09: Procedência dos turistas estrangeiros	103
Figura 10: Classes de idade dos turistas observadores de baleias	104
Figura 11: Nível de escolaridade dos turistas observadores de baleias	105
Figura 12: Classes de renda dos turistas observadores de baleias	106
Figura 13: Grupos de viagem dos turistas observadores de baleias	106
Figura 14: Meios de hospedagem utilizados pelos turistas observadores de baleias	107
Figura 15: Transportes utilizados pelos turistas observadores de baleias	108
Figura 16: Motivo de viagem dos turistas observadores de baleias	109
Figura 17: Freqüência de visitação dos turistas observadores de baleias	109
Figura 18: Atrativos mais interessantes segundo os turistas observadores de baleias	110
Figura 19: Disponibilidade de retorno dos turistas às respectivas localidades	111
Figura 20: Participação dos turistas em atividades de observação de baleias	112
Figura 21: Principais meios de informação utilizados pelos turistas no TOB	113
Figura 22: Avaliação dos turistas sobre o preço pago no passeio de TOB	113
Figura 23: Avaliação dos turistas sobre o tempo de duração de passeios no TOB	114
Figura 24: Avaliação e expectativas dos turistas sobre de observação de baleias	115
Figura 25: Disposição a pagar dos turistas para observar baleias	116
Figura 26: Disposição dos turistas em colaborar para a conservação das baleias	116

Figura 27: Composição do valor econômico total de um recurso ambiental	128
Figura 28: Representação do excedente do consumidor	129
Figura 29: Função de demanda ajustada em forma logarítmica para o Turismo de Observação de Baleias na costa da Bahia	140
Figura 30: Estágios de desenvolvimento do <i>Whale Watching</i> nas localidades	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de turistas que realizaram os passeios exclusivos de observação de baleias, entre 2001 e 2007, nas três localidades: Praia do Forte, Caravelas e Itacaré	85
Tabela 2: Estimativa dos parâmetros da função de demanda em modelo linear pelo turismo de observação de baleias na costa da Bahia, no período de julho a novembro de 2007.....	134
Tabela 3: Estimativa dos parâmetros da função de demanda em modelo logarítmico na variável dependente, pelo turismo de observação de baleias na costa da Bahia, no período de julho a novembro de 2007	135
Tabela 4: Estimativa dos parâmetros da função de demanda em modelo duplo logarítmico nas variáveis dependente e independente, pelo turismo de observação de baleias na costa da Bahia, no período de julho a novembro de 2007.....	135
Tabela 5: Resultados de ajustamento definitivo do modelo Log-Log para análise dos fatores determinantes de tempo de permanência e valoração econômica do turismo de observação de baleias na costa da Bahia	140
Tabela 6: Estimativa da receita turística gerada pelos turistas que participaram da atividade de observação de baleias em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, em 2007	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição regional e potencialidades de ocorrência do turismo de observação de baleias costa da Bahia, em 2007	83
Quadro 2: O efeito multiplicador do TOB na costa da Bahia	153

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CENTROPEA	Centro de Pesquisa e Educação Ambiental
DAA	Disposição a aceitar
DAP	Disposição a pagar
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBJ	Instituto Baleia Jubarte
IFAW	International Fund for Animal Welfare
IWC	International Whaling Commission
MCV	Método de Custo de Viagem
MICT	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PETROBRAS	Indústria Petroquímica Brasileira
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
RESEX	Reserva Extrativista
SETUR	Secretaria de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TOB	Turismo de Observação de Baleias
TOC	Turismo de Observação de Cetáceos
UIPN	União Internacional para a Proteção da Natureza
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract	viii
Lista de figuras.....	ix
Lista de tabelas.....	xi
Lista de quadros.....	xii
Lista de siglas	xiii
1. INTRODUÇÃO.....	16
2. ÁREA DE ESTUDO	23
3. METODOLOGIA	32
4. CAPÍTULO I - CULTURA, NATUREZA, SOCIEDADE E TURISMO	37
4.1 A relação entre homem e natureza no século XX	38
4.2 A história do ambientalismo: novos conceitos e valores	42
4.3 As influências do ambientalismo no turismo	49
5. CAPÍTULO II - O TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS	58
5.1 O turismo e suas implicações.....	59
5.2 Tendências atuais do turismo.....	64
5.3 O turismo de observação de baleias: da origem a expansão	66
5.3.1 A Caça.....	66
5.3.2 Os Cetáceos e o Turismo	68
5.3.3 A Baleia Jubarte e o Turismo.....	73
5.4 O turismo de observação de baleias na costa da Bahia	75
6. CAPÍTULO III - UMA CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS NA COSTA DO ESTADO DA BAHIA	78
6.1 Crescimento do turismo de observação de baleias na costa da Bahia	80
6.2 A dinâmica do TOB na costa da Bahia	87
6.2.1 O TOB em Caravelas	87
6.2.2 O TOB em Itacaré	92
6.2.3 O TOB na Praia do Forte	93
6.3 Perfil dos agentes sociais envolvidos no TOB	96
6.3.1 O Instituto Baleia Jubarte – IBJ	96
6.3.2 A participação das instituições públicas	99
6.3.3 A participação das comunidades locais	100
6.4 Caracterização da demanda real do turismo de observação de baleias	102
6.4.1 Tipificação dos turistas observadores de baleias quanto ao perfil sócio econômico.....	102
6.4.2 Tipificação dos turistas observadores de baleias quanto aos serviços turísticos demandados	106
6.4.3 Percepção e avaliação dos turistas sobre o TOB.....	111
6.4.4 Considerações sobre a demanda do TOB no litoral da Bahia.....	117
6.5 Perfil das empresas turísticas envolvidas com TOB.....	118

7. CAPÍTULO IV - A VALORAÇÃO ECONÔMICA DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS NA COSTA DA BAHIA: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTO DE VIAGEM	123
7.1 Introdução	123
7.2 A valoração econômica ambiental e o método de custo de viagem	126
7.3 Metodologia	130
7.4 Resultados e Discussões	134
7.5 Conclusões	143
8. CAPÍTULO V - ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS NA COSTA DA BAHIA	145
8.1 A evolução do TOB na costa da Bahia	145
8.2 Os impactos sócio-econômicos	151
8.3 Os impactos ambientais.....	156
8.4 Os impactos culturais	159
9. CONCLUSÕES.....	162
REFERÊNCIAS.....	170
ANEXO I – Questionário aplicados aos turistas participantes do TOB.....	179
ANEXO II – Questionários aplicados às empresas turísticas	185
ANEXO III – Roteiro de entrevista às empresas turísticas.....	188
ANEXO IV – Portaria nº 117 – IBAMA	189

1. INTRODUÇÃO

O turismo tem se apresentado, desde o período pós II Guerra Mundial, notadamente como um fenômeno econômico e social em grande expansão no mundo, considerado de grande relevância por sua interdisciplinaridade e capacidade de contribuir sensivelmente para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de amplas regiões, mas que tem, ao mesmo tempo, o potencial para degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos (WWF, 2003).

Diante da problemática desenvolvimentista, notoriamente iniciada na década de 70, tornou-se evidente a preocupação mundial frente à exploração dos recursos naturais realizada pelos mais diversos setores da sociedade, dentre eles, o turismo. No entanto, as discussões ultrapassam as questões relativas à manutenção do patrimônio ambiental, partindo para a problemática referente ao bem estar social das mais diferentes populações contemporâneas e futuras. Não cabe mais discutir isoladamente os problemas sociais, ambientais ou econômicos, uma vez que todos estão intimamente ligados e fazem parte do processo do desenvolvimento local e sustentável.

Desta maneira, considerando que a matéria-prima do turismo é o meio ambiente, passa-se a discutir a sustentabilidade nesta atividade. Assim tornou-se necessário pensar no desenvolvimento sustentável do turismo, definido segundo a *World Commission of Environment and Development* (1987 apud RUSCHMANN, 2001, p.10) como “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos

recursos pelas gerações futuras”. Mais adiante é elaborado o conceito de Turismo Sustentável, que passa a abranger a questão relativa à participação das comunidades locais.

“O Turismo Sustentável é uma atividade que reconhece a importância da comunidade local e preservação dos recursos naturais, históricos e culturais, a fim de maximizar os benefícios econômicos do turismo para esta comunidade no futuro, bem como no presente” (Organização Mundial do Turismo, OMT, 2003, p. 23).

Decorrente desta nova proposta e uma maior valorização dos turistas por lugares "ainda não explorados" e, conseqüentemente, de maior riqueza natural e cultural, ganharam destaque as atividades turísticas baseadas nos princípios do chamado ecoturismo, adotado, principalmente, pelas áreas naturais oficialmente protegidas como alternativa de exploração turística sustentável, o qual “prevê a utilização do patrimônio natural e cultural de forma sustentável, visando a formação de uma consciência ambientalista capaz de promover o bem-estar das populações envolvidas e a conservação destas áreas naturais” (BRASIL, 1994, p.18).

A partir deste momento, é evidenciada uma crescente demanda pelo turismo em áreas naturais e pelos lazeres e, conseqüentemente, o crescimento de formas alternativas de práticas turísticas (RUSCHUMANN, 2001; ROE et. al., 1997), uma vez que os turistas não mais se contentam somente com a contemplação da paisagem cênica, mas também procuram vivenciar emoções derivadas do contato direto com os elementos naturais e histórico-culturais do local visitado (COSTA, 2002).

É importante ressaltar que a crescente demanda por áreas naturais, bem como o contato direto com a natureza, está relacionada à idéia de natureza virgem, evidenciada na sociedade moderna, na qual a natureza transformou-se num objeto a ser reverenciado por parte do homem urbano, concretizando o mito da natureza intocada e intocável.

Uma das práticas turísticas desenvolvida coerente a esta proposta, foi o turismo de observação da vida selvagem, o qual pressupõe o uso dos animais em seu ambiente natural de forma sustentável e a geração de benefícios econômicos. Desta maneira, estes animais

tornaram-se um valioso recurso natural e atrativo turístico, podendo contribuir para sua própria conservação.

De acordo com Newlands (1997 apud ROE et. al., 1997), o *Whale Watching*, ou o turismo de observação de baleias, definido como a atividade comercial de observação de baleias, golfinhos e botos, compreendidos por cetáceos, em seu ambiente natural (IFAW¹, 1997), é o turismo que vem apresentando, internacionalmente, o mais rápido crescimento. Teve seu início marcado na década de 50, na costa da Califórnia, Estados Unidos (HOYT, 1995), e somente, a partir dos anos 80, com o estabelecimento da moratória de caça destes animais pela *International Whaling Commission* (IWC), tornou-se a principal maneira economicamente viável e sustentável de utilização de cetáceos (WOODS-BALLARD et. al., 2003).

Segundo as estimativas publicadas por Erich Hoyt (2001), esta atividade turística atrai cerca de 9 milhões de turistas por ano, envolve 87 países e territórios, gerando, aproximadamente, 1 bilhão de dólares em todo o mundo. Acredita-se que a combinação do carisma e forte apelo dos mamíferos marinhos, para as pessoas, e a facilidade de acesso às áreas costeiras permitem que o turismo de observação de baleias seja, internacionalmente, um negócio financeiramente viável e apresente este acelerado crescimento (CONSTANTINE, 1999). No entanto, isto gera uma certa preocupação quanto à conservação das espécies e o desenvolvimento desta atividade turística de forma sustentável.

Em geral, o *Whale Watching* ocorre, principalmente, em áreas cruciais de parte da história natural destes animais, como exemplo as rotas migratórias ou áreas de alimentação e reprodução, que tornam o encontro mais garantido (ROE et. al., 1997). Todavia, por representarem áreas de extrema importância para a sobrevivência das espécies, muitos estudos apontam a necessidade do planejamento e organização desta atividade turística, a fim de

¹ *International Fund for animal Welfare, IFAW.*

evitar impactos negativos de curto e longo prazo aos animais e seu ambiente natural, prover a educação e entretenimento dos participantes, colaborar com pesquisas científicas e gerar oportunidades de emprego e renda para as comunidades locais (EGAS, 2002). A soma destes fatores é que levará a sustentabilidade desse turismo e dos recursos naturais do qual depende.

No Atlântico sul ocidental, a principal área de reprodução das baleias jubarte, *Megaptera novaeangliae*, é o Banco de Abrolhos, localizado no Estado da Bahia, onde a espécie ocorre sazonalmente no período de julho a novembro (ENGEL, 1996; MARTINS et. al., 2001). Mais recentemente, esta população de jubarte demonstrou um aumento em sua distribuição, ocorrendo também na região norte do Estado (MÁS-ROSA et.al., 2002; MARTINS, 2004). A reocupação dessas áreas por estes animais e o conhecimento de sua ocorrência estimularam, nos últimos seis anos, o interesse pelo desenvolvimento do turismo de observação de baleias na costa, evidenciado pelo recente crescimento da atividade em todo o litoral baiano (CIPOLOTTI et. al., 2004).

Tendo em vista a “HIPÓTESE” de potencial de crescimento do *Whale Watching* e possíveis contribuições “EXTERNALIDADES” associadas ao desenvolvimento da atividade como indutora do turismo regional na Bahia, até o presente momento, poucas pesquisas “identificam, caracterizam, diagnosticam e analisam” a ocorrência, importância e forma de consolidação deste segmento no mercado turístico brasileiro. E, portanto, chega-se a seguinte problemática deste estudo: Quais as potencialidades do desenvolvimento do *Whale Watching* na costa da Bahia, e suas dimensões? Elas atendem às perspectivas do desenvolvimento baseado na tríade econômica, social e ambiental? Realmente apontam para a sustentabilidade? Qual a dinâmica interna desse processo e quais são os agentes envolvidos?

Entretanto, a fim de compreender a sustentabilidade de uma atividade ou produto turístico faz-se necessário, primeiramente a realização de um diagnóstico que encaminhe para a sistematização de um acúmulo de informações quantitativas sobre a situação atual e suas

tendências, verificando suas implicações sócio-econômicas e ambientais. A partir do diagnóstico, é possível realizar uma previsão, ou projetar tendências, que visualizem as potencialidades ou possibilidades de crescimento da atividade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do turismo (BISSOLI, 1999).

A fim de garantir a conservação das baleias jubarte em águas brasileiras e o desenvolvimento de um turismo de observação de cetáceos sustentável, que colabore com as comunidades locais, o presente trabalho pretende caracterizar e analisar as potencialidades do desenvolvimento sustentável do segmento do turismo de observação de baleias na costa da Bahia, com um enfoque pontual em três localidades do estado - Praia do Forte (norte), Itacaré (sul) e Caravelas (extremo sul). Para tanto, pretende-se:

1. Caracterizar a oferta turística, comparando as diferentes operações, suas contribuições para a pesquisa científica e sua percepção sobre as baleias.
2. Caracterizar e analisar a demanda turística, em termos dos agentes envolvidos, satisfação, motivação, expectativas e percepção sobre o atrativo turístico: baleias.
3. Identificar o estágio de desenvolvimento desta atividade turística com base nos modelos de desenvolvimento de destinações turísticas e do *Whale Watching* (BUTLER, 1980 e FORESTELL E KAUFMAN, 1995).
4. Através da estimativa dos benefícios e custos da atividade analisar sua sustentabilidade no âmbito econômico, social, ambiental, comercial e cultural.

Os resultados dos objetivos de pesquisa supracitados serão apresentados na forma de discussões realizadas ao longo dos seguintes temas:

- Cultura, natureza, sociedade e turismo: a relação entre homem e natureza no século XX, novos conceitos, valores e influências sobre o turismo na natureza.

- O turismo de observação de baleias: o turismo e suas implicações e tendências; a evolução do *Whale Watching* da caça às baleias ao turismo contemplativo; o panorama mundial e nacional da atividade;
- A caracterização do turismo de observação de baleias na costa da Bahia: o crescimento da atividade, os agentes envolvidos, a demanda e a oferta, percepções, conflitos e satisfações;
- A valoração econômica ambiental do atrativo turístico baleia e estimativa dos benefícios econômicos do turismo de observação de baleias no litoral baiano;
- O turismo de observação de baleias na Bahia e a sustentabilidade: os impactos sócio-econômicos, ambiental e cultural e as perspectivas para o desenvolvimento sustentável do turismo.

O desenvolvimento desta dissertação ocorrerá em cinco capítulos:

Capítulo I: será feita uma breve discussão teórica das influências da problemática desenvolvimentista e movimentos ambientalistas do século XX sobre a expansão do turismo na natureza e a utilização dos recursos naturais como atrativos turísticos.

Capítulo II: será feita uma contextualização e caracterização do turismo de observação de baleias no mundo e no Brasil, relacionando-o às tendências e implicações do turismo da atualidade.

Capítulo III: apresentará os resultados da pesquisa sobre a caracterização da atividade de observação de baleias na costa da Bahia, através de uma análise descritiva sobre a dinâmica comercial, aos agentes envolvidos e o grau de participação no desenvolvimento da atividade e as percepções da demanda e da oferta turística.

Capítulo IV: apresentará os resultados da valoração econômica ambiental da atividade e uma estimativa de benefícios econômicos e sociais.

Capítulo V: discutirá as potencialidades do desenvolvimento sustentável do turismo de observação de baleias na costa da Bahia a partir dos resultados obtidos com a pesquisa e a identificação do seu estágio de desenvolvimento.

2. ÁREA DE ESTUDO

A partir, essencialmente, da década de 90 o governo brasileiro passa a atribuir um maior valor ao turismo através da criação de programas com o objetivo de estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e a criação de infra-estrutura, principalmente, em localidades da região nordeste do Brasil. É nesta época que surge o PRODETUR/NE, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o então Ministério do Turismo, na época denominada EMBRATUR. O zoneamento turístico, com a definição de pólos em cada Estado, tornou-se requisito básico para aquisição de financiamento (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – SETUR-BA, 2008).

O forte apelo calcado nas características do clima tropical, belezas naturais, valioso patrimônio histórico e natural, fizeram do Estado da Bahia o grande destino turístico do Nordeste brasileiro. Em 1991, o governo estadual, reconhecendo esta atividade como propulsora do desenvolvimento econômico e a fim de fomentá-la, juntamente com a possibilidade de financiamento proposta pelo PRODETUR-NE, passa a desenvolver o PRODETUR-BA e a definir zonas turísticas prioritárias, com as quais vem trabalhando desde o PRODETUR NE I (GAUDENZI, 2001) (Figura 1).

Segundo a Secretaria de Turismo² (2008), “a Bahia será referência nacional de modelo de desenvolvimento turístico sustentável porque todos os agentes (governos, empresários, sociedade civil organizada e a população) estarão comprometidos com esse propósito

² Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/prodetur.asp>. Acesso em: janeiro de 2008.

compartilhando os resultados alcançados, o que vai tornar a estada de cada visitante uma experiência única, exclusiva e enriquecedora” .



Figura 1 – As Zonas Turísticas do Estado da Bahia segundo o PRODETUR.

Fonte: SETUR. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/prodetur.asp>. Acesso em: janeiro de 2008.

De acordo com o próprio PRODETUR, os agrupamentos territoriais foram denominados Zonas Turísticas e assumiram como identidade a existência de uma unidade temática local, capaz de distingui-los por atributos naturais e culturais peculiares a cada um dos conjuntos (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Caminhos do Sertão, Caminhos do Oeste e Chapada Diamantina), dando relevância também às características particulares de cada município separadamente.

Posteriormente à primeira fase do PRODETUR-NE, a sistematização de zonas prioritárias sofreu uma modificação quando passaram a ser reunidas em Pólos Turísticos, uma outra exigência do PRODETUR-NE, agora em sua segunda fase. Desta maneira, hoje o litoral do estado encontra-se sistematizado em: Pólo Litoral Norte, ou Pólo Salvador e Entorno, composto pela Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos; Pólo Litoral Sul, composto pela Costa do Dendê e Costa do Cacau; Pólo do Descobrimento, composto pela Costa do Descobrimento e Costa das Baleias.

Atualmente, a Bahia definiu quatro pólos turísticos prioritários a serem contemplados pela segunda fase do PRODETUR sendo: Pólo Salvador e entorno, Pólo Litoral Sul, Pólo do Descobrimento e Pólo Chapada Diamantina (SETUR-BA, 2008). Dentre os quatro pólos prioritários ocorre, em três, a atividade de observação das baleias jubarte.

A ONG, Instituto Baleia Jubarte, IBJ, preocupada com a conservação da espécie, vem acompanhando e monitorando o crescimento do turismo de observação de baleias na costa da Bahia, no litoral norte do estado (Praia do Forte) e no extremo sul do Estado, a partir de dois municípios: Caravelas e Prado (IBJ, 2005). Segundo a Instituição, verifica-se a ocorrência desta atividade turística também na região de Itacaré e na área compreendida pela RESEX (Reserva Extrativista Marinha do Corumbau), localizada entre as cidades de Porto Seguro e Prado.

De acordo com o trabalho de Martins (2004), as áreas compreendidas pelo litoral norte, onde está localizada a região da Praia do Forte; uma área mais ao norte do município de Belmonte e próxima a Ilhéus, onde está localizada a região do município de Itacaré; e a área do Banco dos Abrolhos, próxima ao município de Caravelas, representam áreas de médio a alto potencial para o desenvolvimento de atividades de observação de baleias (Figura 2).

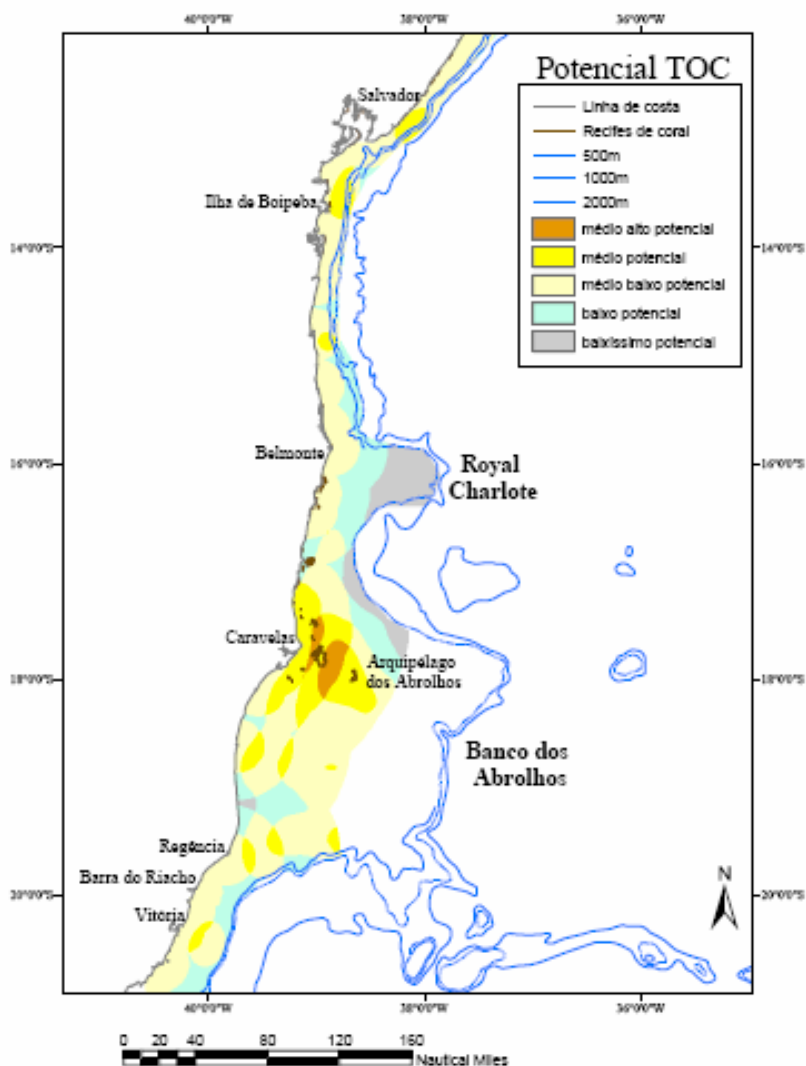


Figura 2 - Resultado da sobreposição das localidades litorâneas (e seu entorno) e da média dos índices de densidade da baleia jubarte na Costa Leste do Brasil.
Fonte: MARTINS, 2004.

Portanto, foi baseado nos resultados apresentados pela ONG e seu monitoramento da atividade de observação de baleias na costa da Bahia e o trabalho de Martins, que este estudo tomou como enfoque três localidades de ocorrência da atividade para a caracterização e análise, sendo: a Praia do Forte, compreendida no litoral norte, onde a atividade tem apresentado o crescimento mais acelerado; Itacaré, município do litoral sul, considerando o potencial ecoturístico da região e onde a atividade é mais recente; e Caravelas, município

localizado no extremo sul da Bahia, área de maior concentração das baleias jubarte e onde a observação de baleias ocorre há mais tempo, vinculada ao turismo em Abrolhos.

PRAIA DO FORTE

A Praia do Forte (12,57753°S; 38,00315°W) compreende parte da faixa litorânea do município de Mata de São João, localizado a cerca de 60 km ao norte de Salvador, na denominada Costa dos Coqueiros³, considerada atualmente o maior pólo de desenvolvimento do turismo da Bahia, principalmente, pelo fato dos grandes investimentos ocorridos nesta região. Projeta-se hoje internacionalmente como destino turístico elitizado, com empreendimentos hoteleiros de alto padrão internacional.

A Costa dos Coqueiros é recortada por diversos rios e riachos que apresenta uma ampla variedade de ecossistemas, que abrange desde remanescentes de Mata Atlântica, restingas, dunas, coqueirais, brejos, lagoas ferruginosas de águas escuras até manguezais e recifes de coral, os quais abrigam inúmeras espécies vegetais e animais, constituindo nichos reprodutivos para diferentes animais como tartarugas, golfinhos e baleias jubarte, em particular (LIMONAD, 2007).

De acordo com Souza e Braga (2005), o desenvolvimento do turismo no município teve início nos anos 80, com o investimento do governo estadual na construção da Estrada do Coco, e a implantação do primeiro empreendimento hoteleiro: o Praia do Forte *Resort* Hotel, posteriormente denominado Eco *Resort* Praia do Forte, que exerceu um papel muito importante na manutenção das características originais da vila. Ainda segundo Limonad (*op. cit.*), os fatores que contribuíram para a expansão da ocupação litorânea pelos condomínios,

³ A Costa dos Coqueiros está inserida no pólo turístico Litoral Norte, onde estão compreendidos os municípios de: Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde, Camaçari, Lauro de Freitas e Jandaíra. (SETUR-BA). Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3_1.asp. Acesso em janeiro de 2008.

atividades de turismo e *mega-resorts* foi o fato de quase todos municípios da APA⁴-Litoral Norte, terem seu povoado concentrado no interior do município, com a sede localizada ao menos a cinquenta quilômetros da costa, em um período anterior a implantação dos *resorts* em Mata de São João e no início do Prodetur - I (1994-1998).

Com a atuação e investimentos do PRODETUR-BA e o melhoramento das vias de acesso, duplicação da “Linha Verde” (BA-099), a Costa dos Coqueiros tornou-se alvo dos empreendimentos turísticos pelos moradores de Salvador, bem como estrangeiros, e promotores imobiliários. Entretanto,

Não obstante, todas as medidas tomadas pelo governo e a “consciência ambiental e social” dos empreendimentos de grande porte, tende a se aprofundar a segregação sócio-espacial com o agravamento do quadro atual de pobreza. Ampliam-se, assim, as diferenças entre alguns dos povoados costeiros tomados pelo turismo, internacional e nacional de alta renda, equipados com infra-estruturas de abastecimento, saneamento, comunicação e transportes, que contam com maiores oportunidades de emprego e os povoados costeiros e do interior, sem infra-estruturas e sem serviços, que apenas contam como acesso com precárias estradas de terra, onde passou a residir à população local (LIMONAD, 2007, *s.n.*).

Atualmente, segundo os dados referentes ao desempenho do turismo na Bahia pela Secretaria de Planejamento do Estado⁵, a Praia do Forte é responsável pelo atendimento de aproximadamente 96.000 turistas ao ano.

ITACARÉ

O município de Itacaré (14.31712° S; 38.93201° W) pertence à área compreendida pelo pólo litoral sul da Bahia, na zona turística Costa do Cacau⁶, distante 428 km da capital do Estado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referentes ao censo 2000, o município de Itacaré ocupa uma área de 730 Km² e conta com 18.120 mil habitantes, sendo aproximadamente 60% da população residente na zona rural.

⁴ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC as APA's compreendem Áreas de Proteção Ambiental. Disponível em: www6.senado.gov.br. Acesso em janeiro de 2008

⁵ Dados referente ao ano de 2006 segundo a Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan). Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/rel_atividades2006/pdf/turismo.pdf. Acesso em: janeiro de 2008.

⁶ Costa do Cacau: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia, Canavieiras. (SETUR-BA). Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3_1.asp. Acesso em: janeiro de 2008.

O desenvolvimento do município veio a ocorrer no final da década de noventa com o advento da estrada BA-001, a qual liga Itacaré a Ilhéus, tirando-o do isolamento. Neste mesmo momento, tem-se a criação do Parque Estadual Serra do Conduru e a implantação de duas Áreas de Proteção Ambiental- APA a da Lagoa Encantada e a de Itacaré - Serra Grande. Desde então, com a maior facilidade de acesso, abriu-se para o mercado turístico, onde muitos hotéis, pousadas e restaurantes foram construídos fazendo com que a antiga cidade se voltasse para o turismo.

De acordo com a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR-BA)⁷, a atividade turística no Pólo Litoral Sul surgiu de maneira espontânea, apoiada nos belíssimos atrativos naturais existentes. Apesar da riqueza e da diversidade de atrativos naturais, o crescimento do turismo no pólo baseou-se, principalmente, nas suas praias e área costeira.

A APA Itacaré – Serra Grande destaca-se pela presença de costões recobertos pela Floresta Atlântica, manguezais, cascatas e cachoeiras de águas cristalinas, rios, riachos, mar e praias (SOUZA, 2005), que segundo a SETUR - BA, representam atrativos que sugerem a prática de atividades turísticas relacionadas ao ecoturismo, vinculado ou não às atividades de aventura, o turismo de lazer, baseado em *resorts* de médio e grande porte e o turismo de pesca.

Atualmente, o município de Itacaré é o grande receptor de investimentos privados no Pólo, com quase três quartos do total investido, sendo responsável pelo recebimento de cerca de 120.000 turistas ao ano (OLIVEIRA, 2006, *s.n.*).

Com a implementação da estrada, em 1998, o turismo cresceu rápida e desordenadamente. Sua população, desde então, vem se articulando para tentar impor um processo de desenvolvimento mais organizado. Apesar das iniciativas, e de muitas de suas características ainda manterem o encanto original, os desafios

⁷ Dados encontrados no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS – Pólo Sul), apresentado pelo governo do Estado (Bahia, 2004a). Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3_2.asp. Acesso em: janeiro de 2008

para viabilizar um processo sustentável continuam enormes (HVS International, 2005)⁸.

CARAVELAS

O município de Caravelas (17,73650°S; 39, 26440°W) está inserido na zona turística da Costa das Baleias⁹ localizada no extremo sul do estado baiano, área que compreende também o Banco dos Abrolhos (de 16°40'S a 19°30'S, de 37°25'W a 39°45'W) e, conseqüentemente, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, principal atrativo deste pólo (GAUDENZI, 2001).

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é uma unidade de conservação de âmbito Federal criada em 1983, administrada pelo IBAMA. As principais atividades turísticas no Parque são realizadas no Arquipélago de Abrolhos, onde se encontram grandes formações de corais, rica flora e fauna marinha. Está localizado a cerca de 70 km da cidade de Caravelas, porto de saída das embarcações turísticas (BRUMATTI et. al., 2003). O turismo em Abrolhos apresentou um grande crescimento no período de 1988 a 1995, ganhando popularidade principalmente pelas atividades de mergulho e mais recentemente pela presença das baleias jubarte (MORETE et. al., 2000). No entanto, a maneira com que esta atividade vem sendo realizada, gera uma certa preocupação quanto ao desenvolvimento do ecoturismo de forma sustentável, a fim de garantir a preservação deste ecossistema e favorecer uma maior conscientização ambiental e participação da comunidade local (BRUMATTI et. al, 2003).

No Atlântico sul ocidental, a principal área de reprodução das baleias jubarte é o Banco de Abrolhos, onde a espécie ocorre sazonalmente no período de julho a novembro (ENGEL, 1996; MARTINS et. al, 2001), e sua presença na região garante o desenvolvimento do turismo de observação de cetáceos.

⁸ Trabalho realizado pela HVS International Consultoria junto ao Instituto de Turismo de Itacaré. Disponível em: <http://www.hotelinvest.com.br/upload/files/iti.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008.

⁹ Costa das Baleias é composta pelos municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri (SETUR-BA). Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3_1.asp. Acesso em: janeiro de 2008.

A cidade de Caravelas destaca-se por apresentar uma dinâmica turística voltada ao transporte marítimo, o que facilitou a instalação de diversas empresas voltadas para a realização do turismo a Abrolhos, sendo responsável pelo maior acolhimento dos turistas que visitam o Parque. Embora detenha um enorme potencial de desenvolvimento turístico, devido à grande riqueza de seu patrimônio histórico, ao sistema de rios e manguezais e por bancos de corais localizados próximos à costa, a cidade apresenta carências na oferta de atividades relacionadas ao melhor aproveitamento turístico destes elementos e ainda não demonstra um envolvimento considerável de sua população com a atividade turística, demonstrando fragilidade em áreas essenciais, como infra-estrutura e serviços básicos (DUTRA et. al., 1997).

O turismo de Caravelas deve dar ênfases estratégicas em ecoturismo, com especial atenção para as atividades marinhas baseadas na visitação ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos, nas atividades de mergulho e observação de baleias. Essas atividades constituem o grande diferencial competitivo da zona turística e compõem sua identidade de marca. O ecoturismo na Ilha de Cassumba e em outros pontos do município também deve ser desenvolvido como complemento, assim como a visitação aos atrativos histórico-culturais, que encontram sua maior expressividade na Costa das Baleias no centro histórico de Caravelas. Os serviços de apoio à atividade devem ser consolidados, bem como a cadeia produtiva do turismo, com a integração dos agentes. (BAHIA, 2004b, p. 33).

De acordo com os dados do PDITS Costa das Baleias¹⁰, Caravelas recebe cerca de 14.000 turistas por ano.

¹⁰ Dados encontrados no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS – Costa das Baleias), apresentado pelo governo do Estado (Bahia, 2004b). Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/prodetur/PDITS/PDITS_Costa_das_Baleias.pdf. Acesso em janeiro de 2008.

3. METODOLOGIA

Esta dissertação consiste numa pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa a respeito do turismo de observação de baleias na costa da Bahia, uma vez que apresentará um levantamento de informações sobre a atual situação da atividade e suas perspectivas de desenvolvimento (DENCKER, 2001), apoiada por uma pesquisa bibliográfica e documental; e, por questionários e entrevistas realizadas, respectivamente, junto aos turistas e as empresas turísticas locais reais e potenciais¹¹, com o apoio da ONG Instituto Baleia Jubarte. Contou, também, com informações adquiridas através da observação participante nas operações turísticas das diferentes localidades em que ocorreu.

De acordo com a OMT (1997), estudos que envolvem o conhecimento e planejamento para o desenvolvimento de atrações e atividades turísticas requerem pesquisas de campo e devem incluir avaliação dos elementos com anotações de suas características, podendo incluir ainda pesquisa de documentos e reuniões de discussões com pessoas locais. Assim, para que seja possível a realização de uma análise descritiva, em turismo, é preciso considerar todos os fatores que podem influir para o aumento da atividade turística ou impedir seu desenvolvimento (DENCKER, 2001).

Desta forma, para a caracterização da atividade turística estudada, os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados:

¹¹ Neste estudo, as empresas turísticas reais compreendem organizações ou proprietários de embarcações programados a levar os turistas para observar baleias, independentemente da procura, enquanto as empresas turísticas potenciais como aqueles que o fazem de maneira eventual, dependentes da procura (pescadores, agências e proprietários de embarcações).

a) Composição dos dados: para a aquisição das informações básicas e necessárias procurou-se levantar junto aos relatórios da ONG e aos agentes envolvidos com a atividade turística em questão (turistas, agências e operadoras de viagens, proprietários de embarcações, governo local, comunidades) os dados referentes à observação de baleias e o turismo nas três localidades. Estas informações referem-se à ocorrência desta atividade abrangendo dados sobre sua dinâmica (número de participantes, sazonalidade, histórico, serviços oferecidos, receita gerada, a satisfação dos turistas e operadores), bem como dados sobre o perfil da demanda e oferta deste segmento e gastos envolvidos na mesma, para a realização da valoração ambiental desta atividade. Ainda, para a realização de um diagnóstico da observação de baleias na costa da Bahia, foram tomados como método comparativo modelos internacionais do *Whale Watching*, descritos em outros estudos, dissertações e relatórios.

b) Instrumentos de pesquisa:

1 - Os instrumentos de pesquisa estruturados utilizados foram questionários (ANEXO I) aplicados aos turistas, durante a temporada de baleias, desde 2002 pelo Instituto Baleia Jubarte, os quais sofreram algumas pequenas modificações a fim de coletar todos os dados necessários a este estudo. Consistiram em questões abertas e fechadas, que objetivaram a coleta de variáveis socioeconômicas dos observadores de baleias, bem como de suas opiniões pessoais sobre os bens e serviços providos pelas empresas turísticas, motivação de viagem, satisfação quanto às expectativas e custos de viagem. A fim de evitar uma amostragem que apresentasse dados do perfil da demanda muito semelhantes, procurou-se aplicar os questionários a um representante de cada grupo de turistas que viajavam juntos (famílias, amigos), no período em que ocorreram as operações de observação de baleias, no caso de julho a novembro de 2007,

representando assim uma amostragem não probabilística por cotas. Para os turistas estrangeiros, foram aplicados questionários em inglês (ANEXO I). Fica claro que participaram apenas aqueles que consentiram em responder às questões, não havendo nenhum modo de identificação do sujeito questionado. Obteve-se, ao final da coleta de dados, uma amostra 225 turistas participantes, representantes das três localidades consideradas nesta pesquisa. Outros questionários também foram aplicados junto às empresas de turismo, a fim de levantar dados mais precisos sobre o perfil das mesmas (ANEXO II). Houve a colaboração total de 5 empresas de turismo.

2 – Os instrumentos de pesquisa semi-estruturados adotados foram os roteiros de entrevistas (ANEXO III) realizadas diretamente com o representante de cada empresa, organização, ou proprietário de embarcação que operasse ou estivesse diretamente envolvido com o turismo de observação de baleias na costa da Bahia. Consistiram em perguntas que abordaram aspectos logísticos e financeiros da empresa, bem como número de funcionários, tempo de funcionamento e operação do turismo de observação de baleias, número de turistas atendidos ao longo destes anos, perspectivas do crescimento da atividade, bem como a percepção e significado das baleias e sua conservação para eles.

3- A observação participante também consistiu em um instrumento de pesquisa com a finalidade de avaliar as operações turísticas de cada local e os tipos de serviços oferecidos, bem como o levantamento de informações complementares, através do acompanhamento de algumas saídas para a observação de baleias junto às embarcações.

c) A coleta dos dados: a aplicação dos questionários aos turistas ocorreu através do acompanhamento dos passeios de observação de baleias, oferecidos pelas empresas turísticas parceiras do Instituto Baleia Jubarte em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte.

A fim de se obter uma amostra representativa nas três localidades esta pesquisa contou também com a participação de representantes do IBJ, dentre estagiários, técnicos e pesquisadores da instituição, para a aplicação dos questionários ao longo de toda a temporada de baleias no litoral baiano. Os dados referentes às empresas turísticas, à participação do governo local e das comunidades foram adquiridos através das entrevistas realizadas pessoalmente com seus representantes, da observação participante e de conversas informais, com a visitação das três localidades.

d) Fonte de dados: livros, estudos e pesquisas nacionais e internacionais foram levantados e utilizados com a intenção de fundamentar este trabalho e também poder criar um alicerce comparativo e analítico em relação ao mesmo objeto de pesquisa, relacionados às diversas áreas de turismo, sociologia, economia, ciências ambientais e desenvolvimento sustentável. Para isso, foram consultadas diversas fontes bibliográficas, através das universidades, instituições de pesquisas, portais oficiais do governo, periódicos e banco de teses e dissertações. As fontes primárias de dados foram os próprios agentes sociais envolvidos com a atividade de observação de baleias, no caso os turistas, as empresas turísticas privadas, proprietários de embarcações, organizações não governamentais, comunidades e poder público.

Para a estimativa dos benefícios econômicos da atividade, optou-se pelo cálculo apenas do valor de uso do recurso natural em questão, as baleias, baseado no método de custo de viagem (PEARCE e TURNER, 1990; FINCO E ADBDALLAH, 2001; ORTIZ, 2003; MAIA, 2002), por meio dos dados adquiridos pelos questionários sobre os gastos diretos e indiretos dos turistas com o *Whale Watching*, isto é, uma estimativa da função de demanda relacionada aos benefícios providos pela mesma, especificado e discutido no capítulo IV desta dissertação.

Posteriormente à caracterização da atividade em questão, foi verificado o estágio de desenvolvimento em que ela se encontra, baseado em modelos de desenvolvimento de destinos e/ou atividades turísticas. Esses corresponderam ao modelo de Butler (1980) que sugere um ciclo de evolução de destinações turísticas que prevê os seguintes estágios: a) exploração; b) desenvolvimento; c) consolidação; d) estagnação; e) rejuvenescimento ou declínio; e ao modelo de Forestell e Kaufman (1995), que propõe um modelo mais direcionado ao desenvolvimento de atividades como turismo de observação de baleias, que passa pelas fases de descoberta, competição, confrontação e estabilização.

Em decorrência à identificação do estágio ou fase de desenvolvimento da atividade turística, pôde-se verificar as potencialidades da atividade, os seus impactos sócio-econômicos, ambiental e cultural, bem como sugerir um modelo de adequação da atividade baseado nos princípios do turismo sustentável proposto pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e autores como Ruschmann e Reinaldo Dias.

Portanto, a fim de compreender a sustentabilidade de uma atividade ou produto turístico fez-se necessário, primeiramente a realização do diagnóstico que resultou na sistematização de um acúmulo de informações quantitativas sobre a situação atual e suas tendências, verificando suas implicações sócio-econômicas e ambientais. A partir do diagnóstico, foi possível realizar então uma previsão, ou projetar tendências, que visualizaram as potencialidades ou possibilidades de crescimento da atividade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do turismo (BISSOLI, 1999).

4. CAPÍTULO I - CULTURA, NATUREZA, SOCIEDADE E TURISMO.

A demanda crescente pelo turismo e pelo lazer em áreas naturais é uma das tendências mais significativas dos movimentos turísticos da atualidade, sendo caracterizada por pessoas que procuram, cada vez mais, a "fuga" dos ambientes urbanos e poluídos pela "busca" do contato com a natureza preservada. Desta maneira, a natureza e todos os seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem ao ecoturismo (RUSCHMANN, 2001), um novo e fundamental segmento de mercado da atividade turística.

A partir das considerações supracitadas, torna-se interessante discutir alguns fatores ou fatos de extrema relevância na história e ascensão mundial deste tipo de atividade. Decorrente desses, pretende-se verificar, neste capítulo, as relações entre a sociedade contemporânea, especificamente a ocidental, seu modo de pensar e agir sobre a natureza, destacando a origem e influência desta “consciência ambientalista”, ao considerar que “a História é a projeção dos nossos valores” (VEYNE, 1998, p. 37).

Nessa perspectiva, é possível indagar-se: de onde vem esse crescente interesse por uma maior aproximação e contemplação da natureza? Será que está relacionado aos movimentos ambientalistas do século XX? Faz parte da cultura ocidental contemporânea? Esse ambientalismo interferiu para a consolidação de práticas turísticas na natureza? Isto reflete numa nova forma de pensar e agir sobre a natureza no turismo?

Tendo em vista estas indagações este capítulo prevê, num primeiro momento, uma discussão sobre alguns conceitos de cultura, adotados principalmente pela antropologia, a fim

de estabelecer a relação entre o modo de pensar e agir por parte da sociedade contemporânea sobre a natureza. A partir desse ponto então, no segundo momento, discorre-se sobre o ambientalismo e sua origem no século XX, fortemente marcada pelo modo de produção capitalista e sua forma irracional de exploração dos recursos naturais e sobre novos conceitos e valores atribuídos à natureza e ao meio ambiente. E para finalizar, no terceiro momento, discute-se a influência destes movimentos ambientalistas numa “nova” maneira de enxergar e valorizar a natureza pelo homem ocidental, inserido no sistema capitalista, coerente à sua cultura e, portanto a seus valores, através do desenvolvimento de formas alternativas de exploração da natureza e seus componentes, relacionadas à idéia do ecologicamente correto e economicamente viável com enfoque no turismo, considerando-se os conceitos de turismo sustentável e ecoturismo.

4.1 A relação entre homem e natureza no século XX.

Para melhor compreender a história do ambientalismo e suas implicações na sociedade moderna ocidental e no turismo é importante, inicialmente, discorrer sobre a relação homem/natureza estabelecida ao longo dos tempos, mas, principalmente, do fim do século XIX ao século XX, quando surge uma nova maneira de pensar o ser humano através do estudo do conceito de cultura, o homem como ser cultural. A compreensão de que a relação homem/natureza é um ponto central da problemática ética ambiental e, portanto, deve ser assumida como um dos maiores progressos da recente história intelectual do Ocidente (NASH, 1989 apud LEIS e D' AMATO, 1994).

A plena emancipação em relação à natureza, vale destacar, é um elemento importante do projeto moderno de indivíduo, cujas capacidades racionais são enunciadas como veículos para trilhar esse caminho que leva ao distanciamento do mundo natural, esse considerado “selvagem” e repleto de limitações (NUERNBERG e ZANELLA, 2003, p.81).

De acordo com Diegues (2000), esse fato é evidenciado a partir do conservacionismo reativo do século XIX, em contrapartida ao que denomina de culturalismo: “o qual via na natureza a efemeridade do homem, uma ameaça de volta à selvageria a qual deve se opor a cultura” (Diegues op. cit., p.98). Ainda segundo o mesmo autor, a persistência da idéia de um mundo natural selvagem e intocável tem uma força considerável entre as populações urbanas e industriais que perderam o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural.

Na realidade, de fato a natureza de um modo geral é vista pela antropologia como algo bem mais real e objetivo do que a cultura, que de certa forma, fortalece a noção da complexidade do ser humano em relação aos outros animais e, ainda, na sociedade ocidental, fortalece o seu poder de controle e dominação sobre a natureza. O processo civilizador levou à negação da dimensão instintiva da vida humana e, coube à razão, como atributo exclusivo do homem, a garantia da singularização dos seres humanos e ao seu distanciamento (NUERNBERG e ZANELLA, 2003).

No entanto é importante considerar que essa é uma visão do homem moderno ocidental, fortemente influenciada pelo sistema capitalista, fruto de um conjunto de valores e significados determinados pelas pessoas, relações e coisas, ou seja, a cultura, que determina esta sociedade específica (SALINHS, 1997). E ainda, segundo Geertz (1989), na verdade o que o homem é, está intrinsecamente ligado a onde ele está, quem ele é e em que ele acredita, ou seja, faz-se necessário considerar a não uniformidade e constância do homem.

Assim, é possível acreditar que nem todas as sociedades com suas diferenças culturais apresentam a visão sobre a natureza citada acima, bem como atribuem diferentes valores e significados a ela e estabelecem diferentes relações, podendo ser verificadas no novo culturalismo, sugerido pelo princípio do “relativismo natural” proposto por Bruno Latour (1994 apud LIMA, 1999), onde o próprio autor deixa clara a necessidade de romper a grande

divisória natureza/cultura, derivada de seus estudos sobre os ameríndios como o retrato de sociedades que não fazem esta separação.

Portanto, fica claro a complexidade da discussão sobre a relação entre o homem, cultura e natureza, a qual, obviamente, não é recente. No entanto, foi a partir do surgimento da ciência moderna que o conceito de natureza foi modificado, tornando-se mais complexo e diversificado, passando a incluir, também, os seres humanos que são, em essência, seres sociais.

A ciência moderna, que surgiu no contexto do desenvolvimento capitalista e das conquistas burguesas, viu ruir um de seus mais caros pressupostos: aquele que considerava ser possível estudar a natureza num simples microscópio e explicá-la com leis matemáticas. Mais que isso: os cientistas perceberam o papel ideológico que a ciência tem desempenhado e a necessidade de se ultrapassarem as aparências dos fenômenos. Descobriram, também, que os mesmos problemas que desafiam a cultura de uma sociedade, grupo, povo, etnia, influem no desenvolvimento das teorias científicas (LEONARDI, 1994).

Foi com a evolução do campo da Ecologia e a compreensão de sua complexidade e incorporação de diversos conceitos, como o de ecossistemas e suas interconexões, que o homem passa a ser incluído na biosfera e, portanto, entende-se que é necessária a participação das ciências humanas e sociais na problemática ambiental. Segundo Leis (2000, p.57), “a ecologia conseguiu escapar dos pressupostos das ciências físicas e sociais em geral, os quais levaram a estas a procurar o conhecimento a partir da análise de objetos cada vez mais recortados da realidade”.

Desta maneira, é inegável a necessidade da interdisciplinaridade nos estudos e discussões que se referem às questões ambientais e/ou sociais, ou seja, nesse processo a natureza e o homem se encontram e estabelecem um elo de dependência recíproca.

Conseqüentemente, a história do ambientalismo está intrinsecamente relacionada ao processo civilizatório da sociedade moderna ocidental, o qual, por sua vez, está atrelado ao sistema de produção capitalista e, conseqüentemente, à valorização do capital, à produção em grande escala, ao processo de industrialização e urbanização e à visão economicista de

progresso e desenvolvimento. Entretanto, como já discutido anteriormente, é possível inferir que o antropocentrismo, vindo desde o iluminismo, juntamente com o culturalismo, colocou de certa forma o homem em uma posição de “ser dominante”, acreditando na sua capacidade de controle, decorrente de seu maior atributo, a razão.

As duas revoluções industriais, complementadas pela revolução tecnológica, respondem por isso. A maré montante da afirmação dos direitos humanos exacerbou o afã humano no cultivo do jardim, por sobre a atenção em fazer-se cativo dele. O primeiro mandamento universal, portanto, o do desenvolvimento, predominou sobre o segundo, o do envolvimento. Cuidou-se dos direitos dos habitantes. Descuidou-se dos valores do habitat (MENDES, 1994, p.30).

De acordo com o trabalho de Rohde, na realidade, desde que Jean-Jacques Rousseau escreveu seu Contrato Social (1762) para reger as relações políticas entre os seres humanos, a História continuava cega à Natureza (ROHDE, 1994), e continuou por muito tempo. Isto se verifica pelo sistema no qual a sociedade moderna ocidental está calcada, um modelo que segue um critério monetário, quantitativo e unidimensional, onde o mercado direciona e sanciona os desenvolvimentos compatíveis com a lógica de acumulação e de expansão do capital. Segundo Stahel (1994, p.60), “a eficiência produtiva, mesmo que à custa de uma ineficiência social ou de uma ineficiência ambiental (as externalidades negativas para os economistas), é uma necessidade de sobrevivência no quadro de um capitalismo de mercado”.

A busca de expansão constante é, assim, inerente ao próprio capitalismo, ou, nas palavras de Marx: A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites (MARX, 1975:171, apud STAHEL, 1994, p. 60).

Embora existam outras culturas onde os critérios de sanção social são qualitativos (culturais, éticos e religiosos) e de certa forma o crescimento econômico e tecnológico está sujeito a um controle político, na sociedade capitalista tal desenvolvimento é dirigido apenas pelas forças econômicas e leis do livre mercado. A grande dificuldade na busca de uma

estabilização do nível do consumo dos recursos naturais é que esta pressupõe uma mudança de atitude contrária à acumulação de capital, base do capitalismo (ROMEIRO, 2003).

De acordo com Leis e D'Mato (1994), a inibição e repressão da sensibilidade religiosa e da espiritualidade em geral, sofridas por nossa civilização especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX, “foi uma condição indispensável para o progresso, entendido como o desenvolvimento de um modelo organizado por uma razão instrumental e centrado na realização de interesses individuais contra interesses comuns relacionados com a sociedade e a natureza” (LEIS e D’MATO op. cit., p.44). É neste sentido que se evoca uma mudança de “civilização do ter” para “civilização do ser” (ROMEIRO, 2003).

Portanto, é a partir do século XX que esta sociedade passa a enxergar e sentir os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento adotado por ela, caracterizado por um momento onde as ciências naturais e sociais, adjetivam disciplinas existentes e provocam a necessidade da interdisciplinaridade e, mais ainda, uma mudança de valores e sensibilidades na compreensão da problemática ambiental.

É neste contexto que o presente estudo pretende discorrer um pouco sobre a origem dos movimentos ambientalistas, alguns de seus resultados e influências sobre novos conceitos relativos à natureza, meio ambiente e desenvolvimento, bem como novas formas de utilização e valoração dos recursos naturais, considerando a forte tendência à ocidentalização das sociedades e a problemática ambiental mundial.

4.2 A história do ambientalismo: novos conceitos e valores.

Há diversas abordagens a respeito do significado dos movimentos ambientalistas, podendo ser caracterizado como um grupo de pressão e interesse, um novo movimento social ou, ainda, um movimento histórico. No entanto, ao retomar a discussão já realizada, se torna mais coerente considerar o ambientalismo e suas forças como um movimento histórico, uma

vez que propõe mudanças em diversas dimensões sociais, não só questionando o modelo de desenvolvimento econômico, mas também a questão dos valores em várias sociedades, implícitos neste modelo. Portanto, as origens do ambientalismo remotam a um conjunto de novas idéias e sensibilidades configurando uma fase onde a criação intelectual contempla as visões de artistas, cientistas e políticos, responsável pelo surgimento de novas opções de sensibilidade, de valores e de racionalidade (LEIS, 2000).

Foi a partir do século XIX, questionando sobre a posição do homem na natureza, que o ambientalismo começou a despontar, posição contextualizada na perda de confiança no desenvolvimento social e econômico e nas conseqüências destruidoras não apenas do meio ambiente e das belezas naturais, senão da moral, da ordem social e da saúde humana (LEIS, op. cit.), principalmente discutidas na Europa e Estados Unidos.

Foi na virada do século que se iniciou o debate entre preservacionistas e conservacionistas. Os primeiros, adotando uma linha mais radical, assumiam a necessidade de manter áreas naturais supostamente virgens longe da exploração humana, permitindo apenas atividades recreativas e educacionais, enquanto os conservacionistas pensavam numa exploração mais racional, minimizadora de fatores degradativos, idéia precursora do desenvolvimento sustentável. Nesta época alguns encontros em prol da questão ambiental ocorreram tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Durante o período compreendido pelas duas Guerras Mundiais, estas discussões foram abafadas, sendo fortemente retomadas com a criação das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial.

Na realidade, pode-se considerar que os primeiros movimentos ambientalistas tiveram início a partir da Segunda Guerra Mundial, na década de 50, inicialmente nos países desenvolvidos e no campo científico. Segundo Leis e D'Mato (1994), dois fatos marcaram este primeiro movimento: a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) em 1948, criada por um grupo de cientistas vinculados às Nações Unidas, e a

realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos (*Lake Success*, NY, 1949).

A agenda da UIPN era extremamente ambiciosa, a instituição devia proteger a natureza em todas suas formas, desenvolver uma ampla pesquisa científica e fazer campanhas de divulgação e educação ambiental. Para orientar esses propósitos a UIPN declarava explicitamente (em seu Ato Constitucional) que a consideração da natureza era um aspecto da vida espiritual e seu tratamento e exploração formavam a base da civilização humana e que, assim sendo, a exaustão dos recursos naturais significava tanto uma degradação da natureza como da qualidade da vida humana (HUXLEY, 1973 apud LEIS, 2000, p.50).

Foi neste momento de reconstrução econômica e social dos países envolvidos nas guerras que diversos economistas, ecólogos e ambientalistas em geral começaram a perceber que o mau gerenciamento dos recursos naturais, junto ao crescimento populacional, eram obstáculos para a solução da crise de alimentos. O estudo de Rohde coloca de maneira bem clara:

Mesmo dentro da estreita visão economicista atual é perfeitamente possível discernir quatro fatores principais que tornam a civilização contemporânea claramente insustentável a médio e longo prazo: crescimento populacional humano exponencial; depleção da base de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética; sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (ROHDE, 1994, p. 20).

Na década de 60, o ambientalismo passa a envolver outros atores sociais e a ser discutido por diversos grupos da sociedade, caracterizando o surgimento das organizações não-governamentais (ONG's) preocupadas com as questões ambientais, como exemplo, a WWF, *World Wildlife Fund*, em 1961 e, posteriormente, o *Greenpeace*. As características conservacionistas dos projetos de WWF, atuante em diversos países, são representativas da orientação das organizações não-governamentais ambientalistas dos anos 60, que passaram a demonstrar uma importante mudança de valores da sociedade civil. Assim, as décadas de 50 e 60 foram marcadas pela organização de diversos grupos de pessoas, mas principalmente, de cientistas naturais.

É na década de 70 que os setores públicos e privados, juntamente com as ONG's, passam a se organizar para a determinação de novos critérios de utilização e exploração dos

recursos naturais, pensando numa dimensão mais social e política. De acordo com Spretnak e Capra (1984 apud LEIS, 2000)¹², a política verde surge nos anos 70 pautada por quatro princípios básicos: ecologia, responsabilidade ou justiça social, democracia direta ou participativa (*grassroots democracy*) e não-violência. Estes princípios postulam as perspectivas da política da sociedade civil, conferindo sua maior participação no controle social e político, pois a racionalidade ambiental não poderia provir espontaneamente do sistema econômico e político vigente.

Foi baseada na ideologia da política verde que ocorreu a Conferência de Estocolmo, em 1972, responsável pela legitimação da política mundial para questões ambientais. Entretanto, alguns países como a Índia e o Brasil, tiveram uma posição contrária sobre o meio ambiente como pauta privilegiada de discussão. Assim, pode-se considerar que parecia um pouco cedo para discutir o desenvolvimento sustentável, embora tenha sido de extrema relevância para os países pobres pensarem numa aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente.

Neste contexto, o conceito de meio ambiente passa a ser repensado e reconstruído, uma vez que não é mais utilizado estritamente para questões ecológicas, mas sim a incorporação de questões como a pobreza e a fome. Atualmente, de acordo com o Jornal do Meio Ambiente¹³, este termo pode ser definido como:

Todas as condições, influências ou forças que envolvem e influem ou modificam: o complexo de fatores climáticos, edáficos e bióticos que atuam sobre um organismo vivo ou uma comunidade ecológica e acaba por determinar sua forma e sua sobrevivência; a agregação das condições sociais e culturais (costumes leis, idioma, religião e organização política e econômica) que influenciam a vida de um indivíduo ou de uma comunidade (WEBSTER, 1976).

¹² Segundo estes autores a ecologia se refere a uma relação equilibrada entre sociedade e natureza; a justiça social se refere à reestruturação econômica baseada em princípios socialistas; a democracia se expressa na rejeição do sistema político existente (liberais elitistas ou ditatoriais); a não-violência representa a rejeição da política dominante.

¹³ JORNAL DO MEIO AMBIENTE. Conceitos de meio ambiente e recursos naturais. Disponível em: http://www.jornaldomeioambiente.com.br/dicionario_ambiente/m.asp>. Acesso em março de 2008.

Ainda como resultado da conferência em Estocolmo, anterior à definição do desenvolvimento sustentável, criou-se também o conceito de ecodesenvolvimento reformulado por Ignacy Sachs. De acordo com a proposta deste autor para definir um novo tipo de desenvolvimento, este termo significaria a integração da satisfação das necessidades humanas básicas à solidariedade com as gerações futuras, à participação da população envolvida e ao respeito às culturas nativas.

O objetivo é promulgar o bem estar de todos, ou seja, é um objetivo social baseado nos princípios éticos de justiça social e de solidariedade. O ecólogo entra com uma condicionalidade, porque existe o perigo de crescer distribuindo, do ponto de vista social, os frutos deste crescimento de uma maneira relativamente eqüitativa, mas hipotecando o futuro através da incorporação predatória do capital da natureza do produto (SACHS, 2000, p.8).

Apresentava-se pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual prevê a satisfação das presentes necessidades e aspirações do homem sem que se reduza a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas (CAVALCANTI, 1994), baseado nos princípios de equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Desta forma, pode-se considerar que o desenvolvimento sustentável diz respeito a pelo menos três dimensões: ambiental, social e econômica. A sustentabilidade ambiental pode ser compreendida pela base física do processo produtivo e da vida social, onde há a necessidade de conservar e proteger os recursos naturais e ecossistemas, garantindo sua manutenção frente às ações antrópicas. Já a sustentabilidade social refere-se à qualidade de vida das populações, garantindo o desenvolvimento humano relativo à saúde física e mental, educação, amadurecimento do indivíduo, satisfação de necessidades espirituais e culturais, entre outros, mas não ao poder aquisitivo das pessoas. E, por último, a sustentabilidade econômica aponta para o crescimento econômico contínuo e não predatório, atuando no sentido de eliminar a pobreza e mudar o modelo produtivo para outro, com tecnologias mais sofisticadas, apropriadas e bem empregadas.

Nos anos 80, com o Relatório *Brundtland* (a chamada Comissão *Brundtland* foi criada em 1983 e publicou seu conhecido relatório *Our common future*, em 1987), é firmada a largada dos atores vinculados ao sistema econômico (DRUCKER, 1989; SCHMIDHEINY, 1992, apud LEIS e D'MATO, 1994). Assim, é nas décadas de 70 e 80 que ocorrem a politização do ambientalismo, incluindo tanto o surgimento dos partidos verdes como a institucionalização de órgãos governamentais de meio ambiente e de políticas públicas para essa área nos diversos países. Mas é principalmente nestas décadas que começa a perceber-se a problemática ambiental como uma “crise cultural” e, portanto, como uma oportunidade para a emancipação da racionalidade instrumental e dos valores materialistas que dominam a sociedade moderna.

Neste contexto, é nos anos 90 que o ambientalismo é projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado, tendo como marco principal a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global (Rio-92). Vinculadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos 90 começam a abandonar de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais.

Ações foram tomadas em prol da conscientização da humanidade para a importância da adoção de mecanismos de “produção limpa”, com métodos e processos que permitissem a regeneração do meio. No processo de sensibilização, as certificações ambientais, a atuação responsável, a gestão ambiental e o “selo verde” foram incentivos à contínua adequação das empresas e da sociedade, uma vez que estavam surgindo vigilantes, os “cidadãos verdes” (NOIA et. al., 2006, p. 48).

Na realidade, o ponto mais alto dos acontecimentos foi justamente o encontro de várias culturas e setores da sociedade mundial produzindo consensos frente à crise sócio-ambiental global, que em muito excediam às regras e às possibilidades de ação dos atores tradicionais do mercado e da política (LEIS, 2000). A elaboração da Agenda 21, também foi relevante para o encaminhamento da sustentabilidade, compreendendo talvez o mais

importante e extenso documento produzido pelas Nações Unidas nos últimos anos, pois, segundo Leis (op.cit.) representou um passo significativo no alcance de uma governabilidade aberta das questões globais baseada em processos participativos e democráticos em todos os níveis.

É, neste momento que, segundo Leis e D'Mato (1994, p. 43),

O ambientalismo adota um perfil complexo e multidimensional, de grande iniciativa e capacidade de ação ética e comunicativa, que o habilita para se constituir um eixo civilizatório fundamental, na direção de uma maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos.

Assim, surge a necessidade da valorização da cultura dos povos, da natureza e todos os seus elementos e, principalmente, a necessidade de compreender o desenvolvimento de forma diferente da visão apenas economicista, porém mais humanista e ecologicamente prudente. Alcançar a sustentabilidade implica numa mudança civilizacional.

A sociedade humana está situada e depende tanto da biosfera como da cultura (LAZLO, 1987). Partindo desta ótica, o sentido dos grandes acontecimentos não pode medir-se em termos de sua contribuição a um progresso social ou tecnológico, considerado independentemente do progresso moral da humanidade e da evolução da vida em geral. É neste sentido amplo, transcendendo um plano estritamente histórico, que entendemos o ambientalismo como um movimento vital (transocial e político) (LEIS e D'MATO, 1994, p.41).

A própria economia passa a refletir o seu conceito sobre desenvolvimento, na tentativa de envolver, agora os aspectos sócio-ambientais, pensando em qualidade de vida, sendo expressa pela economia ambiental e ecológica. Segundo Sekiguchi e Pires (1994), a economia ambiental (pós) neoclássica é aquela que visa prioritariamente definir estimativas de valores para se arbitrarem penas ou mensurar danos ambientais, sacramentando a incapacidade do mercado como único e exclusivo mecanismo de regulação social e econômica, mas que não enxerga um limite absoluto à expansão da economia. Já a economia ecológica é aquela que impõe uma restrição absoluta à expansão do sistema econômico, onde o progresso científico e tecnológico é visto como fundamental no aumento da eficiência de utilização dos recursos naturais e em que há a necessidade de uma estrutura regulatória (ROMEIRO, 2003).

De qualquer forma, a economia da sustentabilidade, assim, implica na consideração do requisito de que os conceitos e métodos usados na ciência econômica devem levar em conta as restrições que a dimensão ambiental impõe à sociedade (CAVALCANTI, 1994).

Uma nova filosofia, da humanidade como parte da natureza e sujeita a suas regras, deve substituir a visão corrente, do homem afastado do restante do mundo natural e como seu senhor e dominador. O grande desafio da economia da sustentabilidade é exatamente desenvolver métodos para integrar princípios ecológicos e limites físicos no formalismo dos modelos econômicos prevalecentes (CAVALCANTI op. cit., p.9).

Neste sentido, são propostos meios e formas alternativas de utilização dos recursos naturais, novas técnicas e métodos, sendo agregados agora valores nunca antes questionados, como o próprio valor de existência destes recursos. Isto pode ser verificado nos mais diversos setores da economia, inclusive também em um setor em grande expansão, o turismo, considerando o crescimento das atividades de ecoturismo intimamente relacionada à trajetória histórica do ambientalismo, mas não necessariamente a uma consciência ambientalista, como será discutido a seguir.

Os problemas ecológicos e as demandas de sustentabilidade levam a concluir que as metas prioritárias da ciência deixaram de ser a conquista da natureza. As prioridades são hoje muito mais humildes e também muito mais complexas: estabelecer uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza (LEIS, 2000, p. 109).

4.3 As influências do ambientalismo no turismo.

O turismo representa, hoje, um fenômeno econômico e social em grande expansão no mundo. Porém, nem sempre foi considerado desta forma, uma vez que por muito tempo representou apenas uma atividade estimuladora das economias nacionais e internacionais, provedora de divisas, por meio de atividades de lazer das pessoas. Cabe lembrar que é uma atividade produtiva inserida na acumulação capitalista, também influenciada pelas leis de mercado e que, portanto, transforma o lazer e a viagem em mercadoria para uma sociedade de consumo, no caso, elitizada.

Na realidade, é somente a partir do século XIX que ocorre a consolidação do turismo propriamente dito, ou seja, de forma organizada, devida principalmente às transformações econômicas e sociais e à inovação tecnológica. De acordo com vários autores, foi a Revolução Industrial que trouxe a formação de uma classe média, o aumento do tempo livre e a procura por viagens recreativas (REJOWSKI et. al., 2002). No entanto, “coincidentemente”, foi após a Segunda Guerra Mundial que a atividade turística tomou novos rumos, consolidou-se e expandiu-se. Aqui já se esbarram os dois temas propostos neste estudo: o turismo e o ambientalismo.

É indiscutível que o período pós-guerras representou a toda civilização mudanças significativas, refletidas em todas as dimensões, política, social, ambiental, cultural, econômica, espiritual. O que se pretende discutir neste momento é como a expansão do turismo caminhou com a expansão dos movimentos ambientalistas, ou seja, o que exatamente mudou no turismo frente à problemática ambiental.

Parece que o homem sempre apresentou um grande apreço à natureza, mas foi notadamente com a sua posição de dominação e a singularização do ser humano que a natureza passou a significar um momento e espaço de contemplação e de “fuga”, principalmente após a industrialização do mundo. Em face dos problemas decorrentes da urbanização e do crescimento populacional é que ocorre o desejo de evasão, descanso e recreação em ambientes próximos à natureza.

Por mais que a sociedade urbano-industrial e o avanço das ciências tenham dessacralizado o mundo e enfraquecido os mitos, a imagem das áreas naturais como paraíso em que a natureza virgem se expressa em toda sua beleza, transforma-se em objeto de reverência por parte do homem urbano (DIEGUES, 2000, p. 98).

Ruschmann (2001) afirma que a preocupação com o meio ambiente se deu a partir dos centros urbanos, devido ao avanço desenfreado da “produção suja”, conduzindo a humanidade a uma perda na qualidade de vida e destruição das condições de sobrevivência em certos lugares. Deste modo, é possível pensar que a demanda por experiências que permitam um

maior contato com a natureza sejam provenientes das sociedades ocidentais, as quais já passaram por um intenso processo de industrialização e urbanização, em busca da “natureza intocada”, como propõe Diegues, uma espécie de retorno ao estado puro. É assim que ela e todos os seus elementos passam a, inquestionavelmente, representar a matéria-prima do turismo, uma vez que esse passa a usar e apropriar-se dos ambientes naturais na forma de produto e/ou serviços.

O “boom” do turismo foi evidenciado a partir da década de 50 e, conseqüentemente, diversos lugares passaram então a sofrer com os impactos negativos provocados pela atividade turística de massa ocorrida neste período. Como fruto do sistema capitalista e por ser um setor da economia, o turismo passou a explorar desenfreadamente os recursos naturais, sendo responsável por acumulação de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação do meio ambiente e exploração de trabalho (CORIOLANO, 2007). No entanto, da mesma forma que a atividade turística “vende” a natureza, a cultura, a paisagem, ela também a consome e, por isso, há necessidade de preservar estes elementos.

Na realidade, quando apareceram os sinais de que o turismo não trazia somente divisas, mas também inúmeros problemas ambientais e sociais, como as demais atividades econômicas, o ambientalismo já despontava no cenário das discussões mundiais e, claro, o turismo não poderia ser deixado de lado.

Assim tornou-se necessária a definição de um novo modelo de desenvolvimento turístico, que se propusesse a seguir "critérios ecológicos" adequados à idéia de "equilíbrio com o meio natural" e o envolvimento das populações locais (RIBEIRO e BARROS, 2000), buscando o bem estar social e a garantia da sustentabilidade, isto é, um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo como o definido pela *World Commission of Environment and Development* (1987 apud RUSCHMANN, 2001, p.10): “aquele que atende

às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”.

Embora a sustentabilidade já representasse um tema de suma relevância, foi somente em 1995, por iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), que ocorreu a primeira Conferência sobre Turismo Sustentável, em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, contando com a participação direta da UNESCO e da OMT. Neste evento foi elaborado o conceito de Turismo Sustentável, que passa a abranger a questão relativa à participação das comunidades locais.

O Turismo Sustentável é aquele que atende as necessidades dos turistas hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p.24).

Dentro da nova concepção do Turismo Sustentável e com o discurso do ambientalismo e toda a problemática capitalista e social no mundo, é inevitável a mudança de interesse dos consumidores do turismo de massa por experiências mais enriquecedoras (DIAMANTIS e LADKING, 1999). Neste momento, o crescimento das atividades de lazer, praticadas no meio natural, e das preocupações com a minimização dos impactos negativos do turismo na utilização dos recursos naturais, contribuíram para o crescimento da demanda por diversos segmentos turísticos: rural, de aventura, de natureza, ecoturismo, entre outros.

Apesar do avanço no setor turístico no sentido de acompanhar as exigências de um novo tipo de desenvolvimento, com propostas mais humanitárias e solidárias ao discurso ambientalista mundial, observou-se que o turismo sustentável direcionava o beneficiamento das comunidades envolvidas com a atividade turística apenas na dimensão econômica, ficando muito vaga a idéia de “importância” destas comunidades, bem como a da preservação ambiental. A grande questão era e ainda é, em determinado lugar, como encaminhar um turismo ao desenvolvimento sustentável, visto que interfere diretamente na paisagem, cultura,

natureza, patrimônio histórico deste lugar e sua comunidade, uma vez que está alicerçado em bases elitizadas? De que forma é ou deveria ser a participação das comunidades locais na atividade turística e seu desenvolvimento?

Baseado nestes questionamentos tentou-se criar um novo segmento turístico capaz de atuar com maior responsabilidade ambiental e social e que fosse também economicamente viável. Assim, no final da década de 80, emergiu o conceito e as atividades do ecoturismo como resultado direto do conhecimento e das discussões sobre as práticas ecologicamente sustentáveis.

O ecoturismo é compreendido como uma “atividade turística realizada em área natural que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, visando a formação de uma consciência ambientalista capaz de promover o bem-estar das populações envolvidas e a conservação destas áreas naturais” (BRASIL, 1994, p.19). É ainda considerado uma importante alternativa para o desenvolvimento de regiões periféricas e/ou subdesenvolvidas, uma vez que, no mundo contemporâneo, a qualidade de uma destinação turística vem sendo avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes e à população local (RUSCHMANN, 2001).

Esse fato é de extrema importância ao refletir que, na realidade, o que o ecoturismo permitiu até o momento foi desencadear o processo civilizatório em lugares ainda “não explorados” à sua população tradicional, levando a questionar a sustentabilidade deste modelo turístico, baseado na nova economia ambiental. Dias (2003) afirma que o turismo de natureza busca realmente desfrutar os valores naturais de um território, mas que, no entanto, pode apresentar-se como insustentável. Muitas vezes, a simples utilização de ambientes naturais pelo turismo é considerada uma atividade ecoturística, mesmo não envolvendo efetivamente as comunidades locais e, dessa forma, não a beneficiando (DEDINA e YOUNG, 1995).

Cabe ressaltar que os modelos de ecoturismo sugeridos e estabelecidos nessas regiões periféricas corresponderam, principalmente, aos modelos norte americano e europeu, coerentes assim com uma realidade e interesses bem diferentes das localidades do mundo subdesenvolvido. Este fato sugere a ocorrência de conflitos não somente econômicos, mas sociais e culturais, pois os espaços passam a representar “lugares para o turista ver” e desconfiguram os significados e valores locais atribuídos a eles. Moscovici (apud DIEGUES, 2000) propõe o novo naturalismo, traduzido como movimentos sociais que visem o respeito à diversidade cultural como base para a manutenção da diversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais.

De acordo com o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária elaborado pela organização não governamental WWF (2003), a sustentabilidade defendida pelos princípios do ecoturismo não deve ser entendida como um fim a ser alcançado em planos, programas e projetos. É necessário que a sustentabilidade seja compreendida como as condições “ótimas” de desenvolvimento do ecoturismo, e atentar aos seus princípios, os quais devem estar presentes não só no planejamento, mas em todas as etapas de sua realização.

O ecoturismo, ao provocar e satisfazer o desejo do turista de estar em contato com a natureza, deve explorar o potencial turístico da localidade visando a conservação e o desenvolvimento local, evitando possíveis impactos negativos à ecologia, à cultura e à estética. Segundo Western (1995 apud FIGUEIREDO, 1999, p.57) “conservação e turismo que neguem os direitos e interesses das comunidades locais estão fadados ao fracasso, quando não considerados totalmente ilegais”. Desta maneira:

O ecoturismo genuíno deve basear-se em uma perspectiva de sistemas que inclua a sustentabilidade e a participação da população local (...). Deve ser encarado como um esforço cooperativo entre população local e visitantes conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais e seus patrimônios culturais e biológicos, através do apoio ao desenvolvimento da comunidade local. (GODFREY et. al., 2001, p.260).

Portanto, se os princípios deste “novo” segmento turístico ocorrerem efetivamente, espera-se que ele venha beneficiar as áreas receptoras, gerando a melhoria da infra-estrutura local, vias de acessos, ampliação da rede de transportes, implementação de medidas de conservação dos recursos naturais, conservação e reabilitação de monumentos e edificações de valores históricos e valorização de costumes e tradições (OMT, 2001 apud SEABRA, 2003).

A partir desta perspectiva, fica claro que o desenvolvimento local está baseado e fundamentado no aproveitamento dos recursos endógenos, sejam eles: humanos, naturais e de infra-estrutura. Não cabe mais pensar em soluções para os problemas propostas pelos agentes externos à localidade, mas, sim, nos interesses, participações e iniciativas dos agentes internos.

Verifica-se o resultado positivo do trabalho quando a comunidade se apropria do conhecimento e dos objetivos do trabalho integrado, passa a entender a sua realidade, e possibilita uma ação criativa e consciente da mudança social que é a capacidade de fornecer respostas aos problemas concretos da vida diária. (BERNARDES e MARTINS, 1988 apud FIGUEIREDO, 1999, p. 60).

Neste contexto, entende-se como o envolvimento das comunidades local, além da participação em discussões e tomada de decisões relativa aos problemas econômicos, ecológicos e sociais, a valorização da cidadania, uma vez que é imprescindível para o estabelecimento de relações horizontais, desenvolvendo o espírito e senso de responsabilidade comum. Segundo Bordenave (1994 apud MENDONÇA e IRVING, 2004) a participação implica em “Fazer parte, tomar parte e ter parte”.

A viabilidade de um desenvolvimento sustentável depende não somente do avanço dos direitos da apropriação das comunidades sobre os patrimônios naturais e culturais e poder de decisões sobre o lugar onde vivem, mas também do incremento de suas capacidades de autogestão e na divisão das responsabilidades na construção coletiva, que venham a fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos para uma nova realidade social (MENDONÇA e IRVING, 2004), frente à nova situação criada com o turismo.

A garantia da sustentabilidade econômica, ambiental e sócio-cultural proposta pelo ecoturismo passa a exigir dos planejadores e gestores a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos centrados em parcerias com responsabilidade e participação de todos os agentes envolvidos (MENDONÇA e IRVING op. cit.). A eficiência desta democratização é que levará à formação de uma consciência ambiental.

A alternativa turística sugerida pela WWF (2001) é a promoção de um Ecoturismo de Base Comunitária onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre o desenvolvimento e a gestão do turismo e, por meio do envolvimento participativo, deve proporcionar a maior parte dos benefícios para as comunidades locais. Assim, segundo a *Tourism Concern* (2002 apud MENDONÇA e IRVING, 2004) o turismo de base comunitária é aquele em que a comunidade local possui o poder de propriedade, de posse e de administração dos equipamentos e serviços turísticos, estando realmente envolvida e beneficiada.

Entretanto, é importante atentar-se de que o desenvolvimento de um turismo sustentável pode representar uma estratégia política e econômica para que satisfaça o novo modelo desenvolvimentista, o qual utiliza esta onda ecológica como instrumento mercadológico e publicitário. Isto é, uma estratégia para atrair uma crescente demanda pela idéia da necessidade de aproximação com a natureza e pela conscientização ambiental e a levar aos lugares subdesenvolvidos e pobres o desenvolvimento, que na verdade, será encaixado nos moldes da sociedade pós-moderna. É baseada nesta possibilidade de estratégia política e econômica que se deve ter o cuidado em avaliar o desenvolvimento do turismo em determinados lugares, pois nem sempre o seu objetivo representa os princípios e valores dos conceitos de ecoturismo e turismo sustentável apresentados acima.

Todas as modalidades ou formas de turismo que utilizam o meio natural, ao seguirem os princípios do ecoturismo, adquirem definições muito semelhantes e passam assim a representar efetivamente uma atividade sustentável.

5. CAPÍTULO II – A EXPANSÃO DO TURISMO NO SÉCULO XX E SUAS IMPLICAÇÕES.

Certamente, desde as origens, o homem se viu impulsionado a deslocar-se por diferentes razões: caça, religião, comércio, lazer, entre outras. Mas, foi o desenvolvimento das comunicações, dos meios de transporte e, principalmente, da tecnologia que ampliaram as oportunidades de se chegar a diferentes destinos, mesmo em lugares quase inóspitos, fazendo com que o turismo se tornasse um dos principais setores socioeconômicos mundiais.

De acordo com Trigo (1998), é evidente que o crescimento do turismo está vinculado às novas condições de vida e trabalho e mudanças de hábitos instituídas às sociedades pós-industriais (pós Segunda Guerra Mundial), em que as pessoas conquistaram o direito ao tempo livre e deixaram de enxergar o individualismo e o prazer pela vida como algo negativo e pecaminoso. É neste momento que o turismo e as viagens tornam-se objetos de consumo da sociedade contemporânea e, cada vez mais, multiplicam-se as motivações e desejos pessoais do viajante.

Atualmente, o turismo apresenta-se sob as mais diversas formas. Segundo Ruschmann (2001), o crescimento da demanda, oferta turística e facilidades para as viagens tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes e o “novo turismo” é caracterizado pela flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e por experiências turísticas mais autênticas. Hoje, a qualidade de um destino turístico é avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes e à população local.

Neste Capítulo II aborda-se como o turismo é compreendido na atualidade e suas tendências, bem como se apresenta um segmento deste mercado em expansão: o turismo de

observação de baleias, considerando-se sua origem, caracterização e implicações nas escalas internacional, nacional e regional.

5.1 O turismo e suas implicações.

O turismo pode receber inúmeras definições. Pode ser pensado como sendo “uma gama de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que se combinam de alguma forma para propiciar uma experiência de viagem” (COOPER et. al., 2001, p.40), ou ainda, “uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas visando à satisfação de outras necessidades que não a atividades remuneradas” (WAHAB, 1972 apud TRIGO, 1998, p.12).

Mas, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) mesmo as viagens a trabalho podem ser inseridas no turismo, uma vez que “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros (OMT op. cit., p.3).

No entanto, com as mudanças sociais e tecnológicas, ocorridas principalmente a partir dos anos 50, as viagens transformaram-se na atividade de lazer mais desejada e acessível, proporcionando, cada vez mais, experiências enriquecedoras aos viajantes, nas suas mais diversas formas e em lugares extremamente distintos, transformando-se num fenômeno mundial complexo.

Com a maturidade do setor turístico e a maior informação e sofisticação dos turistas, desenvolveram-se tipos especiais de serviços e produtos para atender às suas necessidades. Esses serviços e produtos originaram-se de mudanças e de pressões exercidas sobre componentes da oferta turística (como destinos e atrações), bem como sobre o público viajante (OMT, 2003, p.86).

Desta forma, o turismo pode ser considerado, então, como uma atividade multidimensional e multifacetada, que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas

diferentes (COOPER et. al., 2001). É fato que inúmeros estudiosos tentam chegar a um consenso para definir esta complexidade do fenômeno turístico, objetivando criar um modelo que permita reconhecer todos os componentes envolvidos no sistema turístico e suas inter-relações.

Além da percepção de que o turismo necessita de diversas áreas do saber para que a atividade seja tratada de uma forma mais integrada, modelos foram criados, dentre os estudiosos em turismo, levando em consideração as relações e inter-relações sociais, ambientais e políticas que este provoca, é fruto ou altera (LEME, 2007, p. 19).

De uma maneira geral, os modelos para sistema turístico propõem uma relação entre três principais conjuntos: a organização estrutural, composta pela infra-estrutura e superestrutura; as ações operacionais, relativa ao mercado, ou seja, composta pela oferta e demanda, produção e consumo; e as relações ambientais, que representa o conjunto de fatores provenientes do ambiente externo, da sociedade, como os fatores ecológicos, sociais, econômicos e culturais (BENI, 1998). A perfeita sintonia entre todos os componentes envolvidos no sistema turístico é o que levará à satisfação das necessidades e exigências dos turistas (FERNANDES e COELHO, 2002) e das populações anfitriãs.

Entretanto, o turismo atual vai muito mais além da satisfação dos turistas, uma vez que, como os próprios modelos apontam, interfere e é interferido pelos elementos externos a ele.

O fato é que uma relação favorável entre o consumidor e a empresa pode não ser favorável à sociedade como um todo. Os impactos econômicos, sociais, ambientais, espaciais e culturais, resultantes diretamente de ações turísticas que não respeitam as limitações de uma destinação, a invadindo (mesmo que esta não esteja preparada para receber a demanda), podem manifestar-se de maneira bastante desfavorável (RESENDE, 2005, p.15).

Pensando na perspectiva econômica do turismo e considerando-o uma atividade eminentemente de prestação de serviços, enquadra-se no setor terciário da economia e, portanto, interage com os demais setores, podendo desencadear um processo de irradiação de benefícios a todos eles (FERNANDES e COELHO, 2002), conhecido com o efeito

multiplicador. Por este motivo tem sido elogiado e colocado à frente de muitas políticas econômicas nacionais como um setor prioritário de investimento.

Segundo a OMT (2001), a importância econômica do turismo relaciona-se à oportunidade de “exportação” de determinada região ou nação até o lugar de destino, capaz de gerar renda, favorecer a criação de empregos, entrada de divisas, aumento de impostos e aquecimento da atividade empresarial. Esses efeitos são conseqüências do círculo de relações que se forma entre as empresas fornecedoras, empresas turísticas e, o mais importante, os turistas. O grande problema está quando esses efeitos positivos são encarados e tomados como a “salvação” das economias nacionais, regionais ou locais.

Embora a atividade turística colabore para o fortalecimento das relações econômicas de determinadas localidades, os seus custos não podem ser desconsiderados (OMT, 2001; RUSCHUMANN, 2001). Dentre eles é importante ressaltar:

- O custo de oportunidade, o qual se refere à ponderação sobre os investimentos realizados sobre os recursos turísticos, que muitas vezes são limitados, fazendo-se necessária a avaliação do real retorno provido pela oportunidade. Isto é, se os benefícios gerados com determinada atividade turística são os mesmos, ou melhores, caso os investimentos tivessem sido destinados a outro uso ou ao não-uso do recurso.

- O custo das flutuações da demanda turística que se refere à sazonalidade da demanda que é dependente das mudanças econômicas, políticas e sociais, podendo trazer sérios problemas às localidades que dependem majoritariamente da atividade turística.

- A inflação e a especulação imobiliária, presente no turismo elitizado, responsável pela elevação dos preços de produtos e serviços que nem sempre podem ser acompanhados pelas comunidades receptoras locais, ou seja, o custo de vida se torna maior.

- A perda de benefícios potenciais, que se refere às localidades onde os investimentos turísticos são dependentes do capital estrangeiro e, portanto, os lucros com a atividade não permanecem no local, sendo usufruído apenas pelos investidores.

- As distorções na economia local, a qual é provocada quando o turismo passa a ser prioritário no desenvolvimento local ou regional, deslocando grande parte dos recursos financeiros e humanos, gerando deficiências nos demais setores da economia.

Portanto, embora as implicações econômicas do turismo tenham se apresentado favoráveis, é imprescindível uma avaliação mais ponderada sobre os valores envolvidos e a sua distribuição, ou seja, o estudo da relação custo-benefício da atividade, seja para uma localidade, comunidade ou recurso turístico.

Pensando nas perspectivas social e cultural, o turismo que promove o deslocamento de pessoas e o contato com diferentes sociedades e seus valores culturais representa um grande estimulador de novas relações. Isto se deve ao fato de que representa uma atividade baseada em necessidades e anseios humanos, ou seja, os turistas ao visitarem um lugar tendem a estabelecer relações com as pessoas e atrativos (naturais, culturais), e possuem expectativas a serem atendidas, da mesma forma que a população receptora também as possuem. Desta maneira, é possível o reconhecimento das diferenças entre valores, costumes e necessidades, onde se estabelece uma relação de troca social.

Além disso, a atividade turística é capaz de estimular através dos investimentos, melhorias na área da saúde, segurança, infra-estrutura básica e educação, ou seja, na qualidade de vida, uma vez que as populações locais devem estar preparadas para atender o público visitante e, de uma maneira geral, exigente.

No entanto, diversos autores apontam a ineficiência turística relativa às dimensões sócio-culturais, percebidas quando o desenvolvimento do turismo em uma localidade leva a uma profunda desilusão por parte de sua população (RUSCHMANN, 2001), ocasionada por

atividades que não trazem efetivamente a melhoria na qualidade de vida local e não estabelecem contatos e trocas harmoniosas pelos turistas. São inúmeros os casos onde os investimentos turísticos proporcionam apenas a melhoria nas condições de atendimento aos turistas, excluindo as populações locais de qualquer participação (criam-se lugares restritos, importa-se mão-de-obra, especulam-se os imóveis, as terras). Além disso, ao contrário da valorização do artesanato local, da herança cultural, do patrimônio histórico e do estímulo ao orgulho étnico, o turismo também pode ser capaz de descaracterizar, vulgarizar e destruir toda essa herança histórica e cultural, criando espetáculos e um mundo para turista ver.

De acordo com Pellegrini Filho (1993), a responsabilidade social do turismo está na valorização da qualidade de vida da população receptora, que, uma vez garantida, permite tanto atender da melhor maneira o consumidor e suas expectativas quanto estabelecer relações harmoniosas entre os turistas e as comunidades.

Em relação à perspectiva ambiental, ou ecológica, o turismo estabelece uma estreita relação de dependência com o meio ambiente. Como qualquer atividade econômica ele envolve a utilização dos recursos naturais que, por sua vez, constituem a base para o seu desenvolvimento. Desta forma, é imprescindível que a atividade turística se preocupe com a preservação, a conservação e a revalorização do ambiente natural.

A contribuição do turismo para a garantia do bem estar ambiental e ecológico está associada ao provimento de incentivos e renda necessários à manutenção dos recursos naturais, ou mesmo áreas de preservação ambiental. A própria receita gerada pelas atrações turísticas pode ser investida na manutenção e gerenciamento das áreas e em mecanismos mais racionais de utilização destes recursos, substituindo outras práticas mais agressivas e minimizando, assim, os possíveis impactos negativos (OMT, 2003). O turismo pode ainda colaborar para a criação e implantação de planos e programas de conservação, promover a descoberta e acessibilidade de certos aspectos naturais, estimular o reconhecimento e a

valorização dos elementos da natureza e estreitar as relações psicofísicas entre o homem e seu ambiente natural (RUSCHMANN, 2001).

Entretanto, como fruto do sistema capitalista, o turismo não foge a regra do consumismo e da geração de capital, fazendo dos recursos naturais produtos a serem vendidos. Quando feita de forma inadequada, a atividade turística pode colaborar para a degradação ambiental, através do uso abusivo e exaustivo, aumentando índices de poluição das águas, do ar, sonora e visual; transformando as paisagens e estéticas locais; perturbando a vida selvagem e o equilíbrio ecológico dos ecossistemas e provocando, também, a erosão dos solos. De acordo com o Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, apresentado pela OMT, a proteção do meio ambiente e a minimização dos impactos ambientais devem ser consideradas ao longo do processo de planejamento e gerenciamento turístico (OMT, 2003).

Fatores como o estabelecimento da capacidade de carga que respeitem os limites de mudanças aceitáveis, o zoneamento das áreas acessíveis aos turistas, a criação de permissões, licenças e taxas, a criação de sistemas de gerenciamento dos visitantes e o estabelecimento de estratégias adequadas de marketing e educação representam importantes ferramentas para o desenvolvimento sustentável do turismo, devendo estar presentes no planejamento de qualquer destino ou atração turística (OMT, 2003; RUSCHMANN, 2001; LINDBERG e HUBER Jr., 2001).

5.2 Tendências atuais do turismo.

Até os anos 80, o setor turístico caracterizava-se por oferecer viagens padronizadas, através de pacotes rígidos que permitiam manter preços reduzidos, e um turismo de massa. No entanto, mais precisamente a partir da década de 90, inúmeros fatores contribuíram para mudar este contexto.

Com o aumento do tempo livre, melhores salários, aumento nos níveis educacionais, maiores expectativas de vida, surgem consumidores mais bem informados e amplia-se a diversidade de suas necessidades e desejos, tornando-os relativamente mais sofisticados e exigentes. Assim, com o surgimento de um enorme espectro de motivações e expectativas, o turismo passa a ter que buscar diferenciadas alternativas de viagens que satisfaçam a estes novos desejos e necessidades. Somando-se a isso, com a globalização e a evolução da tecnologia, os produtos turísticos são capazes de se tornarem mais acessíveis e especializados, enquanto os serviços podem aumentar os seus níveis de qualidade, de acordo com o público alvo em questão.

O turismo tende a se expandir, tornando-se mais flexível e segmentado, no contexto em que os viajantes apresentam diversificadas motivações de viagem, o individualismo é reconhecido, a tecnologia colabora para a evolução dos transportes, equipamentos e serviços turísticos e do *marketing*, e as pessoas passam a enxergar uma gama de oportunidades de destinos (COOPER et. al., 2001).

No que se refere ao turismo de lazer, dados o seu crescimento, a sua maturidade, e a competitividade, e visto que o turista atual tem maiores condições de estar informado sobre diferentes produtos e preocupa-se em valorizar o dinheiro que dispõe, tornam-se imprescindíveis inovações no mercado. Dentre os segmentos especiais do mercado turístico de lazer, se destacam as atividades realizadas em áreas naturais, essencialmente, o segmento do ecoturismo. De acordo com a OMT (2003), há dificuldades em determinar a dimensão desta atividade, mas, tem se mostrado crescente e importante. Acredita-se, ainda, que está diretamente relacionada à sofisticação dos viajantes e ao desejo de auto-desenvolvimento através das viagens.

Segundo Ruschmann (2001, p.15), uma maior sensibilidade ambiental e social, “o crescimento da demanda e, conseqüentemente, da oferta turística, e as facilidades para as

viagens tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes ávidos por novas e emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturais consideráveis”.

É nesse ambiente que a atividade recreativa de observação de fauna silvestre ganha destaque e torna-se importante dentro do segmento do ecoturismo, apresentando um número crescente de participantes e de valores econômicos e conservacionistas (ROE et. al., 1997).

5.3 O turismo de observação de baleias: da origem a expansão.

5.3.1 A Caça.

Os cetáceos¹⁴ sempre despertaram a curiosidade humana. Desde a antiguidade os gregos já admiravam estes animais e percebiam sua afinidade com os seres humanos, relatados em versos e prosas e sendo protagonistas de suas lendas. No entanto, por muitas décadas, principalmente as baleias passaram a ser exclusividade dos caçadores. Até 1900 a caça ainda era artesanal, realizada com pequenas embarcações e com arpões manuais, mas a partir deste momento, os barcos passam a serem motorizados e cada vez mais velozes e a caça muito mais agressiva com os novos arpões explosivos desenvolvidos pelos noruegueses. Foi no século XX então que inúmeras espécies de baleias foram caçadas, reduzindo drasticamente o número de indivíduos e sendo levadas praticamente à extinção (FINDLAY, 2001; GAMBELL, 1973).

A caça comercial das baleias tornou-se um mercado em expansão, sem um controle planejado, milhares de baleias foram mortas, muito óleo foi produzido e a oferta, notoriamente grande, fez com que o preço do óleo caísse. Assim, na década de 30, os caçadores noruegueses e britânicos decidiram parar a caça por um ano e pensaram em introduzir uma regulamentação, o que não impediu países como o Japão e a Alemanha a continuarem com a exploração sem controle (IBJ, 2004).

¹⁴ Taxonomicamente os cetáceos são os animais conhecidos popularmente como baleias, golfinhos e botos pertencentes à ordem CETACEA.

Foi somente em 1946 que foi criada a IWC, *International Whaling Commission*, contando com a participação de 40 países, com o objetivo de estudar as baleias e estipular cotas de caça. Imediatamente francas, cinzas e as baleias jubarte da Antártica foram protegidas. Foi proibida a caça em algumas áreas e períodos na Antártica, foi determinado um comprimento mínimo para as baleias caçadas e foi proibido matar fêmeas com filhotes. A partir daí, algumas espécies fortemente ameaçadas de extinção, começaram a ser poupadas. Entretanto, foi somente em 1986 que a IWC e seus países membros decretaram a moratória, proibindo a caça mundial de baleia, porém sem a adesão de países como o Japão e a então União Soviética, que continuaram a caça. Atualmente, a caça continua de três formas: aborígene legal e ilegal, ilegal por países que não são membros da IWC (Noruega); e “científica”¹⁵ pelo Japão. Acredita-se que entre 1904 a 1993 dois milhões e 32 mil baleias foram caçadas (CLAPHAM et.al., 2006; FINDLAY, 2001).

No Brasil, com o governo do Presidente José Sarney, em 1987, a caça foi proibida em águas brasileiras, através da Lei nº 7.643 de proteção perene dos cetáceos. De acordo com o estudo de Lodi (1992), a caça às baleias foi introduzida no Brasil em 1602 pelos biscainhos¹⁶ no Recôncavo Baiano e os primeiros estabelecimentos para exploração comercial da caça à baleia - denominados “caças da armação” - surgiram na ilha de Itaparica.

Segundo relatos históricos, as baleias eram muito numerosas nas baías e enseadas do litoral brasileiro. Eram arpoadas perto da costa e transportadas para as armações onde eram processadas, efetuando-se a apuração do óleo, utilizado na época para a iluminação e considerado um recurso valioso no mercado europeu. No decorrer dos séculos XVII e XVIII multiplicaram-se os portos baleeiros no litoral baiano, como os de Pituba, Rio Vermelho,

¹⁵ O Japão utiliza as cotas de caça as baleias estipuladas pela IWC como justificativa da matança, mas por falta de fiscalização, muitas vezes ultrapassam o número permitido e ainda comercializam a carne nos mercados japoneses.

¹⁶ Historicamente Felipe III, rei da Espanha e Portugal, concedeu por alvará o privilégio de caçar baleias nas costas do Brasil ao capitão Peto de Orecha e a seu sócio, João Miguel, da Biscaia, a mais setentrional das antigas províncias bascas.

Pedra Furada, Caravelas, Manguinhos, Porto Santo, Gamboa, Barra do Gil e Itapõa. Foi a partir da Bahia que as armações se expandiram até o litoral de Santa Catarina (LODI op. cit.).

5.3.2 Os Cetáceos e o Turismo.

O termo *Whale Watching* é utilizado para designar as atividades comerciais recreativas de observação dos cetáceos em seus ambientes naturais, isto é, a observação de baleias, golfinhos e botos (IFAW, 1997). Na realidade, a tradução literal do termo na língua portuguesa consiste em Observação de Baleias, porém pode-se considerar a observação de todas as espécies pertencentes à Ordem CETACEA, ou seja, os cetáceos. A fim de garantir uma maior clareza nas discussões o termo Turismo de Observação de Baleias (TOB), será utilizado neste estudo para designar especificamente as atividades comerciais recreativas de observação das baleias e, quando se tratar de outros cetáceos, utilizar-se-á o termo Turismo de Observação de Cetáceos (TOC). Estas atividades podem ocorrer por diversas plataformas tais como: embarcações motorizadas, embarcações à vela ou manuais (caiaques, canoas), aviões, helicópteros ou mesmo de um ponto fixo em terra e em praias (CORBELLI, 2006).

Acredita-se que as atividades recreativas com os cetáceos surgiram, principalmente, em áreas onde estes animais se aproximavam da costa litorânea ou mesmo encalhavam nas praias e assim permitiam sua contemplação e despertavam muitas curiosidades. Em meados do século XIX alguns animais passaram a ser criados em cativeiros para o conhecimento, admiração e entretenimento das pessoas (CORBELLI, op. cit.).

No entanto, não foi antes do século XX que a utilização turística comercial destes animais se iniciou. Segundo Hoyt (1995), foi em 1955 que ocorreu a primeira operação turística para a observação de baleias, onde em troca de 1 dólar, os curiosos eram levados a observar as baleias cinzas na costa de *San Diego*, Estados Unidos. Durante a década de 60 outros lugares passaram a explorar este tipo de atividade, se estendendo a todo estado da Califórnia até que, em 1971, a sociedade de Zoologia de Montreal promove a primeira viagem

comercial na costa leste em *St. Lawrence*, Canadá. Foi nos anos 80 que a atividade passou a se expandir significativamente.

A partir desta época o turismo para Observação de Cetáceos passa a representar uma das atividades turísticas que mais vem ganhando destaque nas últimas décadas, atraindo mundialmente cerca de 6 milhões de turistas a cada ano (ROE et. al., 1997) em 87 países, movimentando mais de 1 bilhão de dólares (HOYT, 2001). De uma maneira geral, atualmente, as principais espécies utilizadas no mundo para a observação são as baleias jubarte, franca, azul, minke e cachalotes, mas a observação de orcas e alguns golfinhos também tem-se mostrado relevantes em alguns países (CORBELLI, 2006). De acordo com Hoyt (2001), o número de observadores de cetáceos, entre 1991 a 1998, passou de 4 milhões a 9 milhões de pessoas, um acréscimo de cerca de 12,1 % ao ano (Figura 3), e os países que demonstram maior participação são os Estados Unidos, Canadá, Ilhas Canárias (Espanha), Austrália e África do Sul.

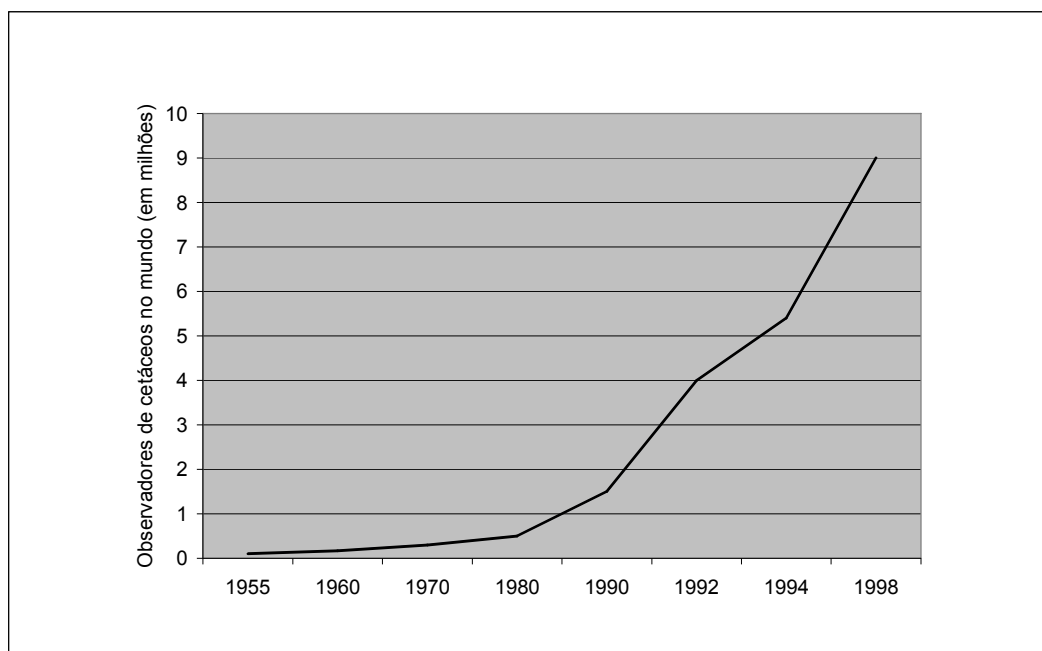


Figura 3 - O crescimento do número de participantes da observação de cetáceos no mundo entre os anos de 1955 a 1998.

Fonte: HOYT, 2001.

A importância dada ao crescimento deste tipo de atividade está diretamente relacionada aos fatos: geração de renda e emprego com uma melhor distribuição, em contrapartida à caça, onde apenas grandes e poucas indústrias participam dos benefícios econômicos da exploração destes recursos naturais; o uso não letal dos animais, o que colabora para a conservação das espécies e para a possibilidade de trabalhar com a educação ambiental com todos os agentes envolvidos; e auxílio à pesquisa científica com o aumento de estudos sobre a história natural e comportamento dos cetáceos em seu próprio ambiente. Estes são os principais argumentos que corroboram para que o *Whale Watching* se torne a arma a favor dos cetáceos contra a volta da caça comercial e a principal maneira economicamente viável e sustentável de utilização de cetáceos (WOODS-BALLARD et. al., 2003).

Acredita-se que o poder atribuído às atividades de observação dos cetáceos para a conservação das espécies está intrinsecamente associado à combinação do carisma e do forte apelo dos mamíferos marinhos para as pessoas. Segundo Matos (2003), estas espécies consideradas carismáticas provocam forte sentimento de responsabilidade nas pessoas e é o valor pessoal destas emoções que leva a uma cobrança social de conservação da natureza. “A beleza, graça e aparente gentileza destes gigantes do mar ganham a atenção do público apenas os despertando para a devastação que foi causada pelas modernas técnicas da caça comercial” (FORESTELL e KAUFMAN, 1995, p. 1).

Além disso, a utilização recreativa dos cetáceos transformou-se em uma opção bem lucrativa. Estima-se que hoje o *Whale Watching* movimenta cerca de 1 bilhão de dólares por ano no mundo e, em contrapartida, a caça gera somente cerca de 50 milhões de dólares ao ano (CORBELLI, 2006). Segundo Hoyt (2001), com o acelerado crescimento da atividade entre os anos de 1991 e 1998, considerando apenas os gastos diretos com os passeios, o aumento destes gastos passou de 77 milhões a 299, 5 milhões de dólares, o que significa um crescimento anual de 21,4%, o que demonstra ser uma atividade economicamente viável. No

entanto, o valor real do turismo de observação de cetáceos compreende a soma dos valores financeiros, recreativos, científicos, culturais, sociais, espirituais, políticos, ambientais entre outros (IFAW, 1997).

Embora a observação dos cetáceos tenha sido considerada pelas ONG's e reconhecida pela IWC como a melhor alternativa de uso destes animais, numa sociedade onde hoje tudo é transformado em mercadoria, inúmeros estudiosos alertam sobre os impactos e efeitos negativos, a médio e longo prazo, para a sobrevivência das espécies e a efetiva sustentabilidade deste tipo de atividade.

De acordo com Roe et. al. (1997), em geral, o *Whale Watching* ocorre, principalmente, em áreas cruciais de parte da história natural destes animais, como exemplo as rotas migratórias ou áreas de alimentação e reprodução, que tornam o encontro mais garantido, mas, que ao mesmo tempo, por serem áreas de grande relevância para os animais, pode-se alterar e ou perturbar todo o comportamento característico das espécies e assim interferir em sua sobrevivência. Atualmente, as principais ameaças às populações de cetáceos estão relacionadas à poluição dos ambientes costeiros, ao tráfego de embarcações e à poluição sonora provocada por elas, o emalhamento em redes de pesca e a pressão pela volta à caça (IBJ, 2004).

Assim fez-se necessário o ordenamento do *Whale Watching*, através da adoção de medidas e normas de observação desta fauna em seus ambientes naturais. De acordo com Forestell (1995), as normas de avistagem dos cetáceos são essenciais para garantir que a atividade seja conduzida de um modo não prejudicial e adverso aos animais, seja a apenas um animal ou indivíduo, seja para toda a população.

O sucesso de um bom ordenamento e gestão da atividade está relacionado às considerações de acesso público sobre as intenções comerciais e impactos biológicos claramente definidos. Neste contexto, muitos países e governos passaram a utilizar-se de

mecanismos de prevenção apresentados como guias a todas as atividades que possam prejudicar de alguma maneira o meio ambiente. Exemplos podem ser citados como a moratória às baleias em 1986, pela IWC, a Convenção da Biodiversidade, em 1992, a Convenção de Espécies Migratórias, em 1995, entre outros (CORBELLI, 2006).

Além das medidas preventivas o *Whale Watching* é também subsidiado pela legislação proposta em cada país em que ocorre. No Brasil, a primeira legislação referente à proteção dos mamíferos marinhos se deu através da Portaria nº 011 de 21 de fevereiro de 1986, quando ficou proibida a caça, perseguição, pesca ou captura de pequenos cetáceos em águas sob jurisdição brasileira. No ano seguinte, 1987, é decretada a Lei Federal nº 7.643 que passa a incluir a proteção aos grandes cetáceos, as baleias. Mais adiante, em 26 de dezembro de 1996, com o crescimento da atividade, o IBAMA estabelece a Portaria nº 117 referente à regulamentação da observação de cetáceos, visando prevenir e coibir o molestamento intencional dos mesmos em águas jurisdicionais brasileiras. Posteriormente, em 2002, esta Portaria foi revisada e sofreu pequenas alterações. (ANEXO IV, Fonte: IBAMA¹⁷).

O turismo de observação de cetáceos, no Brasil, é notificado em seis áreas. Na Amazônia, através da observação do boto tucuxi ou cinza (*Sotalia guianensis*) e boto rosa (*Inia geoffrensis*); no Arquipélago de Fernando de Noronha, com a observação de golfinhos rotadores (*Stenella longirostris*); no estado da Bahia, com a de baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*); no estado de Santa Catarina, com a observação das baleias franca (*Eubalaena australis*), golfinho nariz de garrafa (*Tursiopsis truncatus*), golfinho pintado do atlântico (*Stenella frontalis*) e boto cinza; no estado de São Paulo, na Lage de Santos, com a observação de golfinhos pintados do atlântico e as eventuais baleias de Bryde (*Balaenoptera edeni*) e na região de Cananéia, com a de botos cinza; no estado do Rio Grande do Norte, com a de golfinhos nariz de garrafa. Segundo Hoyt (2001), em 1998, cerca de 167.100 turistas

¹⁷ IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Órgão federal responsável pela proteção dos recursos naturais do Brasil. Disponível em: www.ibama.gov.br/cnia/index.php?id_menu=66. Acesso em: julho de 2008.

participaram das atividades de observação de cetáceos no Brasil, gerando com gastos diretos, 4 milhões de dólares e com gastos totais, 11 milhões de dólares aproximadamente.

5.3.3 A Baleia Jubarte e o Turismo.

A baleia jubarte, *Megaptera novaeangliae*, é uma espécie cosmopolita¹⁸ e migratória. Isto é, anualmente elas migram das áreas de alimentação em altas latitudes, onde passam o verão, para as áreas de reprodução em baixas latitudes, no inverno (WHITEHEAD e MOORE, 1982 apud MARTINS, 2004). A população de jubarte que se dirige à costa brasileira, no período de julho a novembro, utiliza, como área de reprodução, principalmente, a região do Banco dos Abrolhos, localizado no extremo sul do estado da Bahia (ENGEL, 1996; MARTINS et. al., 2001; FREITAS et. al., 2004; PACHECO de GODOY et. al., 2004). Embora represente a principal área de reprodução no país, com o crescimento desta população, Martins (2004) verificou que, atualmente, a sua distribuição pela costa também vem aumentando, podendo ser encontradas no litoral norte do estado, sugerindo a reocupação de antigas áreas de ocorrência.

Embora hoje a jubarte seja reconhecida apenas como uma espécie vulnerável à extinção (IBAMA, 2001), sofreu por muitos anos com a caça. Acredita-se que cerca de 200.000 jubartes foram mortas no século XX, quando passaram a serem protegidas pela IWC, em 1966 (CIPOLOTTI et. al., 2005). Estima-se que o número de jubarte no mundo representa apenas uma pequena porcentagem em relação ao seu estoque no passado anterior à caça comercial, mas tem apresentado bons resultados quanto ao restabelecimento da espécie (REEVES et. al., 2003).

Foi na década de 70, mais precisamente em 1975, que foram realizados os primeiros *tours* para a observação das baleias jubarte, na Nova Inglaterra e Havaí, nos Estados Unidos (HOYT, 2001). Os primeiros operadores turísticos estabeleceram um produto que agregava

¹⁸ Encontrada em todos os oceanos.

valores científicos e educacionais a estas viagens, o que resultou no rápido sucesso da atividade em apenas uma década (CORBELLI, 2006).

Na realidade, o imenso sucesso e crescimento do *Whale Watching* se deve, principalmente, às baleias jubarte (CORBELLI, op. cit.), pois podem ser avistadas próximas à costa. Esta espécie tende a ficar mais exposta aos olhos humanos do que outras, permanecendo por mais tempo na superfície da água e sendo capaz de realizar grandes espetáculos com seus comportamentos aéreos. Além disso, alguns indivíduos, especialmente os filhotes, ocasionalmente se aproximam dos barcos. Todos estes fatores colaboram para que esta espécie seja considerada uma das melhores para o turismo de observação de baleias no mundo.

A grande preocupação em relação ao turismo de observação das jubarte está relacionada a fatores como: intenso tráfego de embarcações turísticas; estreita proximidade destes barcos sobre as baleias que estão muitas vezes acompanhadas de seus filhotes nas áreas de reprodução; poluições sonoras, que podem provocar mudanças nos padrões da sonorização produzida por elas para a comunicação¹⁹; distúrbios nos seus deslocamentos, na distribuição e na formação dos grupos (mãe-filhote, macho-fêmea); alteração nos comportamentos usuais (ex: tempo de amamentação e intervalo respiratório); choque acidental com as embarcações (CONSTANTINE, 1999).

Além disso, outra grande preocupação é a real participação das comunidades locais, bem como os benefícios gerados pela atividade para elas, uma vez que o principal argumento que sustenta este tipo de turismo é o de propiciar maiores retornos financeiros a estas comunidades através da geração de empregos e rendas alternativas. O elenco de preocupações citadas confirma ser este tipo de turismo uma atividade geradora de impactos sociais,

¹⁹ As baleias jubarte também são conhecidas como baleias cantoras, pois são capazes de produzir canções com sistemas de ritmos e produção de frases melódicas, compreendidas como estratégias de reprodução.

econômicos e ambientais, e a necessidade de ser estruturado e organizado, visando, preferencialmente, impactos positivos e uma prática sustentável.

5.4 O turismo de observação de baleias na costa da Bahia.

Como já dito, no Brasil, o turismo de observação de baleias é realizado, essencialmente, no estado de Santa Catarina, com as baleias franca, e no estado da Bahia, com as baleias jubarte. Em alguns casos, porém, ocorre associado a outras atividades turísticas, sendo praticado de maneira oportunista ou ocasional.

Em 1988, após o decreto da lei de proteção às baleias no Brasil, a ocorrência das jubarte na costa da Bahia passou a ser objeto de estudo entre os pesquisadores, através de um projeto de monitoramento da mesma. Isto se deu ao redor da região do Arquipélago de Abrolhos, considerado o mais importante sítio reprodutivo da espécie da costa oeste do Atlântico sul, por representar a maior área de concentração das jubarte (ENGEL, 1996; MARTINS et. al., 2001), e que se dá no período de julho a novembro.

Foi com a “re-descoberta” das jubarte na região, somada à criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, em 1983, e o crescimento da demanda turística em áreas naturais na década de 90, que deram início às primeiras atividades de observação de baleias jubarte na costa da Bahia. De acordo com Morete et. al. (2000), o turismo no Parque apresentou um acentuado crescimento entre os anos de 1988 a 1995, atendendo, somente neste último ano, cerca de 14.000 turistas, e ganhou popularidade pelas atividades de mergulho recreativo e a presença das baleias jubarte. Nessa época, a visita ao Arquipélago era realizada por meio de embarcações tanto motorizadas, como traineiras e escunas, quanto por barcos à vela. No percurso, eram realizadas pequenas paradas para que os turistas pudessem contemplar as jubarte. Até então, a observação das baleias ocorria de maneira oportunista, associada às outras atividades turísticas.

Foi somente a partir do ano 2001 que o turismo de observação de baleias na costa da Bahia começou a despontar, pois as agências e operadoras de turismo passaram a enxergar e considerar este tipo de atividade uma boa alternativa de investimento e a pensar na possibilidade de transformar as baleias no atrativo principal dos passeios oferecidos. De acordo com os dados levantados pelas entrevistas junto aos operadores e agências de turismo, diversos fatores contribuíram para que isto ocorresse:

- 1- O aumento da população de jubarte e a ampliação de sua distribuição pela costa da Bahia, o que permitiu sua avistagem em regiões mais ao norte do estado e mais próximas a costa²⁰.
- 2- O apoio e incentivo da ONG Instituto Baleia Jubarte (IBJ), através do estabelecimento de parcerias com os operadores turísticos, oferecendo esclarecimentos sobre a importância do *Whale Watching* e seu potencial, bem como o acompanhamento de técnicos a bordo das embarcações turísticas para trabalhos educacionais e de pesquisa.
- 3- A identificação das baleias como um atrativo diferenciado, acessível a qualquer faixa etária e que, favoravelmente, é oferecido no período de baixa temporada, o que aumenta a demanda turística neste período.
- 4- A expansão do turismo no estado da Bahia através dos programas nacionais e regionais com seus investimentos que permitiram o crescimento do fluxo turístico interno e, principalmente, internacional.

De acordo com o IBJ (2007), em 2001 foram iniciadas as atividades turísticas de observação de baleias na Praia do Forte, litoral norte da Bahia, e no ano de 2004, iniciou-se o monitoramento da atividade na região sul do estado a partir de dois municípios: Caravelas,

²⁰ Um estudo realizado a partir de sobrevôos ao longo da costa brasileira, do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro, estimou a população de jubarte entre 6830 a 13490 indivíduos (ANDRIOLO et. al., 2006).

considerada porta de entrada ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, e Prado, cidade que apresenta melhor infra-estrutura turística na região da Costa das Baleias. O IBJ vem colaborando para o estabelecimento da atividade nas regiões de Itacaré e de Morro de São Paulo, efetivamente iniciadas em 2007. Desde 2002, estas atividades também ocorrem na vila de Cumuruxatiba, pertencente ao município de Prado. Cabe ressaltar que nestas localidades são oferecidos passeios exclusivos para a observação das jubarte, embora em outros locais ocorra a observação eventual e oportunista, como no caso de Salvador, Ilhéus e Porto Seguro, municípios onde agentes de turismo já apontam o interesse em formalizar atividade.

6. CAPÍTULO III - UMA CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS NA COSTA DO ESTADO DA BAHIA.

Segundo Bissoli (1999), a caracterização de uma atividade turística pode ser compreendida pelo diagnóstico dessa atividade, o qual orienta para a sistematização de informações quantitativas e qualitativas sobre a situação atual e tendências. Esse levantamento diagnóstico envolve os seguintes componentes:

1. Descrição do estado da atividade a partir de resultados que estão sendo produzidos, instrumentos que estão sendo utilizados e o meio, físico ou cultural de ocorrência;
2. Descrição quantitativa das relações entre resultados e instrumentos;
3. Prognóstico sobre o desenvolvimento da atividade;
4. Análise e avaliação comparativa da situação atual e prognósticos;
5. Compreensão da justificativa para o quadro atual e o prognóstico da atividade comparada a modelos.

A partir do diagnóstico é possível realizar uma previsão, ou projetar tendências, que visualizem potencialidades ou possibilidades de crescimento da atividade (BISSOLI, 1999). Para a OMT (1997), estudos que envolvem o conhecimento e planejamento para o desenvolvimento de atrações e atividades turísticas requerem pesquisas de campo e devem incluir avaliação dos elementos com anotações de suas características, podendo incluir ainda pesquisa de documentos e registros de discussões de reuniões com pessoas locais. Também é importante considerar os diversos grupos que afetam o processo de produção e consumo associado ao complexo atrativo, pois a incorporação de suas expectativas, objetivos e esforços conjugados são essenciais para o desenvolvimento do turismo. Estes grupos compreendem os

próprios turistas, as empresas turísticas, o governo e comunidade anfitriã (LAGE e MILONE, 2001). Assim, para que seja possível a realização de uma análise descritiva, em turismo, é preciso considerar todos os fatores que podem influir no aumento da atividade turística ou impedir seu desenvolvimento (DENCKER, 2001).

A partir de questionários, entrevistas, participação em reuniões, discussões e, principalmente, do acompanhamento e do monitoramento das próprias operações turísticas de observação de baleias, foi possível levantar as informações necessárias para o diagnóstico do TOB na costa da Bahia.

O presente capítulo pretende apresentar as várias e possíveis características identificadas como relacionadas à atividade de observação de baleias na costa da Bahia as quais consistirão em: análise do desempenho do segmento; identificação dos agentes envolvidos, desenvolvimento e meios de participação; caracterização da demanda e oferta turística; investigação sobre equipamentos e serviços envolvidos; os aspectos psicológicos, tais como, motivação e satisfação; a relação entre a atividade e os objetivos ambientais de conservação das baleias; e, a fase ou fases de desenvolvimento em diferentes localidades.

Posteriormente à caracterização em questão, é possível verificar em que estágio de desenvolvimento que a atividade do TOB se encontra. Para isso, serão adotados modelos como o de Butler (1980), que sugere os procedimentos para análise de ciclo de evolução de destinações turísticas e modelos semelhantes, como os de Forestell e Kaufman (1995), que propõem um método de análise do padrão de desenvolvimento do turismo de observação de baleias relacionando-o com a expectativa dos agentes envolvidos.

Em decorrência à identificação do estágio de desenvolvimento da atividade turística, pode-se verificar o grau de envolvimento de todos os agentes e sugerir um modelo de adequação da atividade baseado nos princípios de sustentabilidade.

6.1 Crescimento do turismo de observação de baleias na costa da Bahia.

De acordo com a pesquisa realizada e os dados apresentados pela Organização Não Governamental, o Instituto Baleia Jubarte (IBJ)²¹, as operações turísticas formatadas exclusivamente para a observação de baleias tiveram início em 2001, na Praia do Forte, litoral norte do Estado, e isso ocorreu com o apoio e incentivo direto da Ong IBJ, através das ações de uma operadora turística local. Naquela contingência, firmou-se uma parceria entre a Operadora e a Instituição, em que a primeira fora responsável pelos mecanismos de atração dos turistas e colaboração financeira nos custos de viagem entre outras questões operacionais, enquanto que, a segunda parceira utilizava as viagens como plataforma de pesquisa e fora, também, responsável pelo suporte técnico, conferindo informações de monitoramento ambiental sobre a espécie aos turistas e sobre os procedimentos e conduta de navegação adequada para a visualização dos animais de forma a garantir um maior sucesso na atividade. Para ambas as instituições, essa estratégia de parceria trouxe benefícios e, portanto, representou o ponto de partida para o início dos negócios no ramo.

Cabe ressaltar que no extremo sul do estado, na região de Abrolhos, esta atividade já vinha ocorrendo informalmente desde 1990, ou seja, associada à visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, onde os turistas tinham a oportunidade de contemplar as baleias nos meses de julho a novembro ao longo do caminho para o Parque, a partir dos municípios de Caravelas, Nova Viçosa e Alcobaça (BRUMATTI, et. al., 2003; MORETE et. al., 2000). Em 2002, também se observaram algumas saídas através de uma agência local de turismo e algumas embarcações de pesca partindo da região de Cumuruxatiba, vila pertencente ao município de Prado.

²¹ O Instituto Baleia Jubarte é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em 1996, para dar suporte ao Projeto Baleia Jubarte que desenvolve pesquisas científicas sobre as baleias jubarte na costa brasileira desde 1988. A organização foi a grande precursora no desenvolvimento do turismo de observação de baleias na costa da Bahia, estimulando os setores públicos e privados na realização de investimentos neste segmento turístico, bem como no comprometimento em relação a conservação da espécie.

Foi mais precisamente no ano de 2003 que o IBJ, ao verificar o aumento da população de jubarte na costa da Bahia e a reocupação de novas áreas de ocorrência, reconhece, assim, a importância do crescimento da atividade como alternativa contra a caça comercial e, tendo em conta os benefícios que a observação das baleias poderia gerar às comunidades, aos investidores e à conservação da espécie, decide realizar uma expedição para identificar áreas com potencial para o desenvolvimento dessa atração turística e ambiental. A iniciativa também consistiu na identificação de possíveis agências e operadoras turísticas interessadas no estabelecimento de novas parcerias para a consecução deste importante empreendimento. Quer dizer, a exploração comercial e formal tem lugar a partir de 2004, nos municípios de Caravelas e Prado, quando entram em operação duas agências de turismo locais e, também nos municípios de Salvador e Itacaré. As parcerias resultaram, na época, na identificação e nomeação de operadoras turísticas oficiais, ou seja, empresas turísticas reconhecidas como responsáveis para a atividade de observação de baleias, com condutas adequadas e respaldadas pelo IBJ.

A partir da expedição citada acima, o IBJ reconheceu mais dez áreas potenciais para o desenvolvimento da atividade. Esse procedimento foi conduzido com base na análise e avaliação de condições de infra-estrutura turística locais, facilidades de acesso e condições portuárias, que colaborariam para o crescimento sustentável da atividade (Figura 4).

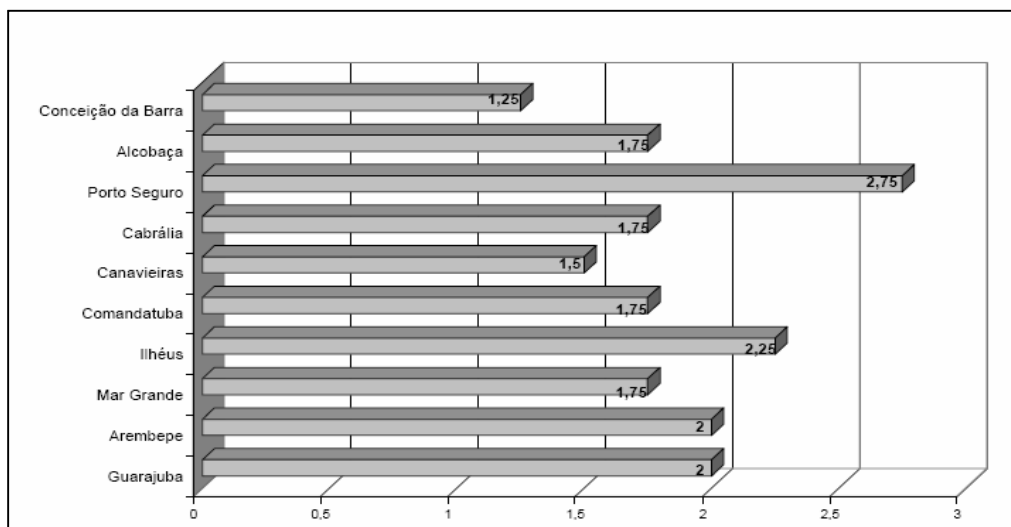


Figura 4 - Significância geral da viabilidade para o desenvolvimento futuro do *Whale Watching* em cada comunidade visitada, da costa Norte do Espírito Santo ao Norte do Estado da Bahia em 2004.

Fonte: Cipolotti et. al., 2005.

No ano de 2005, com o sucesso do crescimento de número de turistas para a observação de baleias na costa da Bahia, o mercado expandiu-se e começaram a surgir as primeiras concorrências de empresas turísticas. Na Praia do Forte, uma nova agência de turismo passa a ofertar este tipo de serviço (passeios). Na área compreendida pela Reserva Extrativista do Corumbau, que abrange a região ao sul de Porto Seguro e norte de Prado, surgiu o interesse por parte dos proprietários de embarcações de pesca no oferecimento da atividade, como o que já vinha ocorrendo por uma agência e um pescador na vila de Cumuruxatiba. A atividade começa a ser oferecida por um hotel, localizado em um condomínio de luxo, no Cururupe (próximo à vila de Caraíva, Porto Seguro) e no município de Prado, uma nova agência passa a oferecer também o passeio.

A partir de então, do lado da demanda, cresce o número de turistas dispostos a contemplar baleias no Estado e do lado da oferta desses serviços, cresce também o interesse de agências de turismo na formatação inicial e comercialização, além de posições mais de natureza informal dos proprietários de embarcações e pescadores em se inserirem no âmbito

da emergência deste importante empreendimento econômico e ambiental na região. Em 2006, o cenário parece ser mantido e mais um hotel de luxo se dispõe a ofertar o serviço de TOB na vila de Santo André, ao norte do município de Porto Seguro, próximo a Santa Cruz de Cabrália. Entretanto, algumas empresas turísticas de pequeno porte não apresentam viabilidade econômica e muitas vezes passam a sofrer os efeitos da concorrência, sendo naturalmente excluídas ou acabando por abandonar temporariamente a operação, a exemplo de casos registrados no município de Prado.

Em 2007, mais dois *resorts* são agregados da região da Praia do Forte e passam a ofertar este serviço. O TOB tem início também no Morro de São Paulo e é reestruturado no município de Itacaré, ambos os planos desenvolvidos em parceria com o IBJ. Assim, até o presente, o *Whale Watching* na costa da Bahia apresenta o seguinte perfil:

Quadro 1 - Distribuição regional e potencialidades de ocorrência do turismo de observação de baleias costa da Bahia, em 2007.

Localidade	Meio de comercialização	Atual situação
Caravelas	a) 1 agência de turismo parceira do IBJ b) 2 agências sem parceria c) Proprietários de embarcações turísticas d) Pescadores	a) Operante toda a temporada com passeios exclusivos para observação de baleias. b,c,d) Oferecem passeios exclusivos quando requeridos, mas, principalmente, associados a visitação do Parque.
Itacaré	a) 1 agência turismo parceira do IBJ b) Pescador	a e b) Operante toda a temporada com passeios exclusivos para observação de baleias.
Praia do Forte	a) 3 agências de turismo parceiras do IBJ b) 1 embarcação turística de um <i>resort</i>	a) Operante toda a temporada com passeios exclusivos para observação de baleias. b) Eventuais passeios para observação, mas exclusivos aos hóspedes do hotel.
Reserva Extrativista do Corumbau	a) 1 agência turística em Cumuruxatiba b) 2 hotéis de luxo em Corumbau e Cururupe c) Pescadores	a) Operante toda a temporada com passeios exclusivos para observação de baleias. b e c) Oferecem passeios exclusivos quando requeridos, mas, principalmente, associados a outras atividades.
Prado	a) 1 agência de turismo b) 1 hotel de luxo	a e b) Oferecem passeios exclusivos quando requeridos, mas, principalmente, associados a outras atividades turísticas.
Nova Viçosa	a) 1 agência de turismo	Sem informações
Santo André	b) 1 hotel de luxo	Eventuais passeios para observação de baleias.
Salvador	a) agência de turismo	Sem informações
Morro de São Paulo	a) agência de turismo	Início recente e em processo de experimentação e divulgação.

Fonte: resultados da pesquisa.

Embora haja registros de ocorrência da atividade em diversas localidades ao longo da costa, muitos deles ocorrem de maneira eventual e não estruturada, o que não permite informações precisas sobre o número de turistas atendidos. Dessa forma, a seguinte curva de crescimento, ilustrada na Figura 5, se refere ao número de turistas atendidos pelas empresas turísticas parceiras do IBJ, nas três localidades centrais desta pesquisa, Caravelas, Itacaré e Praia do Forte.

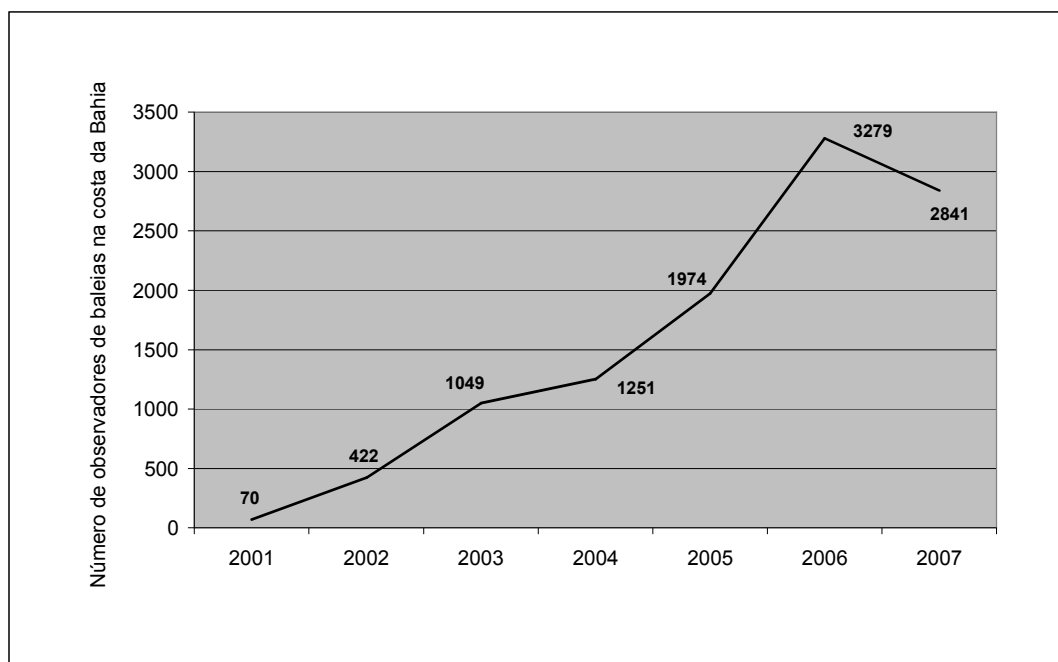


Figura 5 - Distribuição do fluxo de turistas em passeios exclusivos para observação de baleias nas localidades de Caravelas, Itacaré e Praia do Forte.

Fonte: Empresas turísticas parceiras do IBJ.

Conforme a Tabela 1, pode-se considerar que existe certo sub-dimensionamento do número de turistas anuais que realizam passeios turísticos com a finalidade de observação de baleias na costa da Bahia, em que a Praia do Forte representa, sem dúvida, a localidade com maior número de participantes.

Tabela 1 - Número de turistas que realizaram os passeios exclusivos de observação de baleias, entre 2001 e 2007, nas três localidades: Praia do Forte, Caravelas e Itacaré.

Localidades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Praia Forte	70	422	1049	1150	1767	3207	2686
Caravelas				65	20	72	85
Itacaré				36	187	*	70
Total Turistas/ano	70	422	1049	1251	1974	3279	2821

* As estatísticas sobre observação de baleias não foram fornecidas pela agência de Itacaré neste ano.

Fonte: Dados fornecidos pelas agências de turismo parceiras do IBJ.

Pôde-se verificar que o grande crescimento da atividade ocorrera a partir de 2004, fato relacionado entre outros fatores, à expedição do IBJ, realizada na intenção de estimular e incentivar este segmento. Embora se constate pequena diminuição do número de turistas no ano de 2007 relativamente ao ano anterior, é importante ressaltar o crescente interesse por parte das empresas turísticas e dos turistas em realizar o TOB. Essa motivação dos agentes envolvidos tem determinado a expansão do segmento em todo Estado, em diferentes localidades e formas. Assim, as operações deixaram de ser realizadas somente por agências parceiras do IBJ, como apresentado no Quadro 1. Além disso, mudanças nas condições climáticas e atmosféricas interferem na possibilidade de realização dos passeios e, portanto, se forem desfavoráveis naquele ano, um menor número de turistas serão atendidos.

Outra importante ressalva pertinente ao crescimento do TOB na Bahia se refere ao número de turistas que visitam o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos durante a temporada de baleias, a partir de Caravelas, com o principal objetivo de vê-las em seu ambiente natural. Os questionários aplicados aos turistas visitantes do Parque, em 2002, indicam que cerca de 26% apontaram a observação de baleias como o motivo da viagem (BRUMATTI, 2004) e, em 2007, o percentual chega a 36% dos visitantes do Parque (IBJ, 2007). Isto se deve ao fato de que, em Caravelas, há duas opções de passeios: um passeio exclusivo para observação, em que ele não chega ao arquipélago de Abrolhos e outro, em que o turista é levado até o arquipélago e durante o trajeto, realiza paradas para a observação dos animais. Considerando-

se o número 4896²² total de visitantes do Parque de Abrolhos em 2002 na temporada de baleias, tem-se que 1273 turistas visitaram o parque na intenção de ver baleias e, enquanto em 2007, de 2433 turistas, 876 viajaram com esta intenção. Assim, o número de turistas observadores de baleias é muito mais significativo em Caravelas do que se imaginava.

Há registros de outros dados relevantes em relação ao número de turistas que observam baleias na costa. No município de Prado, somente uma agência de turismo atendeu a 487 turistas em 2004. Esse resultado se deveu ao plano de parceria com agências turísticas de Porto Seguro, que realizavam traslado principalmente de turistas estrangeiros para observação de baleias. Já em 2005, finaliza a estratégia de parcerias e mesmo assim, a agência de Prado consegue atender a 190 pessoas. Porém, no ano seguinte, segundo o proprietário da agência, as operações se encerram temporariamente. Em Cumuruxatiba, a atividade de observação de baleias também vem apresentando bons resultados. Segundo a agência turística local, até o ano de 2005, cresceu o número de turistas, como se demonstra na Figura 6. Em conversa informal com esse mesmo proprietário o fluxo de turistas para TOB entre 2006 e 2007, tendeu a estabilizar-se em torno de 500 - 600 pessoas em Cumuruxatiba.

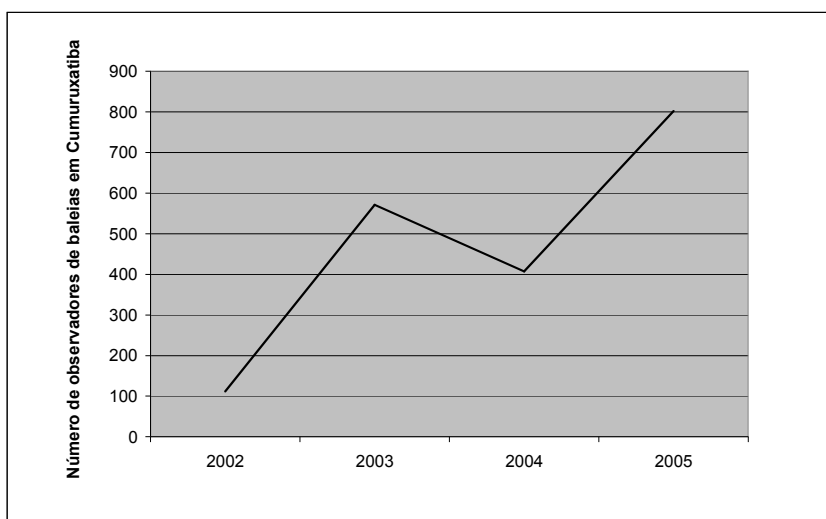


Figura 6 - Evolução do fluxo de turistas em operação de observação de baleias, segundo agência turística local, em Cumuruxatiba, no período de 2002 – 2005.

Fonte: Dados fornecidos por Thaís Hokoç Moura de Melo, proprietária da agência de turismo de Cumuruxatiba.

²² Dados concedidos pelo IBAMA Abrolhos, com sede em Caravelas.

Portanto, provavelmente, o prognóstico indica que a atividade deixará de ser ofertada de forma organizada no âmbito dos municípios considerados, podendo se expandir ao longo de toda a costa.

6.2 A dinâmica do TOB na costa da Bahia.

Como atividade turística, o sucesso de observação de baleias e o crescimento de sua demanda se devem principalmente à formatação ou à organização do produto turístico, que representa o conjunto de bens e serviços envolvidos na atividade turística (LAGE e MILONE, 2001). Com o crescimento do *Whale Watching* tal conjunto configura-se em produto turístico, visto que, como já apresentado, é capaz de atrair turistas a determinadas regiões somente para a sua prática, passando a utilizar, assim, uma gama de bens e serviços específicos. Apesar do crescimento, considerando-se o TOB no Brasil como uma atividade recente e que ocorre de diversas formas, ainda é considerada apenas como uma atração turística.

Para esclarecer qual a dinâmica desta atividade, ou seja, como ocorre e de que forma a atração é comercializada e divulgada, devem-se considerar todas as informações de controle e monitoramento do movimento dos passeios turísticos em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte e, complementarmente, os dados disponíveis sobre os equipamentos e serviços das agências turísticas na região.

6.2.1 O TOB em Caravelas.

O turismo de observação de baleias em Caravelas apresenta-se, comparativamente, como o mais diversificado dentre as três localidades pesquisadas. O turista percebe no município diversas opções de passeios que oferecem a oportunidade de observar as baleias jubarte em seu ambiente natural. Pode-se conjecturar que esse fato está relacionado à grande concentração da espécie na região (MARTINS, 2004), o que garante a probabilidade de ver os

animais; outro determinante importante, prende-se à experiência passada e forte do turismo náutico praticado no município, a ser o local o ponto de partida para a visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; e finalmente, Caravelas é uma localidade caracterizada de comunidade pesqueira, o que, por si, representa um saber potencial sobre o mar. Desta forma, o turista encontra no local grande parte dos componentes necessários para a satisfação de seus desejos de observação das baleias, como, agências de turismo, embarcações particulares e pesqueiras, que atendem a demanda deste tipo de serviço.

A agência turística local, que é parceira do IBJ, disponibiliza oportunidades de passeios exclusivos para a observação de baleias no período de julho a outubro, pois é durante este período que se assegura a probabilidade do encontro com os animais. Porém, passeios realizados em junho e novembro demonstram ainda sucesso na avistagem, embora sejam vendidos com ressalvas. O custo dos passeios varia de acordo com a embarcação utilizada e o número de turistas pagantes. Em 2007, esses custos variaram entre R\$ 70,00 e R\$ 160,00 por pessoa. As embarcações utilizadas para a realização dos passeios são locadas ou fretadas por agências locais de acordo com o grupo de turistas interessados, podendo ser traineiras de pequeno porte e mais lentas, embarcações maiores como escunas e catamarãs e um *flex-boat*, considerado o mais veloz, todas credenciadas pela marinha para atividades recreativas e de turismo. No geral, a capacidade destas embarcações é de 4, 8 e 10 passageiros, uma vez que há uma preferência por parte da agência em trabalhar com grupos pequenos de turistas, permitindo uma melhor qualidade e conforto no serviço.

O passeio começa com a realização de uma palestra informativa e explicativa ministrada por representantes da ONG, sobre as baleias jubarte, o papel do IBJ, a importância da atividade e normas de conduta em relação aos animais. Toda esta ação decorre durante o percurso juntamente com a tripulação que é composta por um mestre da embarcação e um marinheiro. Até a avistagem dos animais percorre-se aproximadamente 18 km, o que leva de

1 a 3 horas a depender do tipo da embarcação. Em média faz-se aproximação a 4 diferentes grupos de baleias durante a viagem, acompanhado dos serviços e assistências de representantes do IBJ. Os turistas dispõem ainda de lanches, frutas e bebidas não alcoólicas durante todo o percurso, de duração média total variando entre 4 e 8 horas.

Essa rotina dos passeios vem demonstrando resultados positivos, uma vez que 98% dos turistas consideram-no satisfatórios (excelente, muito bom e bom) quanto às suas expectativas. Porém, algumas dificuldades podem ser identificadas, a exemplo do tempo de navegação prolongado, quando o passeio é realizado em embarcações mais lentas; a exposição prolongada ao sol e chuva particularmente, no *flex-boat*; e dificuldades encontradas pela agência na formação de grupos de turistas para este tipo de passeios exclusivos, uma vez que, por um valor um pouco maior eles têm a oportunidade de ver baleias, conhecer o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e praticar outras atividades, como o mergulho.

Segundo a agência de turismo, a divulgação da atividade é realizada principalmente por meio do site da empresa, feiras e encontros de turismo, panfletos e *banners* e, eventualmente, pela mídia televisiva e escrita. Todos os turistas que visitaram Caravelas já sabiam da ocorrência de baleias na região, citando a mídia televisiva e escrita como o principal meio de comunicação responsável por este conhecimento.

As outras agências de turismo que também oferecem passeios exclusivos para a observação das baleias de forma mais ocasional, apresentam a mesma logística, mas não oferecem palestras informativas e explicativas do tipo assistido pelo IBJ e também não se fazem acompanhar de técnicos e biólogos a bordo. O grande diferencial das empresas parceiras do IBJ é o oferecimento de informações mais completas sustentadas por melhor conhecimento adicionais aos seus clientes, além de uma maior garantia no cumprimento das normas de avistagem e de conduta, para diminuir chances de molestamento e *stress* aos animais. Segundo o proprietário da agência parceira, o TOB não gera para sua empresa lucros

extras, mas, corrobora para a imagem responsável e preocupada de sua organização para com o bem-estar dos turistas e conservação do meio ambiente. Outro aspecto interessante é que a agência busca privilegiar, sempre que possível, as embarcações que não são tão utilizadas para passeios no Parque, dando assim oportunidade aos proprietários em sua maioria local, para participar deste segmento de mercado turístico.

A alternativa para contemplar as baleias é o passeio ao Parque de Abrolhos que consiste de viagens diárias ou até mesmo de três dias de duração, em embarcações como catamarãs, *off-shores* e lanchas, e por norma do Parque, transportam, geralmente, em torno de 15 pessoas, a preço médio de R\$ 200,00/dia. Os passeios diários levam cerca de 8 horas, onde no caminho até o arquipélago são realizadas em média duas aproximações de baleias. Ao chegar em Abrolhos, o turista tem a oportunidade de visitar uma de suas ilhas para conhecer e apreciar a flora e fauna local. As visitas são acompanhadas de palestras explicativas ministradas por representantes do IBAMA. Também faz parte do pacote de visitação, a prática de mergulho livre ou autônomo, para o conhecimento de toda a riqueza do ambiente marinho da região. Dependendo da disposição dos turistas, o clima e as condições do mar, são realizadas mais duas paradas para a observação de baleias durante a posição de regresso, caminho de volta a Caravelas. Por causa do tempo de duração, em geral os passeios são realizados em embarcações mais confortáveis, com serviços de frutas, bebidas não alcoólicas e refeição leve. Quanto aos passeios de pernoite a logística é semelhante, entretanto o empenho da organização é maior em relação às atividades de mergulho, uma vez que grupos de mergulhadores dão preferência a permanência por mais dias no arquipélago para a prática do mesmo.

Para as empresas turísticas que ofertam esses serviços de passeios, os resultados são bons e a presença das baleias jubarte na região é de extrema importância para o desenvolvimento do turismo local, pois além de representar mais um atrativo do Parque, os

animais ocorrem no que seria o período de baixa temporada, não apropriado para práticas de mergulho, dadas as condições do mar e à menor visibilidade, se comparando a época do verão (alta temporada). Em conversa informal com um dos proprietários de embarcações que realiza o passeio ao arquipélago, ele afirma que atualmente o sucesso do turismo na região de Abrolhos é devido à observação de baleias, uma vez que o Parque apresenta diversos problemas de gestão, manutenção de infra-estrutura e de conservação dos recursos naturais. Ele acredita ainda, que cada vez tende a diminuir a procura por atividades de mergulho em favor de crescente aumento na procura pelas baleias.

Cabe ressaltar ainda, que o mais interessante em Caravelas é a possibilidade que o turista tem de o TOB estar associado à visita de um Parque Nacional, permitindo a ele agregar maior valor a sua viagem, tanto pelo lado de ganhos inerentes ao parque quanto à observação das baleias e minimizando simultaneamente os impactos sociais e econômicos da renda e emprego sazonais de baixa demanda durante a baixa temporada.

E por fim, existe a possibilidade do próprio turista locar embarcações de pesca para realizar a observação de baleias. Esta opção não é muito bem vista pelos agentes que trabalham com o turismo na região. Em geral, turistas não dispostos a pagar pelo preço das agências procuram pescadores que os levem até as baleias. No entanto, as embarcações não são tecnicamente apropriadas para o serviço, pois muitas não dispõem de equipamentos de segurança recomendados, e muito menos ainda, são credenciadas para a prática do turismo e atividades recreativas. Assim, como já ocorrera, o risco de acidentes é maior. Segundo as agências e proprietários de embarcações turísticas, esse fato representa um problema para o TOB na região, pois pode interferir na imagem relativa à responsabilidade das empresas e do turismo em Caravelas, cabendo aos órgãos competentes, a fiscalização, embora tal não venha ocorrendo. Em função deste conflito entre empresas e pescadores, a situação torna-se delicada quando se considera que a atividade de observação de baleias poderia ser uma fonte

alternativa de renda para a comunidade local, como já vem ocorrendo em outros países e, que as políticas de subsídios do governo e outras colaborações sociais de organizações afins podem possibilitar a adequação das infra-estruturas e equipamentos, organização e capacitação local para a prática desta atividade. A instrução destas comunidades litorâneas e a formalização da atividade praticada por elas, contribuiriam para o ganho de bem-estar social via desenvolvimento local sustentável em Caravelas.

6.2.2 O TOB em Itacaré.

Dentre as três localidades consideradas neste estudo, Itacaré é a região onde a atividade de observação de baleias vem se consolidando mais recentemente. Na realidade, foi somente em 2007 que a única empresa de turismo que oferece o passeio passou a formatar definitivamente o produto turístico e o serviço a ser oferecido, em parceria com o IBJ e um proprietário de embarcação local, tendo este investido na aquisição e adequação da embarcação para melhor atender os serviços de observação de baleias.

O passeio em si não foge muito dos padrões encontrados nas outras localidades, mas a vantagem em Itacaré é de que as baleias podem ser avistadas mais próximas à costa, o que diminui o esforço e o tempo total. Desta maneira, a atividade começa também com a palestra ministrada por representantes do IBJ, anteriormente ao embarque. O passeio perfaz em torno de 5 horas no máximo num percurso total de aproximadamente 40 km. Em apenas 40 minutos as baleias já podem ser avistadas e é realizada em média a aproximação de dois grupos distintos de baleias durante a viagem, acompanhada pelos técnicos e biólogos do IBJ. O custo do passeio por turista é de R\$ 120,00 acompanhados de serviços de água mineral, frutas e biscoitos.

A embarcação utilizada foi recentemente estruturada e possui todos os equipamentos necessários para a navegação e prática de atividades turísticas e recreativas. Segundo o

proprietário da mesma, ela tem capacidade para 15 passageiros e 2 tripulantes e oferece todas as condições de segurança necessárias. Acredita-se, porém, que a embarcação poderia ser ainda melhorada de modo a atender com maior qualidade os serviços aos clientes. De acordo com o proprietário da agência, a estratégia de comercialização e divulgação da atividade vem sendo realizada por meio de parcerias com outras agências locais de turismo, pousadas locais e redes de hotéis na região. Até o momento, os resultados têm sido positivos, embora não traduzam ainda em lucros financeiros expressivos. Acredita-se que o sucesso no desenvolvimento da atividade em Itacaré, no médio e longo prazo, dependerá do padrão de formatação do produto turístico apresentado e da responsabilidade dos agentes na gestão do turismo local e, principalmente, de um padrão de desenvolvimento turístico no município capaz de atrair uma demanda mais disposta à prática deste tipo de atividade.

Embora haja apenas uma agência de turismo que ofereça o passeio exclusivo de observação de baleias, informalmente um pescador local também realiza essas operações. Novamente, se está diante de problema de coordenação e gestão da atividade em nível local, tendo em conta a existência de serviços paralelos e não habilitados no TOB. Não obstante, o pescador proprietário da embarcação está ciente do problema e afirma seu empenho na adequação e melhoramento dos serviços prestados aos turistas.

6.2.3 O TOB na Praia do Forte.

A atividade de observação de baleias como atrativo turístico ocorre há mais tempo na localidade Praia do Forte. Nesta perspectiva se pode inferir que é no local onde a atividade se desenvolve de forma consolidada e mais organizada em todo o estado. Em função desse padrão de desenvolvimento, reside o estabelecimento da relação direta do fluxo dos investimentos turísticos realizados. Investimentos esses, que têm permitido melhorias das vias de acesso e infra-estrutura turística em geral, expansão da rede hoteleira, agências e

operadoras de turismo e o aumento do fluxo de turistas, principalmente estrangeiros ao local. Cabe ressaltar, que a localidade Praia do Forte é o destino turístico mais expressivo e dinâmico dentre as três localidades analisadas, no quadro do mercado turístico no estado da Bahia.

Atualmente, três agências de turismo receptivas trabalham em parceria com o IBJ, que é encarregado de ministrar palestras informativas e explicativas em sua sede, no Centro de pesquisa e educação ambiental (Centropea), no momento anterior aos passeios de observação de baleias. As empresas encaminham os turistas até o centro onde, além da palestra, eles têm a oportunidade de visitar a instituição, inteirar-se mais sobre a espécie, o histórico da caça e as atividades de pesquisa em curso, através dos painéis explicativos e vídeos. Também podem fazer fotos ao lado de uma ossada de baleia jubarte montada e em exposição no jardim, permitindo ao turista ter uma clara noção sobre o tamanho e dimensão do animal. Em seguida, os visitantes são encaminhados às embarcações por guias turísticos das próprias agências e acompanhados de pelo menos um representante do IBJ. Na Praia do Forte, as baleias também ocorrem mais próximas à costa e, portanto, os passeios costumam levar o tempo máximo 4 horas, com duas aproximações a dois grupos distintos de baleias jubarte, em média. Os passeios realizados com o *flex-boat* costumam ser mais rápidos, levando cerca de duas horas de duração.

As embarcações utilizadas consistem em escunas de grande porte, que levam cerca de 40 passageiros e 8 tripulantes, e um *flex-boat*, para cerca de 16 pessoas mais o mestre e o marinheiro. As embarcações possuem todos os equipamentos de segurança necessários e, portanto, são todas habilitadas para a realização de atividades recreativas e de turismo. Segundo as agências, elas são locadas no período em que as baleias ocorrem, exclusivamente para a realização dos passeios, a custo médio de R\$ 130,00 por turista. Durante todo o percurso, também se oferecem frutas, biscoitos e bebidas não alcoólicas. O diferencial destas

empresas em relação às outras, é que elas oferecem guias turísticos bilíngües e capacitados para esta atividade e, que, além disso, acompanham os turistas durante todo o passeio, sendo responsáveis diretamente pelo embarque e desembarque dos passageiros, pela segurança e o bem-estar dentro da embarcação, ou seja, oferecem um serviço efetivamente mais personalizado. Ainda, de acordo com uma das agências, toda a tripulação recebe, anualmente, um treinamento específico para trabalhar com o TOB antes do início da temporada de baleias, visando, principalmente, a garantia de uma maior segurança e melhor atendimento dos clientes.

A atividade, tal como nas outras localidades, tem demonstrado bons resultados, uma vez que 90% dos turistas se declaram satisfeitos e as agências já percebem obtenção de lucros extras, reinvestidos na própria empresa e que são dividendos importantes para a operação empresarial durante a baixa temporada. No entanto, o número de turistas demandantes desse serviço em 2007 foi inferior à demanda no mesmo período do ano anterior, fato que poderia estar relacionado à expansão da atividade no estado e, conseqüentemente, ao aumento da concorrência interlocal, e também, à falta de estratégias de divulgação, já que, 25% dos turistas não tinham conhecimento da prestação deste tipo de serviço na região.

De acordo com uma das empresas turísticas locais, as principais estratégias de comercialização da atividade consistem de parceria com a rede hoteleira local e uma operadora turística estrangeira, considerada importante na venda em “atacado”. Os meios de divulgação mais utilizados consistem de *site* da própria empresa, mala direta, *folders* e panfletos. Esta empresa acredita que estas estratégias são coerentes com a proposta de trabalho por ela adotada de atender um público dentro de seus padrões de qualidade. A empresa afirma ainda, ter dificuldades de natureza logística quando ela considera a possibilidade de atrair maior número de visitantes, principalmente, aqueles provenientes da própria região metropolitana de Salvador. As demais agências demonstram atuar mais

localmente, isto é, procuram atender clientes já estabelecidos na Praia do Forte. Uma outra, porém, atende quase que exclusivamente os hóspedes de um *resort* em particular.

6.3 Perfil dos agentes sociais envolvidos no TOB.

A evolução e a dinâmica da observação de baleias como atividade turística permitiu identificar três agentes sociais de participação direta e ativa no processo de desenvolvimento e consolidação do TOB como um mercado turístico definido no estado da Bahia. Esses agentes podem ser agrupados em : a) empresas turísticas, que se compõem das agências de viagem receptivas localizadas nas três unidades geográficas de pesquisa; b) os próprios turistas que observam as baleias, os consumidores de bens e serviços providos desse processo; e c) o Instituto Baleia Jubarte – ONG que é o responsável pelo incentivo, apoio logístico e informações relativas à prática sustentável da atividade. No entanto, para uma abordagem sustentável de qualquer atividade turística, o envolvimento das instituições públicas e da comunidade local se faz imprescindível.

Assim, em primeiro lugar, se descreve e se caracteriza a participação destas instituições. A descrição a seguir apresentada estará baseada em observações de campo e entrevistas. As informações relativas à demanda e oferta, visitantes e empresas turísticas serão apresentadas de forma mais detalhada nos itens seguintes.

6.3.1 O Instituto Baleia Jubarte – IBJ.

O Instituto Baleia Jubarte é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em 1996, com o objetivo de dar suporte às atividades de pesquisa com baleias jubarte na costa da Bahia. Estas atividades de pesquisa tiveram início desde 1988, em parceria com o IBAMA e patrocinada pela PETROBRAS. De acordo com a IBJ, a sua missão consiste em “conservar as baleias jubarte e outros cetáceos do Brasil, contribuindo para harmonizar a

atividade humana com a preservação do patrimônio natural”. Desta forma, além de pesquisas sobre a biologia e ecologia da espécie, a instituição vem desenvolvendo atividades de educação e informação ambiental junto às comunidades do litoral baiano, principalmente, através de programas desenvolvidos nas escolas da rede pública.

Atualmente, o IBJ possui duas sedes técnico-administrativas, localizadas em Caravelas, no extremo sul da Bahia, e na Praia do Forte, litoral norte do estado. Embora ainda não disponha de sede em Itacaré, o IBJ tem uma equipe de colaboradores trabalhando no local, uma vez que, por estar localizada no centro das duas bases de pesquisa, representa um ponto de referência estratégico para o estudo da ocorrência e distribuição da espécie ao longo do litoral baiano.

Em entrevista com Enrico Marcovaldi, coordenador de comunicação institucional do IBJ, que acompanha as atividades da organização desde o início, o envolvimento da ONG com turismo de observação de baleias ocorre desde 2000, quando se passou a incentivar diretamente a expansão da atividade no Brasil. Segundo o coordenador, até o ano de 1996, quando começam as ações da ONG, embora reconhecida a ocorrência das espécies jubarte na região de Abrolhos, não havia estudos que comprovassem o nível de recuperação e estabilidade dessa população de baleias. Nesse sentido, adotou-se então na época, uma postura mais preservacionista, no sentido de retardar o desenvolvimento de atividades turísticas para a observação dos animais, por causa de prognóstico sobre potencial de impactos ambientais negativos.

Quando os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo IBJ passam a demonstrar a efetiva recuperação da espécie na região e a reocupação de novas áreas de ocorrência acompanhadas de reprodução ao longo do litoral, a instituição reconhece no turismo, uma atividade importante para a conservação da espécie, uma vez que se podem agregar valores econômicos ao recurso natural em causa, além dos efeitos educativos e de sensibilização das

pessoas. É, a partir desse momento, que o IBJ decide estimular formas de incentivo ao desenvolvimento da atividade. A localidade Praia do Forte é eleita como ponto inicial para a realização de passeios turísticos para a observação de baleias, onde, com a colaboração de uma agência de turismo local e a utilização da própria embarcação de pesquisa, os turistas interessados eram levados a baixo custo para a observação das baleias.

No ano seguinte, em 2001, a agência de turismo reconhece o potencial do TOB na região e adota com base nele, um enfoque comercial. Em 2003, com o sucesso observado no litoral norte do estado e o apoio da ONG Conservação Internacional, o IBJ realiza um levantamento sobre áreas com potencial para crescimento desse tipo de turismo e novas parcerias são firmadas. Assim, a atividade se desenvolve na região e também se expande de forma efetiva em Caravelas e Prado. Atualmente, o monitoramento do TOB na costa da Bahia é realizado pelo IBJ a partir de parcerias estabelecidas com as agências de turismo em Caravelas, Itacaré, Praia do Forte e Morro de São Paulo. Para o IBJ, o monitoramento é extremamente importante para o desenvolvimento sustentável da atividade, por facultar as operações de ordenamento, responsabilização dos empresários na prestação de serviços de qualidade, no cumprimento das normas técnicas e na minimização de possíveis impactos negativos.

Para Enrico Marcovaldi, o instituto deverá agora encabeçar junto aos órgãos competentes, o ordenamento da atividade, criando um tipo de certificação oficial às empresas turísticas e ofertantes locais que operam a atividade, a fim de garantir a responsabilidade social e ambiental, frente ao uso comercial das baleias jubarte.

“O turismo de observação de baleias, se não é a maior, é uma das maiores ferramentas de conservação dos cetáceos, pois tão importante quanto o valor econômico é a sensibilização ambiental das pessoas promovida por esta atividade” (Enrico Marcovaldi, depoimento pessoal).

6.3.2 A participação das instituições públicas.

Como o turismo de observação de baleias na costa da Bahia é uma atividade recente, tendo surgida da colaboração conjunta de empresas turísticas privadas e a organização não-governamental IBJ, são poucos os dados existentes sobre o envolvimento do poder público na gestão da atividade. De uma maneira geral, as secretarias de turismo municipais reconhecem a ocorrência do TOB e acreditam no potencial turístico para a região. Entretanto, segundo dados constantes de relatórios estaduais, os PDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável) referentes ao Pólo Salvador e Entorno e Pólo Litoral Sul não fazem nenhuma referência às baleias como atrativo turístico assim como o site da prefeitura do município de Itacaré. Apenas o PDITS da Costa das Baleias o faz e considera a observação de baleias um produto diferenciado e competitivo, de relevância para o desenvolvimento do turismo na região.

Em entrevista, o secretário de turismo e meio ambiente do município de Caravelas afirma que é necessária maior participação do poder público em relação ao ordenamento do turismo e à divulgação do destino e produtos turísticos da região, mas deixa claro que o desenvolvimento da atividade depende da articulação de todos os agentes envolvidos e uma maior participação comunitária e, não somente, de ações isoladas.

Segundo as agências de turismo locais, em Itacaré e Caravelas, não se dispõe de qualquer tipo de apoio institucional direto das prefeituras quanto ao desenvolvimento do TOB, ou mesmo relativo às outras atividades turísticas, importantes alternativas para o desenvolvimento local. Já na Praia do Forte, a prefeitura de Mata de São João parece incentivar novas iniciativas, mas, segundo o proprietário de uma agência local, as empresas turísticas privadas possuem bastante autonomia nas decisões de seus negócios.

6.3.3 A participação das comunidades locais.

O discurso sobre o turismo e suas diferentes práticas como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios, criou, sem dúvida, falsa expectativa, quando tratado como política de acumulação capitalista. É o que vem ocorrendo em várias regiões litorâneas no Brasil, originalmente ocupadas por indígenas, pescadores e comunidades tradicionais, que têm seus espaços expropriados para dar lugar às propriedades de segunda residência, ocupação de grandes *resorts* e demais equipamentos turísticos (CORIOLANO, 2007), uma constatação nítida que pode ser evidenciada na Praia do Forte.

De acordo com Souza e Braga (2005), o turismo na Praia do Forte tem se mostrado uma alternativa muito pouco vantajosa para a população local, pois além de ter uma pequena parcela de pessoas empregadas nos empreendimentos turísticos locais, estão sujeitas a salários que não ultrapassam um salário mínimo e meio. O modelo de desenvolvimento turístico adotado na região está baseado em avultados investimentos privados e externos, cujos equipamentos são planejados por grandes grupos e implantados de forma rápida, não abrindo espaço à participação comunitária. Como esperado, isto se reflete no turismo de observação de baleias, onde não se identificou qualquer envolvimento direto de residentes locais da Mata de São João com a atividade. Segundo as agências de viagem receptoras, aproximadamente 3 funcionários representam o emprego da comunidade local na atividade. Entretanto, apontam conceder como benefício, a oportunidade para a população local realizar passeios gratuitamente ao longo de toda a temporada de baleias.

No município de Itacaré, o desenvolvimento do turismo também repercutiu numa acentuada exclusão social e marginalização da população local. A política setorial prioriza investimentos nos grandes empreendimentos privados e não proporcionam melhorias na qualidade de vida dos mais carentes (OLIVEIRA, 2006). Mesmo assim, a participação da

população local no turismo ainda demonstra ser mais ativa que na Praia do Forte, fato que se justifica pelo histórico, estágio de desenvolvimento e perfil dos turistas que buscam o destino. Desta forma, o envolvimento da população nativa no TOB é mais expressivo, já que os proprietários das embarcações e todos os funcionários da agência de turismo associados aos passeios pertencem à comunidade local. Porém, cabe lembrar que o desenvolvimento da atividade no local ainda é recente e, portanto, o número de pessoas envolvidas é muito pequeno.

O TOB em Caravelas foi o que demonstrou maior participação comunitária em relação às demais localidades. Como citado, todas as embarcações utilizadas para os passeios são conduzidas por pessoas do próprio município, bem como, os funcionários das agências. Embora a origem dos proprietários das empresas turísticas não seja local, todos residem em Caravelas há pelo menos 5 anos e ainda afirmam estimular uma maior participação da população local em atividades turísticas, através da criação de oportunidades de emprego na área. Além disso, todos os suprimentos necessários para a realização das atividades náuticas são adquiridos no comércio do próprio município.

Naturalmente, esta peculiaridade local está relacionada à dimensão do turismo receptivo em Caravelas, que recebe cerca de 13.000 turistas por ano (BAHIA, 2004b). Agentes turísticos locais são formados de pequenas e médias empresas de categorias simples. Portanto, não se observa acesso a grandes investimentos externos, que exigiriam maior qualificação profissional no processo de gestão e tenderiam a diminuir a participação da comunidade local, como vem ocorrendo na Praia do Forte e Itacaré, onde a exigência de trabalho com maior padrão de qualificação, estimula a vinda e mão-de-obra de “importada” de outras localidades.

6.4 Caracterização da demanda real do turismo de observação de baleias.

A demanda no setor do turismo representa, para muitos estudiosos e agentes operantes no setor, a variável mais importante. O seu conceito está intimamente relacionado ao processo de tomada de decisões das pessoas em viajar ou realizar uma atividade turística em particular e, por isso, sua definição depende de inúmeros fatores econômicos, sociais, psicológicos físicos e éticos. Portanto, a caracterização da demanda real ou efetiva²³ pelo turismo de observação de baleias é imprescindível para análise da atividade, uma vez que trará informações sobre o perfil e comportamento do público envolvido, importantes para o processo de planejamento e *marketing* da atividade.

6.4.1 Tipificação dos turistas observadores de baleias quanto ao perfil sócio econômico.

Dentre os 215 turistas entrevistados nas três localidades, 49% eram do sexo masculino e 51% do sexo feminino. Como se observa na figura 7, a maioria é de turistas brasileiros em Caravelas e Itacaré, 86% e 74%, respectivamente, enquanto na Praia do Forte os turistas estrangeiros representaram 53% dos entrevistados, fato relacionado à maior representatividade da região de Salvador no mercado turístico externo e à maior facilidade de acesso aos estrangeiros.

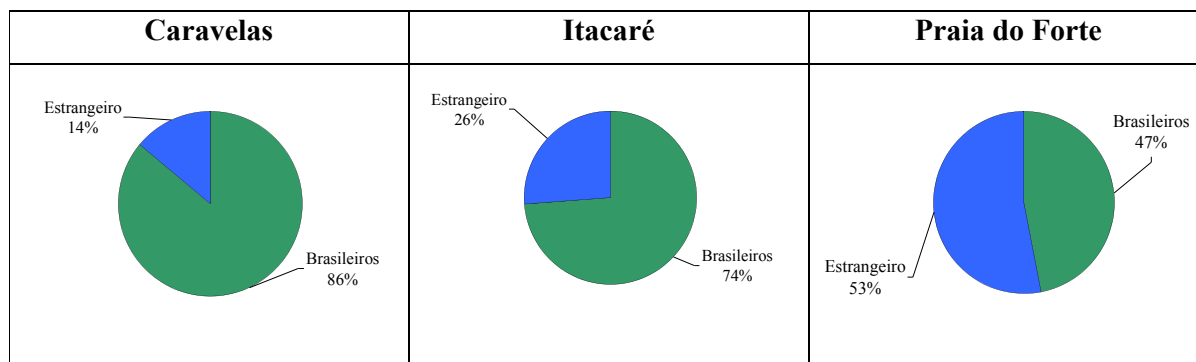


Figura 7 - Nacionalidade dos turistas observadores de baleias.

²³ A demanda real ou efetiva é definida como o número de pessoas que participam da atividade turística ou que estão viajando, ou seja, os turistas de fato. (COOPER et. al., 2001).

Conforme a figura 8, a procedência dos visitantes nacionais em Caravelas é distribuída nos seguintes estados: Rio de Janeiro (25%), São Paulo (21%), Bahia (21%) e Minas Gerais (15%). Em Itacaré, 64% dos turistas eram procedentes do estado de São Paulo, 17% da Bahia, 11% do Rio de Janeiro e 8% do Rio Grande do Sul. Na Praia do Forte, os estados mais representativos na origem de turistas foram: São Paulo com 43% da amostra, Bahia com 18%, Rio de Janeiro com 15% e Minas Gerais com 8%. Em relação aos turistas estrangeiros, os europeus foram os que mais participaram do TOB nas três localidades, representando 78%, 100% e 92% dos visitantes internacionais em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, respectivamente (Figura 9).

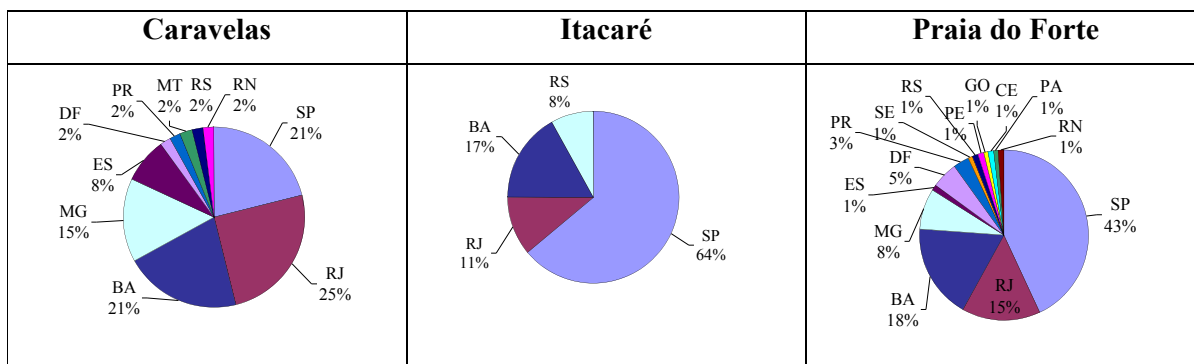


Figura 8 - Procedência dos turistas nacionais, por estados.

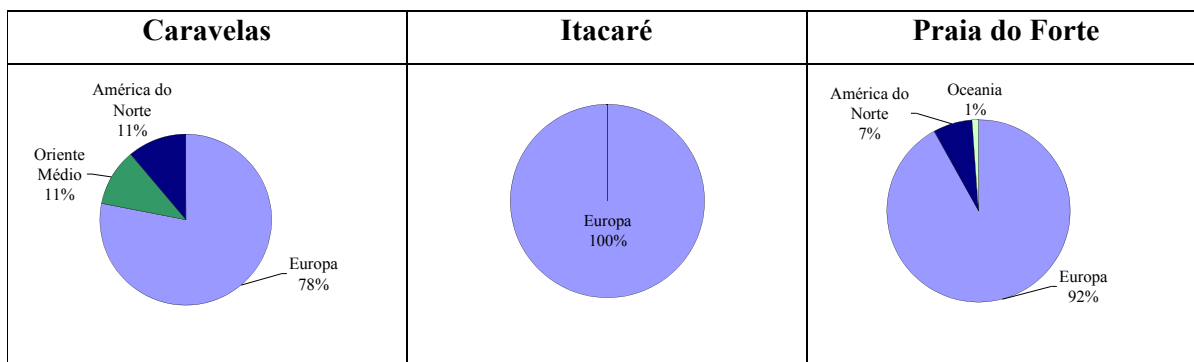


Figura 9 - Procedência dos turistas estrangeiros.

De uma maneira geral, a distribuição etária dos turistas apresentou o seguinte perfil ou faixas etárias: I (21 - 30), II (31 - 40) e III (41 - 50) anos. A Figura 10 mostra que em Caravelas, 25% dos turistas tinha idade compreendida dentro da faixa I ou III e 32% na faixa II. Em Itacaré, a faixa etária I, de 21 - 30 anos correspondeu a 26% dos turistas, a II representou 17% e a III 30%. Na Praia do Forte, 32% tinham idades entre 21 a 30 anos, 35% idades entre 31 e 40 e 18% idades entre 41 a 50 anos. Os turistas com idades acima de 50 anos tiveram pouca participação na amostra aleatória selecionada, uma vez que representaram apenas 15%, 14% e 12% dos turistas em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, respectivamente, o que mostra certo predomínio de visitantes relativamente jovens, ou seja, grande parte deles se concentra basicamente na faixa etária entre 21 e 50 anos.

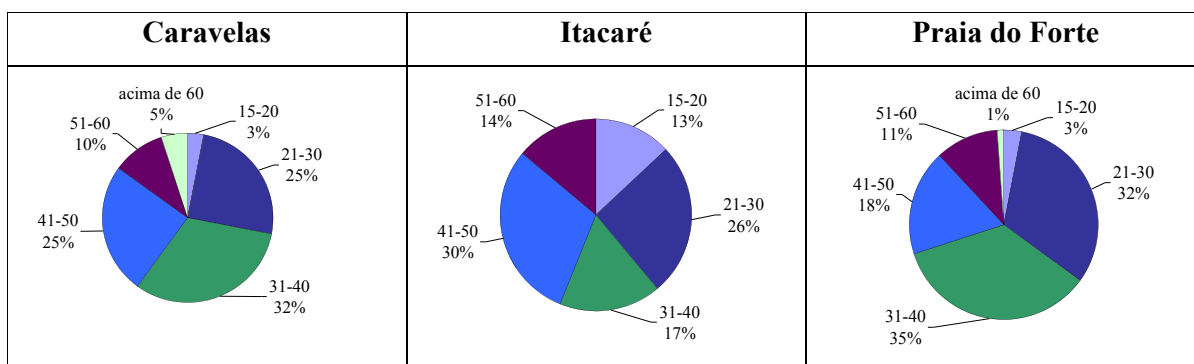


Figura 10 - Classes de idade dos turistas observadores de baleias.

Quanto ao nível de escolaridade de turistas observadores de baleias, somente três categorias de ensino foram observadas na pesquisa (ensino fundamental, médio e superior, completos). Conforme a Figura 11, em Caravelas, 5% das pessoas tinham o ensino fundamental completo, 28% o ensino médio completo e 67% o ensino superior completo. Em Itacaré, a maioria, ou seja, 96% havia já completo ensino superior, enquanto apenas 4 % tinham o ensino médio completo. Na Praia do Forte, o mesmo perfil foi observado, onde 92% das pessoas apresentaram curso superior completo, 7% ensino médio completo e apenas 1%

ensino fundamental completo. Estes resultados sobre o padrão de escolarização dos visitantes demonstram que o TOB está associado a um tipo peculiar de público, em que a demanda por serviços de lazer e recreação, por amenidades ambientais e de conservação das espécies, e mesmo a satisfação por inclusão social de comunidades locais, entre outras dimensões de desenvolvimento local sustentável, podem ser facilmente configurados em ações de sensibilização e programas marketing e propaganda.

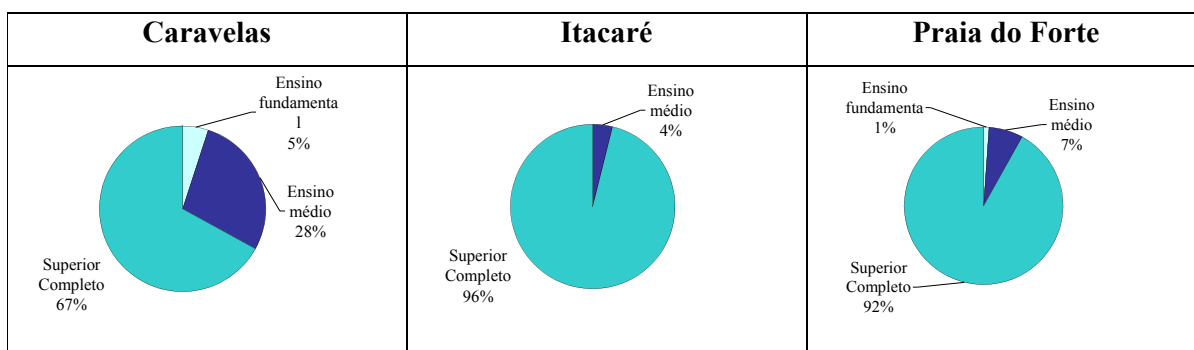


Figura 11 - Nível de escolaridade dos turistas observadores de baleias.

Em relação ao nível de renda, observou-se nas três localidades concentração significativa nas classes renda média e alta. Com base na Figura 12, em Caravelas 50% dos entrevistados declararam possuir um nível de renda mensal alto (acima de 10 salários mínimos), 13% na classe de renda de médio a alto (8 a 10) e 18% no nível de renda médio (6 a 8), 11% com nível de renda de baixo a médio, 5% baixos e 3% ao nível mínimo de renda mensal. Em Itacaré, 62% dos turistas declararam possuir alto nível de renda, 32% de médio a alto, 4% médio nível de renda e apenas 2% renda mensal mínima. Finalmente, na Praia do Forte, 60% dos turistas declararam ter um nível de renda alto, 8% de médio a alto e 16% níveis médios de renda, enquanto nos demais, apenas 10% apresentaram de baixo a médio nível de renda, e 3% rendas mensais baixas e mínimas.

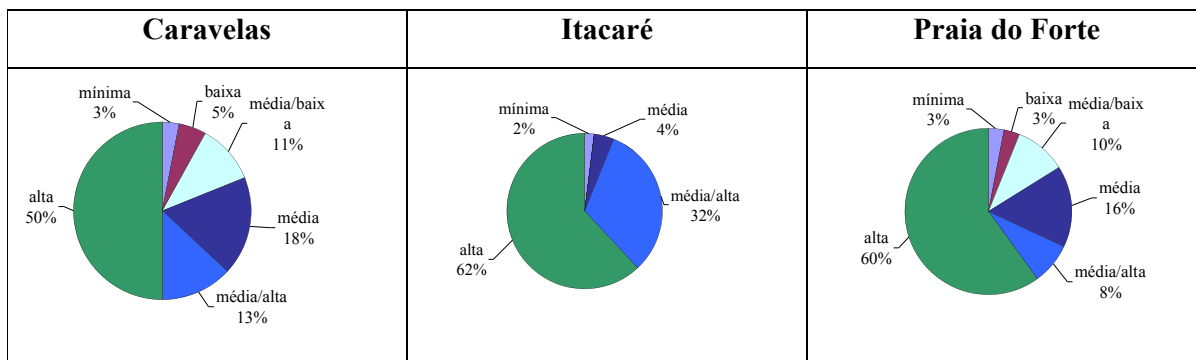


Figura 12: Classes de renda dos turistas observadores de baleias.

6.4.2 Tipificação dos turistas observadores de baleias quanto aos serviços turísticos demandados.

Nas três localidades pesquisadas, o grupo familiar predomina na estrutura do turismo de observação de baleias. A Figura 13 mostra que 70%, 64% e 68% respectivamente, dos turistas que recorrem ao TOB em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, apresentavam-se na forma de grupos familiares. Aqueles que viajavam sozinhos representavam 19%, 32% e 9% em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, respectivamente. Já os turistas que viajam em companhia de amigos representaram 11%, 4% e 23% dos observadores de baleias na região, respectivamente. Como se vê, os planos de desenvolvimento do turismo dirigidos para atender a demanda dos visitantes ao TOB devem ter adequabilidade orientada para grupos de turistas em família.

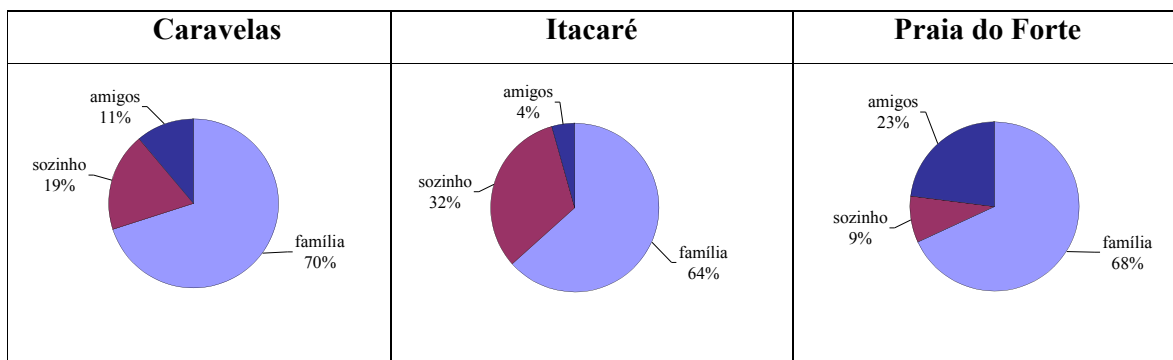


Figura 13 - Grupos de viagem dos turistas observadores de baleias.

No que se refere aos meios de hospedagem utilizados pelos turistas, representados na Figura 14, em Caravelas, 50% dos visitantes declarou utilizar como principal meio de hospedagem, as pousadas, seguido de 29% que utilizaram os hotéis, 13% se hospedaram em casa de parentes ou amigos e 8% declararam utilizar outros meios de hospedagem. Em Itacaré, as pousadas também representaram o principal meio de hospedagem, sendo utilizadas por 56% dos turistas, seguido dos hotéis utilizados por 30%; outros meios de hospedagem, por 9%; e casa de parentes e amigos por 5%. Já na Praia do Forte, a maioria dos turistas (53%) utiliza os hotéis, enquanto 30% as pousadas, 11% outros meios de hospedagem e 6% se hospedam em casa de parentes e amigos. Assim, pode-se inferir que, em Caravelas e Itacaré predomina o uso de pousadas como meio de hospedagem, enquanto que, na Praia do Forte, os hotéis são mais freqüentes. Esse fato pode ser explicado pela densidade de infra-estruturas e equipamentos de hospedagem em cada localidade, estrutura de oferta e os termos relativos de preços em cada região, ou mesmo, do perfil agregado de grupos de visitantes em cada localidade.

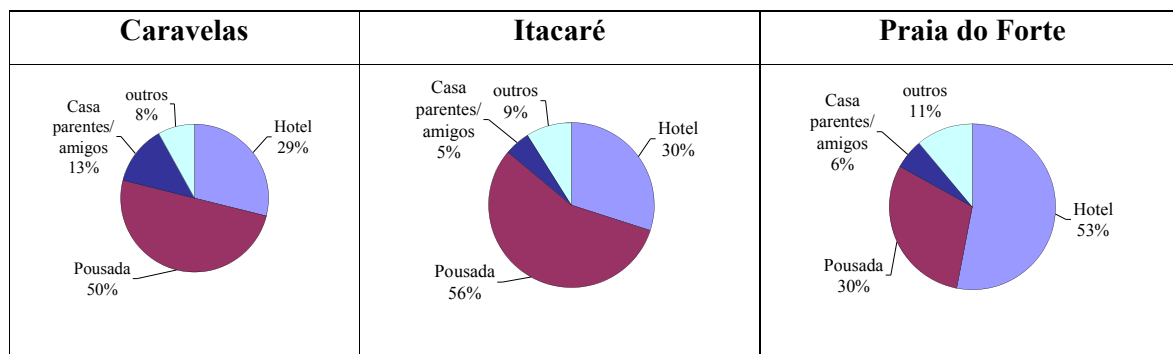


Figura 14 - Meios de hospedagem utilizados pelos turistas observadores de baleias.

Grande diferença foi observada em termos do tipo de transporte usado. A Figura 15 mostra que 64% dos visitantes em Caravelas utilizam o próprio carro para se deslocarem até o município, enquanto 13% fazem o uso de carros locados, 12% recorrem ao transporte aéreo e 10% viajaram de ônibus fretado ou de linha regular, intermunicipal ou interestadual. Em

Itacaré, 57% usaram transporte aéreo²⁴ e 43% recorreram a meio de transporte próprio. Dada a peculiaridade de localidade geográfica do município de Itacaré, os dados demonstram basicamente dois meio de transporte básicos de acesso. Na Praia do Forte, como resultado de localização próxima ao Aeroporto Internacional de Salvador e de um maior fluxo de turistas estrangeiros, o transporte aéreo representa 60% dos meios de deslocamento de turistas, enquanto os carros particulares representam 14%. Os outros meios, como carros locados e ônibus de linha regular, com 10%, ônibus fretados com 4% entre outros perfazem a alternativa restante.

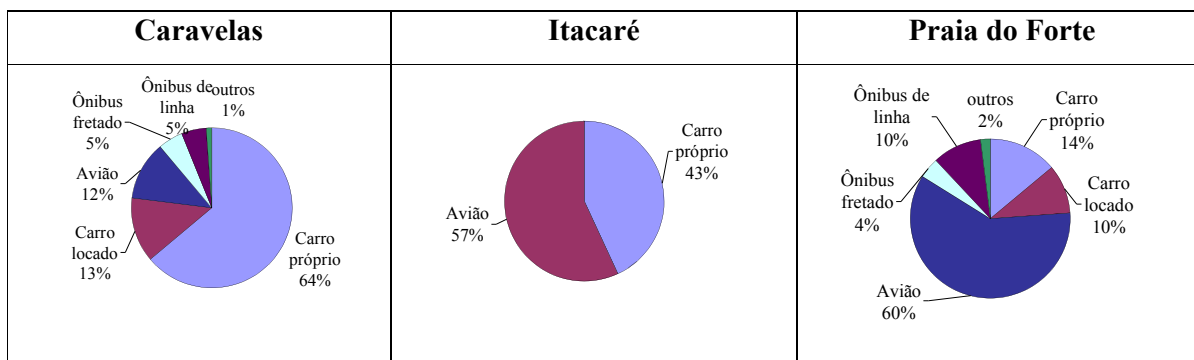


Figura 15 - Transportes utilizados pelos turistas observadores de baleias.

Como esperado, pelos resultados constantes da Figura 16, a maioria das pessoas que participam do TOB viajam a lazer, pois 50%, 81% e 87% dos turistas de Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, respectivamente, declararam ser esse o principal motivo de viagem. Entretanto, uma parcela significativa dos visitantes de Caravelas (35%), afirma visitar o município justamente para o TOB, 6% vêm visitar os amigos e parentes e apenas 4% a trabalho. Em Itacaré, os demais turistas afirmam que o motivo viagem é a visita aos parentes e amigos, representados por 9%, enquanto 5% viajam a negócios e entre outros. Na Praia do Forte, 5% viajam a negócios, 2% a estudos e entre outros e apenas 4% afirma visitar o local com a finalidade de TOB.

²⁴ Os turistas utilizam o aeroporto de Ilhéus localizado a cerca de 60 km de Itacaré.

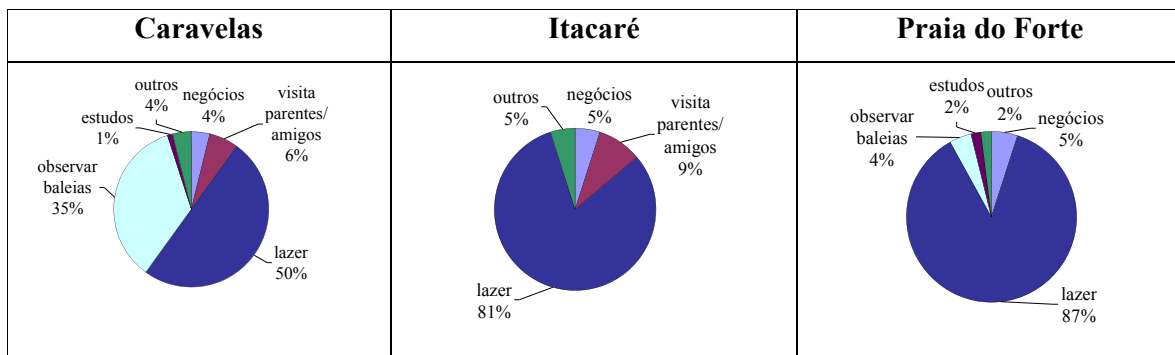


Figura 16 - Motivo de viagem dos turistas observadores de baleias.

De uma maneira geral, como mostra a Figura 17, os turistas que participam do TOB são aqueles que visitam pela primeira vez o lugar. Em Caravelas, 72% dos turistas declaram ser a primeira vez que visitam a cidade, 15% como a segunda vez, 8% realizam visitas anuais e 5% já fizeram mais de duas visitas. Os turistas que viajaram a Itacaré pela primeira vez representam 90%, enquanto 5% foram pela segunda vez e 5% realizam viagens anuais até a localidade. Na Praia do Forte, 64% dos turistas declaram ser a primeira vez que visitam a vila, 17% pela segunda vez, 11% mais de duas vezes, 5% realizam visitas anuais e 3% visitas mensais.

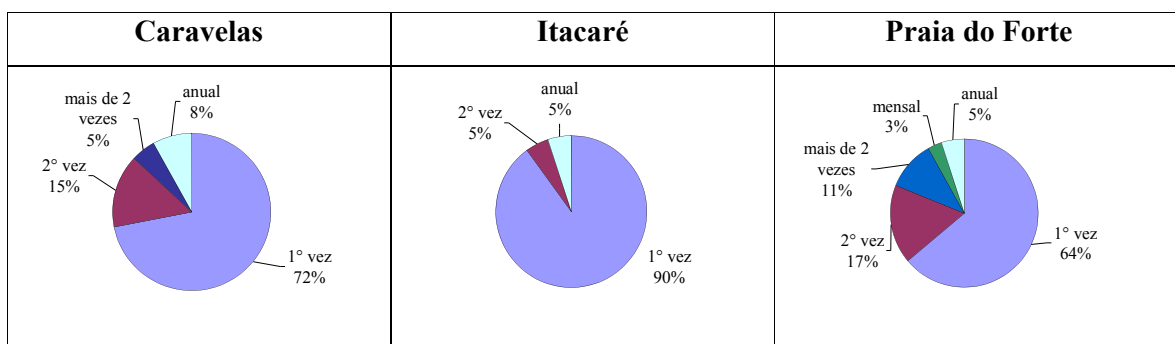


Figura 17 - Frequência de visitação dos turistas observadores de baleias.

O tempo de permanência dos turistas em cada localidade foi em média de 4,1 dias em Caravelas, 9,33 em Itacaré e 5,97 na Praia do Forte. Portanto, permanece-se por mais tempo

em Itacaré e por menos em Caravelas. Segundo os turistas não há muitas opções de atividades recreativas no município de Caravelas além da visitação do Parque de Abrolhos e a avistagem de baleias e, portanto, não despedem muito tempo na localidade. Em Itacaré, a paisagem cênica das inúmeras praias parece despertar nos turistas o desejo de se permanecer por mais tempo na região, sem que haja maiores gastos.

Os atrativos mais interessantes de cada uma das localidades, segundo a opinião dos turistas, podem ser observados na Figura 18. Em Caravelas, o atrativo que recebeu maior preferência foi as baleias, com 39%, seguido do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, com 35% dos votos, praias, com 9% e o patrimônio histórico e cultural do município, com 6% dos votos. Em Itacaré, o atrativo preferido é a praia, indicada por 50% dos turistas, seguido de atividades esportivas, com 25% e baleias, indicadas por 16% dos entrevistados. Na Praia do Forte, as praias também representaram o atrativo mais interessante na opinião dos turistas, com 33% de escolha, em seguida, as baleias, com 24%, e a Sede do Projeto Tamar, eleita por 18% dos turistas. O patrimônio histórico cultural, a comunidade local e os bens e serviços turísticos foram votados, respectivamente, por apenas 12%, 10% e 3% dos turistas. Portanto as baleias aparecem como atrativos representativos em todas as localidades e em Caravelas já ultrapassam a preferência do Arquipélago de Abrolhos. No entanto, estes resultados sugerem que no estado da Bahia ainda há a preferência pelo turismo de sol e praia.

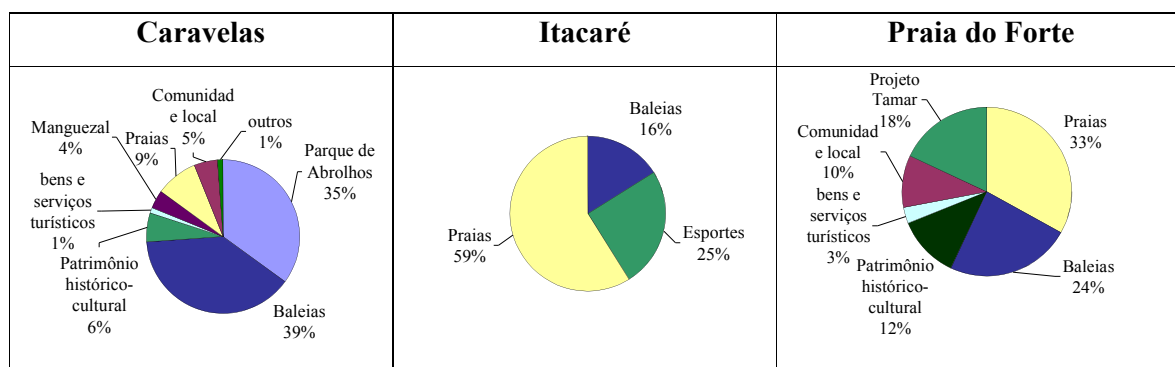


Figura 18 - Atrativos mais interessantes segundo os turistas observadores de baleias.

A grande maioria dos turistas declarou a disposição em retornar às localidades visitadas: 99% dos de Caravelas, 91% dos de Itacaré e 95% dos da Praia do Forte, como se ilustra na Figura 19.

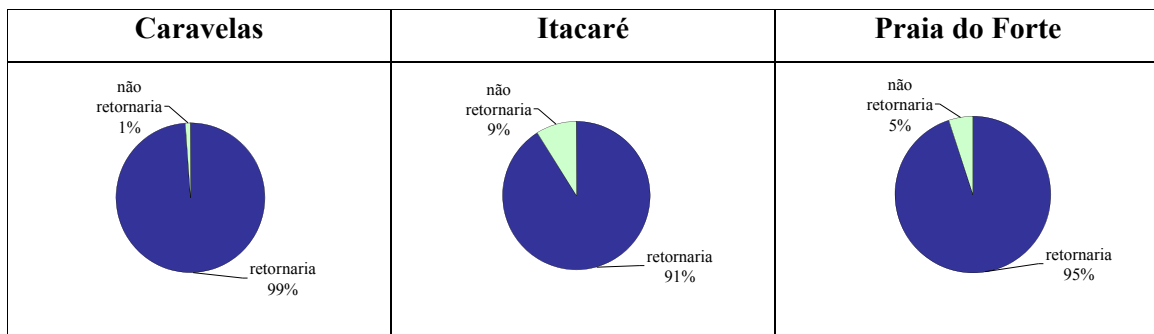


Figura 19 - Disponibilidade de retorno dos turistas às respectivas localidades.

6.4.3 Percepção e avaliação dos turistas sobre o TOB.

A observação de baleias na costa da Bahia representou a primeira experiência para a maioria dos turistas neste tipo de atividade. Como mostra a Figura 20, 89% dos entrevistados em Caravelas declararam ser a primeira vez que participam deste tipo de atividade e, apenas 11%, já tinham tido esta experiência. Em Itacaré, o percentual dos que viram baleias pela primeira vez foi de 86% contra 14% que já haviam observado baleias em outra ocasião. Na localidade Praia do Forte, o percentual da primeira experiência cai para 74% dos turistas, enquanto aumenta para 26% o número de turistas que já haviam visto. Estes indicadores podem ser diretamente relacionados com a descrição anterior sobre a frequência de visitação, caracterizada pela primeira visitação às localidades. Além disso, senão no estado da Bahia, o turista que viaja pelo Brasil encontrar  oportunidade de observar baleias somente no estado de Santa Catarina. Provavelmente, a maior parcela apresentada na Praia do Forte referente aos turistas que já tinham visto baleias anteriormente está associada aos turistas estrangeiros participantes.

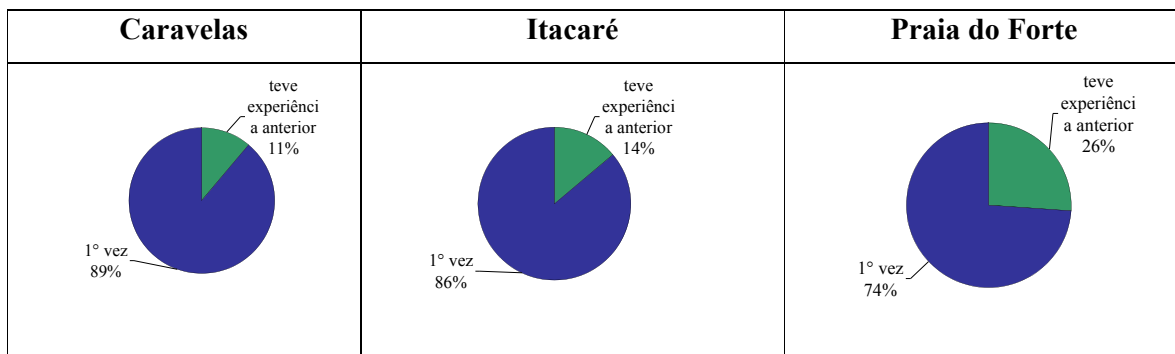


Figura 20 - Participação dos turistas em atividades de observação de baleias.

Conforme a Figura 21, os meios de informação pelos quais os visitantes tomaram conhecimento da ocorrência das baleias jubarte nos locais visitados foram os mais diversos, embora 24% dos turistas em Itacaré e 25% na Praia do Forte declarassem desconhecê-lo. Em Caravelas, a mídia televisiva foi apontada por 29% dos visitantes como o principal meio de comunicação pelo qual tiveram acesso à informação sobre as baleias. A mídia escrita e os jornais e revistas foram apontados por 27%, agências de viagem indicadas por 20% e 14% foram informados pelos amigos. Outros meios de informação, como a internet, foram também apontados por 7% dos entrevistados e apenas 3% consultaram guias de turismo. Em Itacaré, a mídia televisiva também foi apontada por 27% dos turistas como principal meio de informação, enquanto a escrita considerada por 23%. Finalmente, na Praia do Forte, 19% dos turistas tiveram conhecimento da ocorrência das baleias jubarte por meio da mídia escrita, 18% por meio da mídia televisiva e 16% por meio de amigos e outros mecanismos de informação, como a internet.

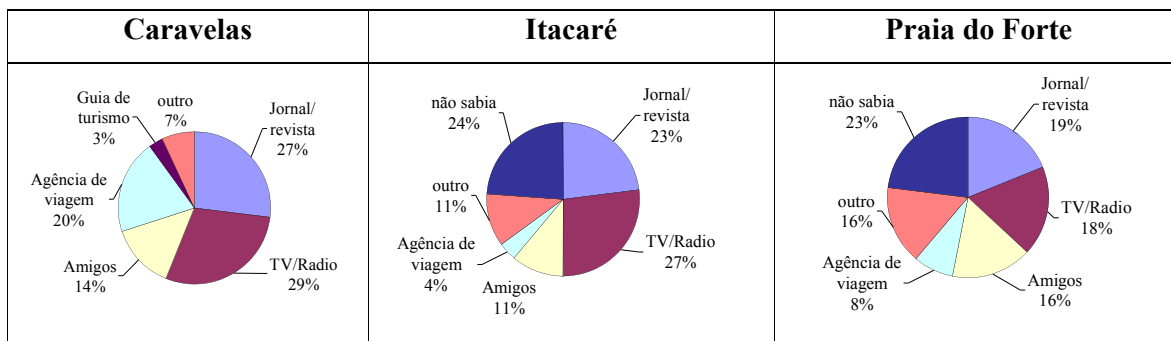


Figura 21 - Principais meios de informação utilizados pelos turistas no TOB.

Quanto à avaliação do passeio de observação, os resultados foram positivos em relação aos aspectos considerados pelos agentes de viagem como mais relevantes para o desempenho da atividade, tais como, preço e duração dos passeios. Os dados ilustrados na Figura 22, mostram que 77% dos participantes em atividades de observação de baleias em Caravelas consideraram a adequação dos preços pagos pelos serviços dos passeios, de excelentes, muito bons e bons. Apenas 14 % dos turistas avaliaram-no de regular, 8% de ruim e 1% como totalmente inadequado ao padrão dos serviços ofertados. Na Praia do Forte, a satisfação dos turistas em relação ao preço pago também foi positiva, pois 74% consideraram os preços excelentes, muito bons ou bons. No entanto, 21% foram de opinião de que os preços eram regular, ruim para 4% e incoerente para o padrão de serviço prestado para 1 % dos turistas. Portanto, mesmo que os preços do passeio em Caravelas sejam mais elevados, a grande maioria dos turistas demonstra corresponder às suas expectativas, fazendo valer a experiência.

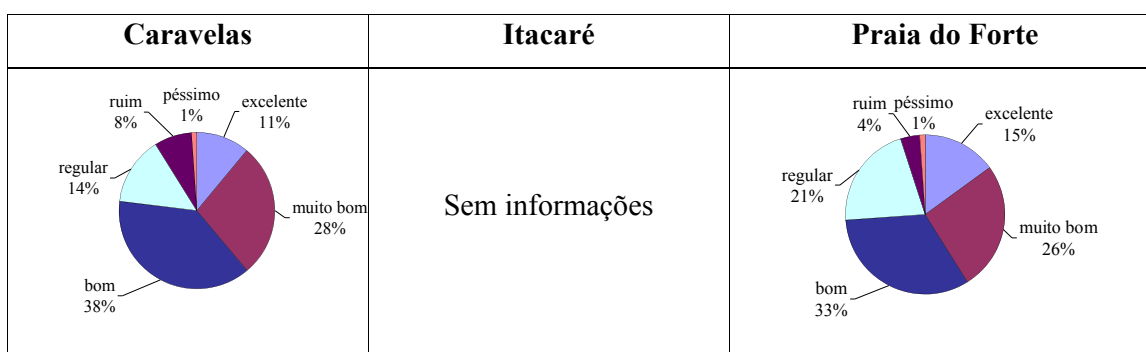


Figura 22 - Avaliação dos turistas sobre o preço pago no passeio de TOB.

Embora o conforto dos turistas dependa do tempo de duração dos passeios, o tempo necessário e o esforço para a avistagem dos animais foram considerados satisfatórios (ver Figura 23). Mesmo em Caravelas, onde os passeios costumam ser de maior duração, o tempo foi considerada adequada por 90% dos turistas, com conceitos entre excelente, muito bom e bom e somente 10% acharam-nos cansativos .Na Praia do Forte, onde as baleias ocorrem mais próximas à costa e, portanto leva-se menos tempo até a avistagem dos animais, 87% dos turistas consideraram a duração adequada e 13% restante admitiram que o tempo deveria ser menor.

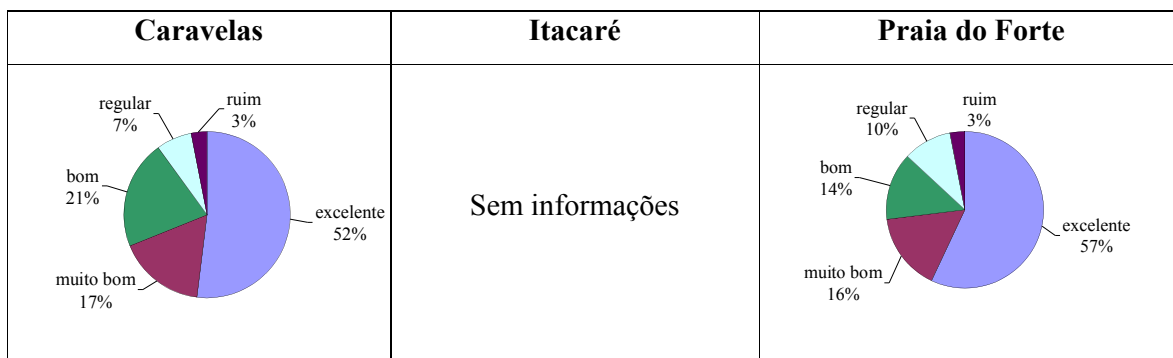


Figura 23 - Avaliação dos turistas sobre o tempo de duração de passeios no TOB.

Considerando todos os aspectos relacionados ao passeio e às expectativas dos turistas, os resultados também foram bastante positivos, como se ilustra na Figura 24, 98% dos turistas de Caravelas manifestaram-se satisfeitos com a atividade, avaliada como excelente por 60%, muito boa por 28% e boa por 10%. Na Praia do Forte, 90% declararam satisfação quanto às suas expectativas sobre a observação de baleias (36% excelente, 29% muito bom e 25% bom).

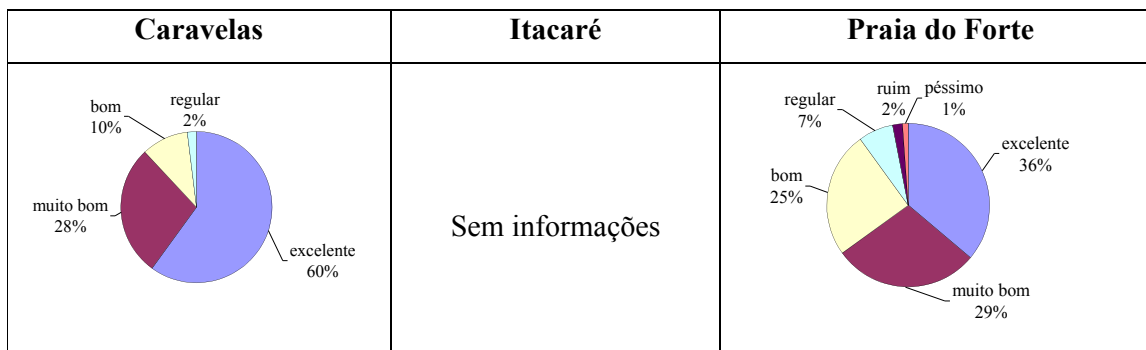


Figura 24 - Avaliação e expectativas dos turistas sobre de observação de baleias.

Quando os turistas foram questionados sobre a disposição em pagar para observar baleias (Figura 25), os seguintes resultados foram obtidos: em Caravelas, a percepção dos benefícios da observação foi de 40% para os turistas dispostos a pagar valor acima de R\$ 120,00 e entre R\$ 90,00 a R\$ 120,00; 12% no limite entre R\$ 60,00 a R\$ 90,00; e 8% abaixo de 60 reais. Em Itacaré, grande parte dos visitantes (57%) declarou disponibilidade em pagar entre R\$ 60,00 e R\$ 90,00, seguido de 29% entre R\$ 30,00 e R\$ 60,00; e 14% dispostos a pagar de R\$ 90,00 e R\$ 120,00. Finalmente, na Praia do Forte 40% dos turistas tinham disposição em pagar entre R\$ 60,00 R\$ 90,00; 22% entre R\$ 90,00 e R\$ 120,00 e R\$ 30,00 e R\$ 60,00, enquanto apenas 8% estria disposto a pagar valor acima de R\$120,00. Portanto, observou-se que embora a maioria dos turistas tenha manifestado satisfação com a observação de baleias, houve acentuada heterogeneidade na disposição em pagar. Esses indicadores, embora relativamente subjetivos e qualitativos, corroboram com o conceito de excedente do consumidor como uma medida de bem-estar que será analisada no Capítulo IV desta pesquisa, uma vez que a idéia da disposição em pagar capta os benefícios que os turistas percebem do produto que lhes é ofertado. Desta maneira, observa-se que os turistas de Caravelas demonstram maior valorização do produto e atrativo, dispostos a desembolsarem por valores iguais ou até maiores do que foi cobrado pela experiência. Tanto em Itacaré quanto na Praia do Forte, os turistas atribuíram menores valores à atividade. Estas

observações sugerem que o público atendido na região de Caravelas seja mais inclinado à prática de atividades turísticas como esta.

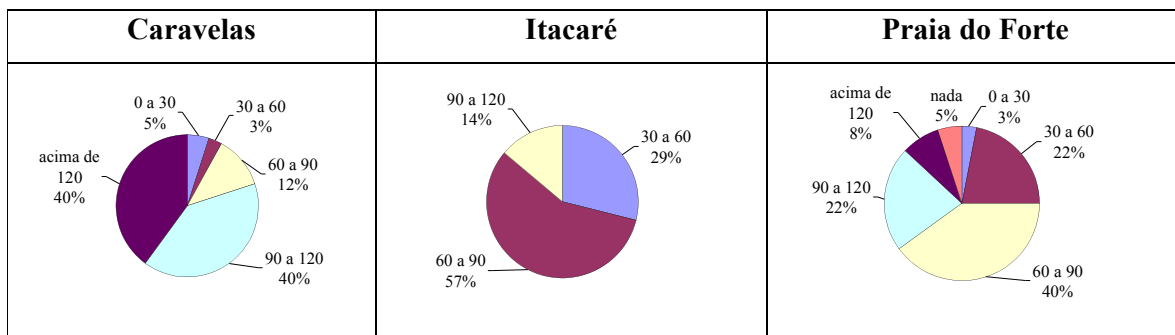


Figura 25 - Disposição em pagar dos turistas para observar baleias.

Com relação ao interesse dos turistas em contribuir para a conservação desses animais, a Figura 26 apresenta o seguinte resultado: 90%, 86% e 80% dos turistas em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, respectivamente, declararam que estariam dispostos a contribuir de alguma forma para a conservação da espécie, enquanto 8 %, 14% e 20% não contribuiriam. Cabe ressaltar que as principais formas de colaboração apontadas por eles, se resumem na divulgação da atividade, trabalhos voluntários e de educação e conscientização ambiental na área.

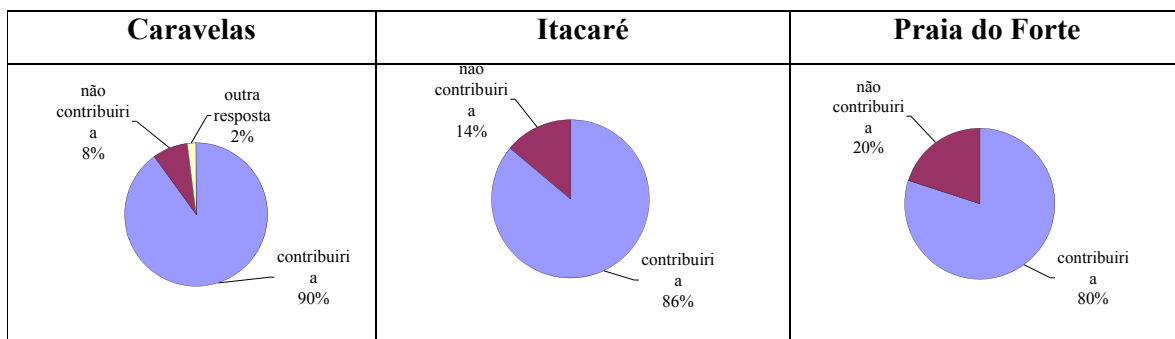


Figura 26 - Disposição dos turistas em colaborar para a conservação das baleias.

6.4.4 Considerações sobre a demanda do TOB no litoral da Bahia.

Os resultados sobre a caracterização da demanda do turismo de observação de baleias na costa da Bahia podem ser sintetizados conforme as seguintes considerações: a) Predominância de turistas brasileiros, mas uma participação não muito significativa do público baiano, e participação dos europeus, de forma mais expressiva na Praia do Forte; b) Público relativamente jovem, com elevado nível de instrução e de classes sociais mais privilegiadas, que viajam em família, geralmente, casais, para fins recreativos e de lazer e que usufruem dos bens e serviços turísticos dos locais visitados; c) Os meios de transportes utilizados nas viagens estão relacionados à maior conveniência para os turistas e, portanto, nos locais próximos a aeroportos o transporte aéreo é o mais utilizado, enquanto nos locais onde a estrutura aérea não é eficiente, utilizam-se do transporte rodoviário, principalmente, os carros particulares dos turistas; d) Nas localidades onde as praias representam os principais atrativos, a permanência dos turistas é maior. No entanto, as baleias demonstraram ter grande representatividade como atrativos naturais, principalmente, em Caravelas; e) A atividade turística de observação de baleias na costa da Bahia pode ser considerada uma boa opção para os visitantes, uma vez que é bem avaliada pelos seus consumidores, representados por pessoas que em sua maioria nunca tinha tido a oportunidade de encontrar com baleias, f) Embora o preço do passeio de observação de baleias seja considerado justo, quando realizado pela primeira vez, os turistas sugerem a redução dos gastos com a atividade numa segunda oportunidade, g) O turismo de observação de baleias mostrou-se importante na sensibilização das pessoas, demonstrado pela intenção dos turistas que participaram da atividade em colaborar para a conservação das jubarte do litoral baiano.

6.5 Perfil das empresas turísticas envolvidas com TOB.

O papel principal das empresas turísticas envolvidas com a observação de baleias é viabilizar a comercialização desse atrativo e, portanto, são os responsáveis pela formatação, divulgação e oferta do produto, bem como em providenciar os equipamentos e serviços necessários para a sua realização. Através de entrevistas com proprietários ou representantes das empresas que oficialmente oferecem os passeios para observação de baleias em parceria com o IBJ, foi possível verificar o papel dessas unidades de produção de serviços no mercado turístico regional e como atuam no desenvolvimento da atividade e conservação da espécie.

As empresas turísticas das três localidades que operam no setor representam oficialmente agências de viagens receptoras de pequeno a médio porte. A agência de turismo mais antiga no mercado está localizada no município de Caravelas, onde opera há cerca de 20 anos na comercialização de diversos roteiros turísticos na região. No entanto, o carro chefe da empresa consiste nos passeios náuticos e à visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, um tipo de serviço ofertado o ano todo e que representa o produto turístico mais vendido. A empresa possui 11 colaboradores permanentes, dentre os quais 4 participam diretamente na comercialização do turismo de observação de baleias. Para a viabilização da atividade, a empresa estabelece parcerias com os proprietários das embarcações, que são os responsáveis pela parte operacional (contratação da tripulação, disponibilização da embarcação e alimentação servida a bordo) e, sendo o Instituto Baleia Jubarte, responsável pela parte técnica de informação e educação ambiental.

Em Itacaré, a agência de turismo que participou da pesquisa iniciou seus trabalhos em 2001, com a prestação de serviços turísticos receptoras, traslados e a venda de diversos passeios no segmento do turismo de aventura, como arvorismo, rafting, trilhas na mata e rapel. Segundo a empresa, o produto turístico representativo e que gera maior retorno até o momento, são as trilhas e passeios de *land rover* à península de Maraú. Atualmente, a agência

conta com a colaboração de 3 funcionários permanentes envolvidos diretamente na comercialização dos serviços de observação de baleias e outros 2 funcionários contratados temporariamente no período em que ocorre a atividade de TOB. Além disso, a agência trabalha em colaboração com um trabalhador nativo, o qual, após participar de atividades com baleias junto ao IBJ, se inseriu nas operações do passeio e investiu na aquisição de uma embarcação apropriada para a atividade. De acordo com o proprietário da agência, essa parceria tem sido imprescindível para o bom desempenho da atividade, uma vez que garante uma maior constância na qualidade do serviço prestado, essencial para a credibilidade da empresa, pois facilita todo o aparato logístico, além de criar oportunidades para a participação da comunidade local na atividade turística.

Na Praia do Forte, a agência de turismo que iniciou o trabalho com a observação de baleias, se estabeleceu na região em 1998 e, desde então, oferece atividades de canoagem, mergulho e visitação ao Castelo Garcia D'ávila e à Reserva Florestal da Sapiranga, esta última considerada o maior atrativo na opinião da empresa. A agência conta com a colaboração de 9 funcionários permanentes; na temporada de baleias, 2 deles ficam diretamente envolvidos com a atividade e 2 funcionários temporários são contratados. Segundo a agência, desde 2001, quando se deu início à oferta de serviços de passeios para a observação de baleias, trabalha-se em parceria com o mesmo proprietário de uma escuna, responsável pela operação. A segunda empresa concorrente nesse mercado estabeleceu-se na Praia do Forte em 2001 e opera em atividades turísticas de ciclismo, canoagem, mergulho livre, pesca oceânica, passeios de lancha e passeios de quadriciclo à reserva da Sapiranga. Desde 2005, a agência comercializa o passeio de observação de baleias, contando com a participação de cerca de 5 funcionários permanentes, com 2 deles trabalhando diretamente com a venda, e 3 funcionários temporários, contratados no período das baleias. De acordo com a empresa, para a observação de baleias, tem-se necessidade de contratação de uma

operadora turística encarregada da gestão operacional como um todo, desde a locação da embarcação até os serviços de bordo.

Como se pode observar, existe uma concorrência no mercado turístico de observação de baleias na costa da Bahia, embora não se possa considerar uma estrutura de concorrência marcante entre localidades de Caravelas, Itacaré e Praia do Forte. As empresas consideram que atendem a públicos diferenciados. Já no mercado turístico local, os proprietários das agências de Itacaré e Praia do Forte admitem a existência de concorrentes indesejáveis. A grande preocupação deles está relacionada à qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente a imagem de suas empresas em relação a esses concorrentes. Eles fazem críticas constantes sobre os planos individuais de lucro, que colocariam em risco a ideologia conservacionista e educativa que está inserida em atividades de observação das baleias. A expressão abaixo é uma manifestação dessas preocupações:

“A expectativa comercial é que a atividade aumente cada vez mais, e quanto mais aumentar, mais distante ficará a parte ideológica da coisa. A tendência é aumentar, mas também sucatear o produto”.

Em Itacaré, o problema realmente é identificado, pois o concorrente da agência de turismo que comercializa a atividade, além de oferecer um preço muito menor pelo passeio, não está habilitado formal e legalmente a trabalhar com atividades turísticas. Já na Praia do Forte, os serviços prestados em relação à observação de baleias são semelhantes e, portanto, a imagem das empresas não ficaria comprometida pelos concorrentes, além da região possuir um fluxo de turistas capaz de promover a todos os ofertantes a lucratividade desejada. As pequenas diferenças entre as empresas e a forma como atuam não deixam de ser importantes para o desenvolvimento da atividade, uma vez que chegará a hora em que cada empresa identificará a sua estratégia competitiva, desde que a preservação da espécie animal não fique comprometida.

Em Caravelas, embora o fluxo turístico seja muito menor comparado às outras localidades consideradas, nenhum empresário acredita numa concorrência negativa, tratando os concorrentes como parceiros no desenvolvimento turístico local.

“Eu acho que todo mundo em Caravelas é parceiro, não existe concorrência. Têm pessoas que vêm pra ver baleias, têm pessoas que vêm pra Abrolhos e têm pessoas que vêm pra ver baleias e conhecer Abrolhos. A potencialidade desse público deve ser melhorada. É preciso buscar no mercado o público para tal atividade”.

A principal dificuldade em se trabalhar com o turismo de observação de baleias apontada pelas empresas é a dependência das condições do tempo, pois o período em que as jubarte permanecem no Brasil, coincide com a estação do inverno, quando os ventos mais fortes chegam com maior frequência à costa baiana, inviabilizando a navegação. Em Caravelas, os empresários ainda apontam a falta de incentivo e colaboração por parte do poder público local e da própria comunidade na atividade turística como fator que inibe o crescimento do turismo e da atividade de observação de baleias na região. Em Itacaré, o perfil dos visitantes é também encarado como um empecilho ao crescimento da atividade, pois ainda é representado por um público do turismo de massa.

No entanto, todas as empresas turísticas demonstram grande apreço à atividade de observação de baleias, pois acreditam no seu potencial turístico e comercial, bem como na nobreza e autenticidade de sua proposta.

“É um trabalho que tem um retorno para as pessoas que participam do passeio e institucional (...) as pessoas entram em êxtase porque sempre ouvem falar sobre baleias, mas dificilmente têm a oportunidade de ver”.

“O ponto positivo é poder passar para as pessoas que nos visitam, coisas que elas jamais imaginariam ver. Pessoas altamente urbanas que se sentem muito gratificadas por estar valorizando situações como esta”.

“Me apaixonei por isso e não quero abandonar. Eu acredito que é uma atividade gloriosa e nobre. Mas não é fácil”.

“A atividade é importante porque consegue distribuir o lucro entre as pessoas que trabalham, o IBJ e para a conservação das baleias”.

Por fim, a conservação das baleias representa para as empresas turísticas um objetivo de importância ambiental, social e cultural, capaz de viabilizar a prática de atividades recreativas que geram emprego e renda e promovem a sensibilização das pessoas para com questões ambientais. A maneira que encontraram para colaborar na preservação desse recurso natural foi apoiar as atividades do Instituto Baleia Jubarte, cedendo espaço para a realização das pesquisas, divulgando o trabalho da instituição, além de planos de colaboração financeira.

7. CAPÍTULO IV - A VALORAÇÃO ECONÔMICA DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS NA COSTA DA BAHIA: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTO DE VIAGEM.

7.1 Introdução.

Foi a partir dos anos 70, como resposta ao uso desenfreado dos recursos naturais e a necessidade de gestão desses recursos, que inúmeras correntes ambientalistas passaram a questionar o modelo econômico e social das sociedades industrializadas. Nesse período, correntes institucionalistas passaram a considerar a economia como um processo dinâmico da sociedade, onde a mudança está alicerçada no que denominam de determinismo cultural, isto é, na complexidade do conjunto de idéias, atitudes e crenças absorvidas pelos indivíduos, entendidos como seres culturais e não pessoas economicamente racionais (PEARCE, 1993). A partir deste momento, passa-se a aceitar a noção de que a degradação ambiental envolve custos sociais e admite-se a importância do equilíbrio ecológico para a eficiência do sistema econômico, introduzindo o conceito de sustentabilidade.

Nesse contexto, os progressos científico e tecnológico vêm colaborar para a avaliação dos impactos ambientais e sua contabilização monetária, tornando-se elementos importantes no processo de conscientização ecológica (ROMEIRO, 2003). Além disso, também são criadas alternativas metodológicas de valoração dos recursos ambientais, as quais passam a considerar o valor expresso pelas preferências individuais, o valor de preferências públicas e o valor funcional físico de um ecossistema (PEARCE e TURNER, 1990). Embora atualmente existam outros valores associados aos recursos ambientais além dos valores monetários atribuídos a eles através de seu uso, os valores de mercado, a valoração monetária ainda

mostra-se bastante representativa e conveniente nos estudos econômicos para bens da natureza. Com a formalização dessas idéias, visando o delineamento teórico que capte o “valor” das amenidades ambientais, se estava na emergência de construção de um corpo analítico para fazer face à exigência de se definir as bases metodológicas de gestão sustentável de recursos naturais.

Essas metodologias surgiram na intenção de atribuir valores monetários providos dos benefícios diretos e indiretos da utilização dos recursos ambientais, uma vez que, por representarem bens públicos, de livre acesso e de direitos de propriedade não definidos, são difíceis de serem avaliados dentro do escopo da teoria econômica tradicional. Assim, estes instrumentos vêm colaborar nos esforços de se estimar e quantificar os benefícios das amenidades geradas pelo uso dos recursos naturais, a exemplo dos benefícios gerados por atividades de recreação e turismo. Mesmo diante destes esforços teóricos, reconhecem-se muitas limitações destes instrumentos, já que todas as hipóteses subjacentes ao comportamento dos agentes partem do pressuposto de que existe uma racionalidade otimizante, o que muitas vezes não se configura na prática, pois muitos determinantes de escolha individual e social se fundamentam em teses predominantemente antropológicas, culturais e religiosas, relegando para o segundo plano, a função ativa dos mercados. Não obstante,

Estudos sobre a demanda por turismo incorrem no conhecimento do perfil dos usuários da amenidade ambiental, bem como dos seus respectivos níveis de bem-estar com os bens e serviços providos por essa amenidade, o que torna possível uma realocação de recursos, visando à otimização na oferta e utilização dos mesmos. Tal conhecimento, além de contribuir para o planejamento de atividades turísticas, serve também para estimar benefícios e/ou malefícios derivados da utilização do meio ambiente (FINCO E ADBDALLAH, 2001, p.2).

Por conseguinte, a identificação destes fatores visando a valoração econômica do meio ambiente vem sendo muito aplicada em estudos referentes às atividades recreativas como o turismo de observação de baleias (eg., LOOMIS et. al., 2000; SAMPLES et. al. 1986; BOYLE e BISHOP, 1987), uma vez que permitem estimar uma função de demanda que se

supõe estar baseada nas preferências e percepção de utilidade sobre os benefícios providos destes recursos, os quais uma vez estimados, poderão ser destinados para ações de conservação das espécies e, portanto, para a gestão sustentável de recursos naturais.

O turismo de observação de baleias representa uma atividade comercial que pode ser utilizada dentro dos limites da capacidade de carga do habitat animal, ou seja, de forma não-letal, com fins contemplativos e de recreação. Além de ser uma atividade que se encontra em expansão no mundo, com rápido crescimento, vem contribuindo para a pesquisa científica, conservação das espécies e, principalmente, para desenvolvimento econômico das comunidades locais, através da geração de renda, emprego e bem-estar social (IFAW, 1997), principal argumento utilizado contra a caça comercial destes animais.

No Brasil, a atividade demonstra grande potencial de desenvolvimento na costa no estado da Bahia com a observação das baleias jubarte, que ocorre em diversas localidades da costa do estado. Embora considerada recente no mercado turístico da região em que ocorre, algumas localidades já demonstram um crescimento considerável do fluxo de turistas interessados, o que demanda a formatação de um padrão de produto turístico, composto de bens e serviços associados à observação de baleias, que seja social e ambientalmente saudável.

A presença das baleias jubarte no litoral da Bahia e o crescimento da oferta e demanda turística deste segmento de turismo representam importante alternativa de conservação da espécie e de desenvolvimento local. No entanto, ainda não há informações específicas sobre os benefícios econômicos gerados pela observação das baleias jubarte, no Brasil, como atrativo turístico.

Embora o valor total de um recurso natural, em se tratando da observação das baleias, seja complexo e inclua valores financeiros, educacionais, científicos, culturais, ambientais, entre outros, neste Capítulo 4 pretende-se, através dos fundamentos da valoração econômica

ambiental, estimar os benefícios econômicos, tanto locais quanto regional, deste importante segmento turístico na costa da Bahia. A pesquisa compreende três localidades: a Praia do Forte, localizada na região metropolitana de Salvador; Caravelas, no extremo sul do estado, região próxima ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e reconhecida como a principal área de reprodução da jubarte no Atlântico Sul Ocidental; e o município de Itacaré, no litoral sul. Os valores estimados representarão somente aqueles valores associados à observação das baleias. Conforme a descrição metodológica, recorre-se ao método de custo de viagem (PEARCE e TURNER, 1990; FINCO E ADBDALLAH, 2001; ORTIZ, 2003; MAIA, 2002), que implica na mensuração dos gastos diretos e indiretos declarados pelos dos turistas enquanto permanecem na localidade onde realizaram a observação de baleias.

7.2 A valoração econômica ambiental e o método de custo de viagem.

A valoração econômica ambiental tornou-se uma ferramenta fundamental para a formulação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento sustentável e para a preservação dos recursos ambientais, uma vez que:

A valoração econômica ambiental busca avaliar o valor econômico de um recurso ambiental através da determinação do que é equivalente, em termos de outros recursos disponíveis na economia, que estaríamos (os seres humanos) dispostos a abrir mão de maneira a obter uma melhoria de qualidade ou quantidade de um recurso ambiental. Em resumo, a valoração econômica de recursos ambientais é uma análise de *trade-offs* (escolha de opções). (ORTIZ, 2003, p. 81).

As técnicas de valoração econômica ambiental buscam medir as preferências das pessoas por um recurso ou serviço ambiental e, desta forma, a medida de valor são as preferências individuais ou suas agregações sociais, relacionadas às mudanças de qualidade e quantidade dos estoques desses recursos. Alguns métodos procuram obter o valor do recurso baseado diretamente nas preferências das pessoas e são interpretados como método de disposição a pagar (DAP) de um indivíduo pela melhoria ou incremento de dado recurso ambiental. Estes são classificados como método direto de valoração. Os métodos indiretos

procuram obter o valor do recurso através de uma função de produção relacionada aos impactos das alterações ambientais, ou seja, as preferências relacionadas à disposição a aceitar (DAA) uma piora ou decréscimo na oferta do recurso (ORTIZ, 2003; MAIA, 2002).

Todos os métodos de valoração ambientais têm um ponto em comum, que consiste em conceitualizar e medir os benefícios ambientais pelo desejo da pessoa por estes benefícios (SEBOLD e SILVA, 2004). Entretanto, os métodos tipo Disposição a Pagar (DAP) são fundamentados na criação de mercados hipotéticos de serviços ambientais e na disposição a pagar por estes serviços, revelada ou declarada pelos próprios consumidores e, por isso, tendem a ser muito sensíveis à renda, às características sociais e outras circunstâncias presentes no momento da pesquisa. No entanto, não são capazes de medir o valor da perda de um recurso natural. Já os métodos indiretos de valoração (DAA), recuperam o valor dos bens e serviços ambientais através das alterações nos preços de produtos do mercado resultantes das mudanças ambientais, mas exigem o conhecimento da relação entre a alteração ambiental e o impacto econômico na produção. De uma maneira geral, os métodos de valoração indireta são, aparentemente, mais fáceis de serem aplicados (PEARCE e TURNER, 1990; ORTIZ, 2003; MAIA, 2002; MOTTA, 1998; FINCO, 2001; MIKHAILOVA, 2004).

Segundo Maia (2002),

O objetivo dos métodos de valoração é estimar os valores econômicos para os recursos naturais, num mercado hipotético para estes bens sem um preço definido. Não se trata de transformar um bem ambiental num produto de mercado, mas sim mensurar as preferências dos indivíduos sobre alterações em seu ambiente (MAIA op.cit., p.5).

O valor econômico total de um recurso ambiental é definido por seus atributos, compreendendo a soma dos valores de uso, gerados pelos bens e serviços providos pelos seus atributos, e do valor de existência (valor de não uso) deste recurso. Valores de uso, por sua vez, representam a soma dos valores de uso direto e indireto e valores de opção. O valor de uso direto de um recurso ambiental é aquele derivado de sua utilização ou consumo direto, o

qual pode ter vários usos distintos e, dessa forma, ter vários valores de uso. Valores de uso indireto são aqueles advindos das funções ecológicas do recurso ambiental, como o bem-estar propiciado. Já os valores de opção representam a quantia que as pessoas estão dispostas a pagar para a manutenção de um recurso ambiental para o uso futuro, ou seja, o valor de opção em usar ou não este recurso no futuro. Já o valor de existência ou de não-uso de um recurso ambiental está relacionado a questões morais, culturais, éticas ou altruísticas em relação à existência dos bens ambientais. A composição do valor total de um recurso ambiental é ilustrada na figura 27.

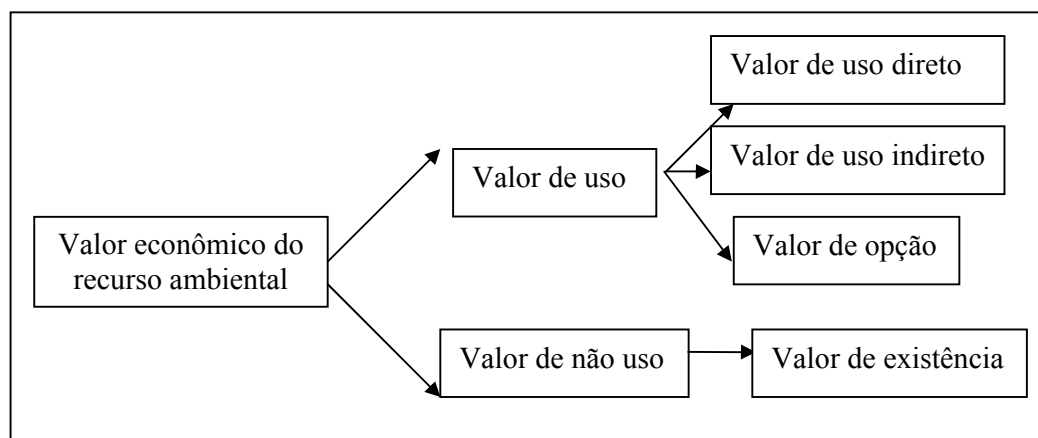


Figura 27 - Composição do valor econômico total de um recurso ambiental.

O método Custo de viagem utiliza a técnica de valoração econômica indireta, que se baseia no comportamento das pessoas em mercados relacionados ao ativo ambiental, ou seja, realiza uma abordagem sobre as preferências de consumo desses recursos ambientais, inserido num mercado recorrente e na hipótese de bens complementares. Esse método estima o valor de uso recreativo através da análise dos gastos incorridos pelos visitantes de uma localidade, gastos estes, obtidos por meio da aplicação de questionários junto aos visitantes no próprio local, contendo questões relativas ao perfil da demanda, hábitos e os gastos associados à viagem.

Dessa forma, o método estabelece uma função de demanda, relacionando a variável dependente, taxa de visitação, ou número de dias de permanência, às variáveis independentes, tais como, características sócio-econômicas dos visitantes e os gastos incorridos por eles com o pagamento das taxas de entrada ou de passeio e outras despesas complementares, destinadas à hospedagem, ao transporte e à alimentação. Com base nessa função de demanda estima-se o excedente do consumidor, que é obtido pela integração dessa função, o qual consiste na diferença entre o que o consumidor deseja pagar por certo bem e o que ele realmente paga. Assim, o recurso natural gera uma medida de bem-estar ou benefício marginal para o consumidor, neste caso trata-se do turista (PEREIRA e CAMPOS, 2006). A Figura 28, adaptada de Pereira e Campos (2006), ilustra a geometria usada para a estimativa do excedente do turista de observação das baleias.

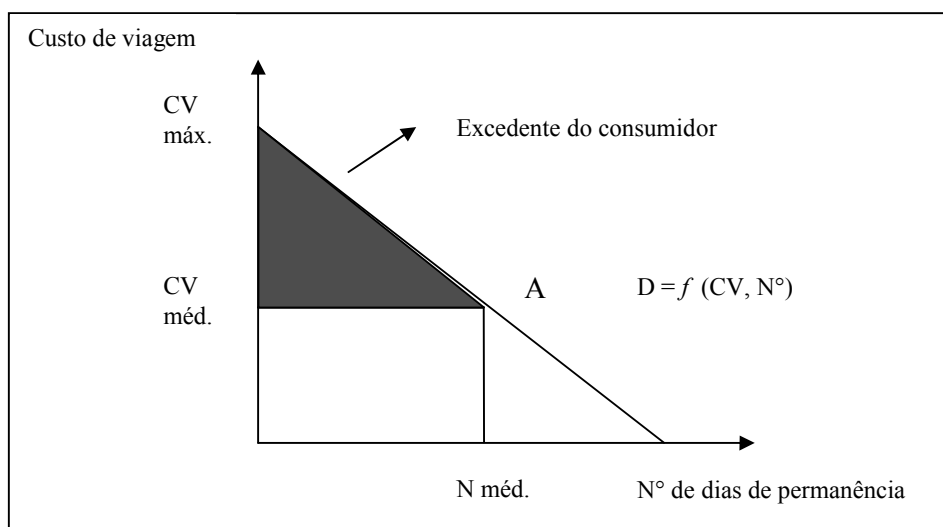


Figura 28 - Representação do excedente do consumidor.

Portanto, quando a função de demanda é igualada a zero e os valores das variáveis explicativas forem substituídos na equação de demanda, obtêm-se o valor máximo do custo de viagem.

7.3 Metodologia.

Esta pesquisa tem por objetivo estimar os benefícios econômicos do uso direto da observação de baleias no âmbito das atividades do turismo recreativo. Para tanto, optou-se por utilizar o Método de Custo de Viagem (MCV), pois se mostra dentro de certos limites apropriado para a captação do valor desejável.

A coleta de dados ocorreu durante o período de julho – novembro de 2007, que corresponde à época de ocorrência das baleias jubarte na costa da Bahia e, portanto, à alta estação dos passeios turísticos com vista à observação de baleias. Foi aplicado um total de 215 questionários junto aos turistas que praticaram a atividade de observação nas localidades de Caravelas, Praia do Forte e Itacaré. A coleta de dados só foi possível graças à colaboração do Instituto Baleia Jubarte e a sua parceria com as agências de viagens. Os estagiários e técnicos e colaboradores do IBJ e acompanhantes dos visitantes durante os passeios aplicaram os questionários a cada representante por família ou grupo de turistas que viajassem juntos, ao final de cada roteiro.

O plano amostral adotado foi intencional e tendente à exaustão a fim de obter uma amostra abrangente e diversificada. Devido às diferenças relativas ao número de turistas que realizam a atividade nas três localidades, contornou-se o problema segundo técnica de amostragem proporcional a cada uma dessas localidades (cerca de 10% do número de turistas observadores de baleias) e, portanto, a maioria dos questionários utilizados refere-se aos turistas da Praia do Forte, seguidos de Caravelas e, em menor número, Itacaré, uma vez que é a localidade onde a atividade é mais recente. Assim, assumiu-se como representativa a totalidade das amostras concebidas para a região.

Os questionários consistiram de questões fechadas relativas: ao perfil sócio-econômico dos visitantes (origem, idade, sexo, grau de escolaridade, nível de renda); aos custos de viagem (gastos com o passeio, a hospedagem, a alimentação, o transporte e outros); às suas

motivações (motivos para realização da viagem); aos dias de permanência na localidade onde realizaram o passeio, bem como outras questões relativas à satisfação, conservação ambiental e das baleias e os meios de comunicação pelos quais tomaram conhecimento da atividade (ver ANEXO I).

A fim de se obter uma maior aceitação e colaboração dos turistas na participação desta pesquisa, cada questionário possuía um texto introdutório explicativo sobre a importância daquelas questões a serem respondidas, bem como as suas finalidades, em duas línguas: português, para turistas nacionais; e inglês, para turistas estrangeiros. Embora essa precaução prévia tenha sido tomada e os questionários serem de certa forma extensos, muitos turistas deixaram de responder a algumas questões relevantes para o desenvolvimento da pesquisa e, particularmente, para a aplicação do método de valoração econômica proposto.

Esta ocorrência pode se justificar pela indisposição física dos turistas causada durante os passeios marítimos. Como os questionários foram aplicados no fim dos passeios, pois havia a necessidade da avaliação de sua satisfação, aqueles turistas que demonstravam indisposições foram poupados.

Cabe ressaltar também, que alguns turistas estrangeiros não se demonstraram confortáveis em responder as questões relativas ao nível de renda e seus gastos com turismo, talvez por uma questão cultural, o que colaborou para a diminuição do número total de questionários consistentes para a pesquisa.

Foram considerados 186 questionários, todos contendo a totalidade das informações requeridas. Os dados foram tabulados e organizados em planilhas para análise e especificação das variáveis pertinentes ao MCV. A partir destes dados, determinou-se a seguinte função de demanda por amenidades ambientais do turismo de observação de baleias na região:

$$Q = f (S, I, E, R, F, GRU, M, CV) \quad (01)$$

com os seguintes significados:

Q = número de dias de permanência na localidade onde se realizou o TOB;

S = sexo: 1, se o turista j for do sexo masculino; 0, se o turista j for do sexo feminino;

I = idade: 1, se o turista j tiver de 15 a 20 anos; 2, se o turista j tiver de 21 a 30 anos; 3, se o turista j tiver de 31 a 40 anos; 4, se o turista j tiver de 41 a 50 anos; 5, se o turista j tiver de 51 a 60 anos; e 6, se o turista j tiver mais de 60 anos;

E = grau de escolaridade: 1, se o turista j tiver o primeiro grau completo; 2, se o turista j tiver o segundo grau completo; e 3, se o turista j tiver o terceiro grau completo;

R = nível de renda: 1, se o turista j apresenta nível de renda mínima; 2, se o turista j apresenta nível de renda baixa; 3, se o turista j apresenta nível de renda baixa a média; 4, se o turista j apresenta nível de renda média; 5, se o turista j apresenta nível de renda média a alta; 6, se o turista j apresenta nível de renda alta;

F = frequência de visita da localidade: 1, se foi a primeira visita à localidade; 0, se não foi a primeira visita à localidade;

GRU = grupo de viagem com o qual o turista viaja junto (família, amigos ou só): 1, se viaja com a família; 0, se não viaja com a família;

M = motivo de viagem: 1, se o motivo foi ver baleias; 2, se o motivo foi lazer ou turismo; 3, se o motivo for outro; e,

CV = custo de viagem do turista j com: hospedagem, alimentação, transporte, passeios (incluindo o de observação de baleias) e outros.

O custo de viagem envolveu os gastos dos turistas com hospedagem, alimentação, passeios (incluindo a despesa com a observação de baleias), além do custo de transporte até o local. Diversos estudos que utilizam o método CV procuram separar os custos de transporte como uma variável distinta. Como este estudo não se refere à visita de uma área ou sítio, mas a prática de uma atividade turística, e pelo fato de os turistas terem as mais diversas

origens, dificultando estabelecer um custo de deslocamento, os dados utilizados e referentes ao custo de transporte foram aqueles providos pelos turistas junto às demais informações de custo de viagem e, portanto, contidos na variável CV.

Optou-se também por coletar as informações referentes às variáveis de renda familiar em forma de categorias, ou classes, na intenção de facilitar e dar maior coerência às respostas. Este procedimento é recomendado pelo Comitê de Ética como a forma mais apropriada de se inquirir sobre perguntas dessa natureza e proteger a privacidade dos respondentes.

Para a obtenção dos parâmetros da expressão (01), recorreu-se à técnica de ajustamento de regressão com base na expressão (02) abaixo:

$$Q = \beta_0S + \beta_1I + \beta_2E + \beta_3R + \beta_4F + \beta_5GRU + \beta_6M + \beta_7CV \quad (02)$$

Em (02), β_0 , β_1 , β_2 , β_3 , β_4 , β_5 , β_6 , β_7 são todos os parâmetros a serem estimados pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, MQO. Estes parâmetros indicam efeitos marginais em formulação linear direta, das variáveis independentes do lado direito da expressão (02), sobre o tempo de permanência, inclusive, o impacto do custo de viagem, tomado como uma medida de preço relativo da amenidade ambiental na percepção dos turistas em relação a outro ativo ou bem qualquer, em termos de substituição.

Após a codificação dos dados, foi adotada a técnica econométrica de ajustamento dos mesmos, designada por Método dos Mínimos Quadrados Ordinários - MQO, que consiste na minimização dos desvios ou resíduos para o conjunto de dados relativos às variáveis consideradas. Através desse método, utilizaram-se os diferentes modelos de regressão, nas suas formas linear, semi-log e duplo-log, na tentativa de encontrar a melhor função da demanda para o turismo de observação de baleias na costa da Bahia. O software estatístico e econométrico utilizado foi o *E-Views*, em sua versão 5.0.

Segundo Casimiro Filho (1998 apud FINDO E ADBDALLAH, 2001), a comparação de modelos com variáveis dependentes distintas não é adequada por meio dos coeficientes de

determinação (R^2), e, por isso, deve ser feita através do teste “t” de *Student*, pois assim é possível verificar se os parâmetros estimados são estatisticamente significativos.

7.4 Resultados e Discussões.

Os resultados seguintes foram obtidos pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários:

Tabela 2 - Estimativa dos parâmetros da função de demanda em modelo linear pelo turismo de observação de baleias na costa da Bahia, no período de julho a novembro de 2007.

Variáveis explicativas	Coefficientes	Teste “t”	Valor -p
Constante	2.459025 ^{ns}	1.017563	0.3103
Sexo (S)	-0.031714 ^{ns}	-0.057978	0.9538
Idade (I)	-0.323910 ^{ns}	-1.224185	0.2225
Escolaridade (E)	0.038634 ^{ns}	0.059886	0.9523
Renda (R)	-0.405586**	-1.954102	0.0523
Frequência de visitação (F)	0.658828 ^{ns}	1.107492	0.2696
Grupo de viagem (GRU)	-0.027240 ns	-0.044988	0.9642
Motivo de viagem (M)	1.783333*	3.061239	0.0025
Custo de viagem (CV)	0.000604*	7.368701	0.0000
Coefficiente de determinação (R^2)	0.289826		
Valor da estatística F (9.029)	0.000000		
Estatística <i>Durbin-Watson</i>	1.547278		

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nível de significância: ^{ns} não significativo; * significativo a 1 %; ** significativo a 5 %; *** significativo a 10%.

Tabela 3 - Estimativa dos parâmetros da função de demanda em modelo logarítmico na variável dependente, pelo turismo de observação de baleias na costa da Bahia, no período de julho a novembro de 2007.

Variáveis explicativas	Coefficientes	Teste "t"	Valor -p
Constante	0.231289ns	0.534547	0.5936
Sexo (<i>S</i>)	-0.028637 ns	-0.292623	0.7702
Idade (<i>I</i>)	-0.101447**	-2.140044	0.0337
Escolaridade (<i>E</i>)	0.211544***	1.821191	0.0703
Renda (<i>R</i>)	-0.011554 ns	-0.310965	0.7562
Frequência de visitação (<i>F</i>)	0.220438**	2.033071	0.0435
Grupo de viagem (<i>GRU</i>)	0.097574 ns	0.871070	0.3849
Motivo de viagem (<i>M</i>)	0.178133***	1.701159	0.0907
Custo de viagem (<i>CV</i>)	0.000121*	8.168756	0.0000
Coeficiente de determinação (R^2)	0.320690		
Valor da estatística F (9.231838)	0.000000		
Estatística <i>Durbin-Watson</i>	1.858775		

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nível de significância: ^{ns} não significativo; * significativo a 1 %; ** significativo a 5 %; *** significativo a 10%.

Tabela 4 - Estimativa dos parâmetros da função de demanda em modelo duplo logarítmico nas variáveis dependente e independente, pelo turismo de observação de baleias na costa da Bahia, no período de julho a novembro de 2007.

Variáveis explicativas	Coefficientes	Teste "t"	Valor -p
Constante	-2.480567*	-6.152681	0.0000
Sexo (<i>S</i>)	-0.023272ns	-0.279352	0.7803
Idade (<i>I</i>)	-0.223311***	-1.811772	0.0717
Escolaridade (<i>E</i>)	0.167712 ns	0.739472	0.4606
Renda (<i>R</i>)	-0.234228**	-2.048270	0.0420
Frequência de visitação (<i>F</i>)	0.117134 ns	1.258121	0.2100
Grupo de viagem (<i>GRU</i>)	-0.065845 ns	-0.674560	0.5008
Motivo de viagem (<i>M</i>)	0.288667***	1.945636	0.0533
Custo de viagem (<i>CV</i>)	0.542510*	12.48158	0.0000
Coeficiente de determinação (R^2)	0.505674		
Valor da estatística F (20.00)	0.000000		
Estatística <i>Durbin-Watson</i>	1.927952		

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nível de significância: ^{ns} não significativo; * significativo a 1 %; ** significativo a 5 %; *** significativo a 10%.

Considerando-se as três alternativas funcionais utilizadas para a análise dos dados, a forma funcional duplo-log foi a que apresentou o maior valor para o coeficiente de determinação (R^2), muito embora não seja recomendável fazer ilações sobre a eficiência de resultados com base nesta medida estatística. Porém, foi do modelo log-log que se obteve um maior número de variáveis explicativas significativas e, portanto, a forma que apresentou o melhor ajuste, pelos resultados do teste t. Além disso, esta escolha também foi determinada pela significância do coeficiente intercepto, neste caso, estatisticamente significativo. Este coeficiente é de extrema relevância em estudos econométricos e quantitativos, já que, todos os outros fatores explicativos e aleatórios não considerados no ajuste do modelo são capturados pelo coeficiente estimado para o intercepto.

Avaliando o comportamento das variáveis explanatórias para o modelo de regressão escolhido, verificou-se que as variáveis sexo, grau de escolaridade, frequência de visitação e grupo de viagem não exerceram influência sobre o número de dias de permanência de um turista na localidade onde ele realizou o turismo de observação de baleias e, portanto, estas variáveis não serão consideradas para a estimativa do valor excedente.

Com base na escolha preliminar deste modelo, verifica-se que há relações de causalidade estrita entre a variável dependente, tempo de permanência, e as independentes, idade, renda, motivo e custo de viagem.

Como observado, as variáveis idade e motivo de viagem apresentaram-se significativas a 10% e 5%, respectivamente. O sinal negativo associado ao coeficiente de idade (-0,22) mostra que a elevação de unidade percentual na faixa etária dos visitantes tende a diminuir o tempo de permanência em 0,2%, ou seja, quando mais idosas as pessoas, menos tempo elas pretendem despende na localidade. Considerando que os turistas avaliados correspondem àqueles que realizaram o passeio de observação de baleias, o qual, embora seguro, desperta alguns receios, principalmente, quanto ao bem-estar do turista dentro de uma

embarcação marítima, este resultado apresenta-se coerente. É importante ressaltar que o TOB é uma atividade possível a qualquer faixa etária, mas não pode deixar de ser considerada uma atividade de “aventura”, pois embora as embarcações apresentem equipamentos de segurança adequados, o ambiente onde é praticada a atividade não é considerado seguro por todos, principalmente, para pessoas de mais idade, geralmente, mais cautelosas em suas escolhas. De uma maneira geral, esta atividade é procurada por pessoas mais jovens, uma vez que, nas três localidades, a maioria dos turistas apresentaram idades entre 21 a 50 anos de idade, como definido pelo perfil da demanda.

Já o sinal de positivo do coeficiente relativo à variável motivo de viagem (+0,29) indicou, como esperado, uma relação positiva, uma vez que a procura por atividades de lazer e recreação levaria a um aumento no tempo de permanência.

Em relação à variável nível de renda, significativa a 1%, os dados apresentados na tabela 4.3 sugerem que a elasticidade-renda do tempo de permanência tem valor negativo e igual a 0,23, ou seja, um aumento na renda dos visitantes em, digamos 10%, desestimula-os em termos do tempo de visitação em aproximadamente 2,3%, portanto, um padrão renda inelástica.

Embora seja esperado que, com o aumento da renda dos turistas a demanda por bens normais aumente, como os bens turísticos são também normais e muitas vezes supérfluos, faz-se atentar para o fato de que, particularmente, as pessoas que visitam as localidades onde ocorre o turismo de observação de baleias encontram outras oportunidades de escolhas recreativas e de lazer, o que lhes permite a realocação de suas rendas. Ou seja, como observado para os visitantes da Praia do Forte (maioria da amostra), o objetivo da viagem não é a observação de baleias em si, mas qualquer atividade de lazer ou turística.

Desta forma, os visitantes que demandam ou apreciam a observação de baleias se deparam com demandas por bens e serviços de diferentes graus de substitubilidade. Além

disso, por representar uma atividade relativamente recente e exótica, ou mesmo, autêntica, espera-se uma demanda com personalidade alocêntrica, isto é, turistas curiosos e menos cautelosos, em geral, mais jovens e, que tendem, portanto, a não apresentar os maiores níveis de renda (OMT, 2003). Cabe ressaltar ainda que, como já citado, muitos turistas estrangeiros com altos níveis de renda, que se hospedam nos grandes *resorts* (hotéis luxuosos) das localidades consideradas neste estudo, não se sentem confortáveis em responder questões relativas a gastos e renda e, portanto, não foram considerados na análise.

E, por fim, quanto à variável custo de viagem, significativa a 1%, os dados apontam uma relação em que quanto maior os custos, maior o tempo de permanência. Este resultado contraria em parte a teoria econômica clássica, mas é importante considerar que a disposição de um turista e sua família em gastar grandes quantias em uma viagem sugere um máximo de aproveitamento de tempo possível e, portanto, aumento de sua permanência no destino turístico. Em geral, um turista que viaja longas distâncias e ainda tem altos gastos com lazer e recreação, tende a usufruir ao máximo desta oportunidade.

Não era de se esperar um sinal efetivamente positivo como indicador de comportamento de escolhas individuais neste caso, porque se tem no custo, “*proxy*” do preço para os turistas e a expectativa era de que, o preço como medida de taxa de substituição entre o tipo de amenidade ambiental consumido e outros serviços, quer ambientais ou não, já que outros bens de consumo normais podem ser substitutos do serviço ambiental em consideração, esse preço *proxy* de custo deveria ter o efeito de diminuir a demanda de consumo. Entretanto, como existem muitas conjecturas teóricas ainda em construção sobre bens e serviços ambientais, por causa de nossa compreensão limitada sobre comportamentos individuais e sociais em relação a essas formas de ativos, pode-se conjecturar também sobre as circunstâncias do sinal positivo observado para o parâmetro estimado. Neste sentido, uma vez que as pessoas interessadas em atividades de recreação e turismo, são-na por causa do ganho

de bem-estar, elas procuram permanecer maior tempo possível para usufruir desta oportunidade, o que deve ocorrer com os visitantes de maior renda, e, portanto, que captam maior custo de viagem.

Evidências empíricas dentro da teoria econômica apontam, nos casos de relação preço-consumo positiva, a caracterização de bens denominados de Giffens²⁵. São casos que expressam comportamentos não comuns e estão associados aos bens raros e certos tipos de estigmas e especificidades comportamentais dos consumidores.

O parâmetro positivo estimado para custo de viagem não poderia ser considerado coerente para uma análise de valoração econômica, uma vez que a função de demanda teria uma inclinação positiva, característica para bens de Giffen e, portanto, houve a necessidade de se reformular uma nova equação que correspondesse aos pressupostos normais de demanda. Este fato poderia ser relacionado à análise da variável renda em forma de classe de categorias e pela dimensão dos custos muito elevados e com alta variabilidade. Assim, foram eliminadas 6 observações que apresentaram valores muito fora da média (*outliners*) e os valores observados de custos de viagem foram divididos por 380 (valor do salário mínimo na época da pesquisa), possibilitando então uma melhor comparação às categorias de níveis de renda. Portanto, criou-se uma nova variável (Renda/Custo), que seria uma “proxy” para custo de viagem.

Com esta nova variável criada, pôde-se estimar pelo modelo duplo-log um parâmetro agora com coerência e consistência estatística nos resultados, como apresentada na tabela 5 e na formulação funcional descrita abaixo. A Figura 29 ilustrativa é uma representação pura do modelo estimado.

²⁵ Trata-se de um produto que os consumidores deixam de comprar à medida que sua renda aumenta, baseado na teoria econômica clássica. Entretanto, este é um conceito antigo, pois, nos dias atuais, a noção do preço justo substitui o preço barato e faz parte dos atributos de valor de uma marca ou imagem do produto. Para trabalhar com a balança de valor na mente do consumidor, as marcas precisam construir sim imagem de qualidade, mas também precisam possuir um preço justo.

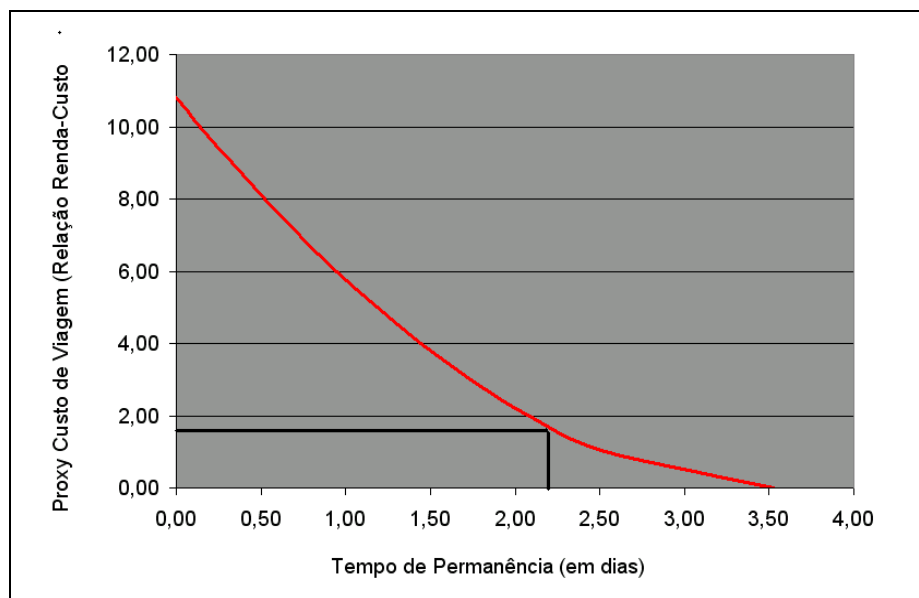


Figura 29 - Função de demanda ajustada em forma logarítmica para o Turismo de Observação de Baleias na costa da Bahia.

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Tabela 5 - Resultados de ajustamento definitivo do modelo Log-Log para análise dos fatores determinantes de tempo de permanência e valoração econômica do turismo de observação de baleias na costa da Bahia.

Variáveis explicativas	Coefficientes	Teste "t"	Valor -p
Constante	1.162008*	12.33366	0.0000
Log (Motivo de viagem)	0.328871**	2.345666	0.0201
Log (Renda/(CV/380))	-0.527379*	-11.79549	0.0000
Coefficiente de determinação (R^2)	0.45		
Valor da estatística F (72,79)	0.00		
Estatística <i>Durbin-Watson</i>	2.01		

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nível de significância: * significativo a 1 %; ** significativo a 5 %; *** significativo a 10%.

Dessa forma, com base no modelo final ajustado, procedeu-se ao cálculo do valor de uso direto das baleias pelo turismo, a partir da equação (03), onde a variável motivo de viagem foi substituída pelo valor da moda. Para o cálculo do excedente do consumidor, chegou-se à função de demanda apresentada na equação (04).

$$\text{Log}(Q) = 1,162 + 0,329 \text{Log}(2) - 0,5274\text{Log}(R/CV) \quad (03)$$

Onde, se tratarmos (R/CV) por CVG, teríamos, por transformação simples a equação

$$PER = e^{1,26} - CV^{0,5274} \quad (04)$$

Como $e^{1,26} = 3,53$, teríamos, o seguinte equação em (04a):

$$PER = 3,53 - CV^{0,5274} \quad (04a)$$

que sintetiza a função de demanda, conforme a Figura 29. A área aproximadamente triangular abaixo da curva de demanda entre o custo médio (1,87) e o custo máximo no intercepto (10,87) corresponde neste caso ao valor de excedente do turista, e esta área é calculada pela integral definida entre os limites inferior de 1,87 e o limite superior de 10,87 da equação (04a). Como resultado do cálculo dessa integral definida, o excedente foi estimado em 8,42 que multiplicados aos 380 unidades monetárias de reais tidos como salário mínimo da época que foram normalizados aos custos reais de viagem, chega-se à estimativa de valor de R\$ 3.201,32 mensais por turista, ou seja, uma estimativa total de R\$ 576.237,58, considerando a amostra de 180 pessoas para dados completos observados na pesquisa. Portanto o valor de uso do TOB na costa da Bahia estimado com o modelo duplo log foi de R\$ 106, 71 por turista, por dia, valor que se aproxima dos resultados obtidos pelo estudo de Loomis et. al. (2000), que utilizou o mesmo método de custo de viagem para a valoração do *Whale Watching* praticado na Califórnia, nos Estados Unidos. Segundo esta pesquisa, o valor de uso foi de US\$ 43,50 por dia, por turista que declarou como principal motivo de viagem a observação de baleias.

Convém ressaltar que os métodos de valoração econômica ambiental propõem a estimativa de valores monetários relacionados às amenidades ambientais, considerando um mercado hipotético. No turismo, inúmeros estudos também consideram a estimativa da receita

turística fundamental para a análise dos impactos econômicos gerados em uma localidade ou destino turístico e para o alcance dos investimentos realizados para o seu desenvolvimento.

Desta forma, baseado nos dados sobre os gastos dos turistas que participaram da atividade de observação de baleias em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, será apresentada na tabela 6 a estimativa da receita turística que foi obtida a partir das informações sobre o gasto médio diário, considerando: as despesas com hospedagem, alimentação, transporte, passeios e souvenirs; a permanência média; e o fluxo de turistas observadores de baleias, em cada localidade. Para melhor consistência dos resultados, os dados foram submetidos a uma análise estatística que considerou o desvio padrão entre as médias obtidas, estabelecendo os limites superior e inferior da receita turística estimada. Os resultados apresentados nesta análise foram obtidos a partir de 186 questionários aplicados aos turistas nas três localidades, no ano de 2007.

Tabela 6 - Estimativa da receita turística gerada pelos turistas que participaram da atividade de observação de baleias em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte, em 2007.

Localidades	Estimativas da receita em reais		
	Limite Inferior	Média	Limite Superior
Caravelas	96.039,93	143.980,26	201.350,49
Itacaré	65.111,07	279.844,44	628.741,71
Praia do Forte	6.357.383,88	8.403.642,55	10.733.424,18
Total	6.518.534,88	8.827.467,25	11.563.516,38

Fonte: Resultados da pesquisa.

A receita turística média para a demanda participante do TOB na costa da Bahia é de R\$ 8.827.467,25. De acordo com a análise feita por Hoyt (2001), com dados referentes ao ano de 1998, a estimativa de receita referente ao *Whale Watching* no Brasil, foi de US\$ 11.314.000,00, considerando que nessa época a observação de baleias ocorria somente de forma oportunista e informal, vinculada à visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, a partir do município de Caravelas. No entanto, é importante ressaltar que, segundo

dados da EMBRATUR sobre o mercado turístico doméstico, os transportes representam a maior parcela dos gastos turísticos (43%), seguido da alimentação e hospedagem (BAHIA, 2004b), o que significaria em grandes perdas. Portanto, embora a receita gerada pelo turismo de observação de baleias seja representativa, é importante considerar a sua distribuição e o seu efeito multiplicador, verificando quem são os maiores favorecidos com esta atividade turística, como será apresentado mais adiante, no capítulo V.

7.5 Conclusões

Analisando os resultados, verificou-se que apenas as variáveis idade, motivo de viagem, renda e custo de viagem exerceram influência sobre o número de dias de permanência de um turista na localidade onde ele realizou o turismo de observação de baleias e, portanto, foram representativas para a análise da estimativa do excedente do consumidor.

O sinal negativo associado ao coeficiente de idade sugere que quanto maior a idade do turista menor tempo é despendido nos destinos turísticos, caracterizando uma demanda pelo TOB relativamente jovem. A relação positiva entre o motivo de viagem e a permanência foi coerente à hipótese de preferência dos turistas por atividades de lazer e recreação em seu tempo livre. E, quanto à variável renda, verificou-se que um aumento na renda dos visitantes desestimula-os em termos do tempo de visitação, conferindo um padrão renda inelástica. Tal verifica o sugere que o fator renda não   tão determinante nas viagens destes turistas e/ou há a realoca o de seus gastos com outras atividades recreativas. Já a rela o positiva entre o custo de viagem e o tempo de permanência observada, embora contrarie a teoria econômica clássica, ela se torna explicativa ao considerar que atividades como o *Whale Watching* proporcionam bem-estar aos seus participantes, conferindo especificidades nos comportamentos dos consumidores, os turistas.

O valor de uso das baleias pelo turismo, estimado pelo método de custo de viagem, foi de R\$ 106, 71 por turista, por dia, e considerando a amostra de 180 pessoas para dados completos observados na pesquisa, estimou-se um valor total de R\$ 576.237,58. Ao mesmo tempo, a estimativa de receita média, gerada pelos turistas participantes do TOB na costa da Bahia, foi R\$ 8.827.467,25, admitindo que a receita turística também colabora para o beneficiamento econômico dos destinos e atrativos turísticos, bem como para o desenvolvimento local.

Sabendo-se que o valor econômico total de um recurso natural é composto pelo valor de uso, valor de opção e pelo valor de não-uso, é importante que novas pesquisas sejam desenvolvidas a fim de estimar este valor total do recurso natural, a baleia, e, com isso, atingir a condição de sustentabilidade na utilização ou consumo das mesmas.

8. CAPÍTULO V - ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS NA COSTA DA BAHIA.

A sustentabilidade do turismo de observação de baleias implica na satisfação das necessidades e anseios dos turistas e comunidades receptoras, no presente, enquanto se protege e criam-se oportunidades futuras. Portanto, sustentabilidade consiste no gerenciamento dos recursos existentes de modo que as necessidades econômicas, sociais e éticas sejam atendidas e, ao mesmo tempo, a integridade cultural, ecológica e biológica seja mantida. Nesse contexto, neste capítulo pretende-se apresentar os aspectos relevantes do turismo de observação de baleias inseridos na perspectiva do desenvolvimento sustentável no estado da Bahia.

8.1 Evolução do TOB na Costa da Bahia

A análise sobre a evolução do turismo de observação de baleias em uma determinada localidade é extremamente relevante na identificação de suas potencialidades para o desenvolvimento turístico local e, principalmente, para a determinação de estratégias político-ambientais, empresariais e educacionais que corroborem com a transformação dessas potencialidades em benefícios reais a todos os agentes envolvidos. É nisso que consiste a natureza sustentável da atividade.

De acordo com Butler (1980), os destinos ou produtos turísticos, à medida que se tornam populares, passam por inúmeros estágios de evolução, que representam o ciclo de vida desses destinos ou atrativos. Baseado neste conceito e através da observação do

desenvolvimento do *Whale Watching* na ilha de Maui, no Havaí, Forestell e Kaufman (1995) definem um modelo típico de desenvolvimento da atividade, caracterizado pelos estágios de descoberta, competição, confrontação e estabilização. Esses estágios são definidos a partir de mudanças verificadas na relação entre o recurso natural, o consumidor e o ofertante (empresas turísticas), em cada localidade onde o *Whale Watching* ocorre (Figura 30).

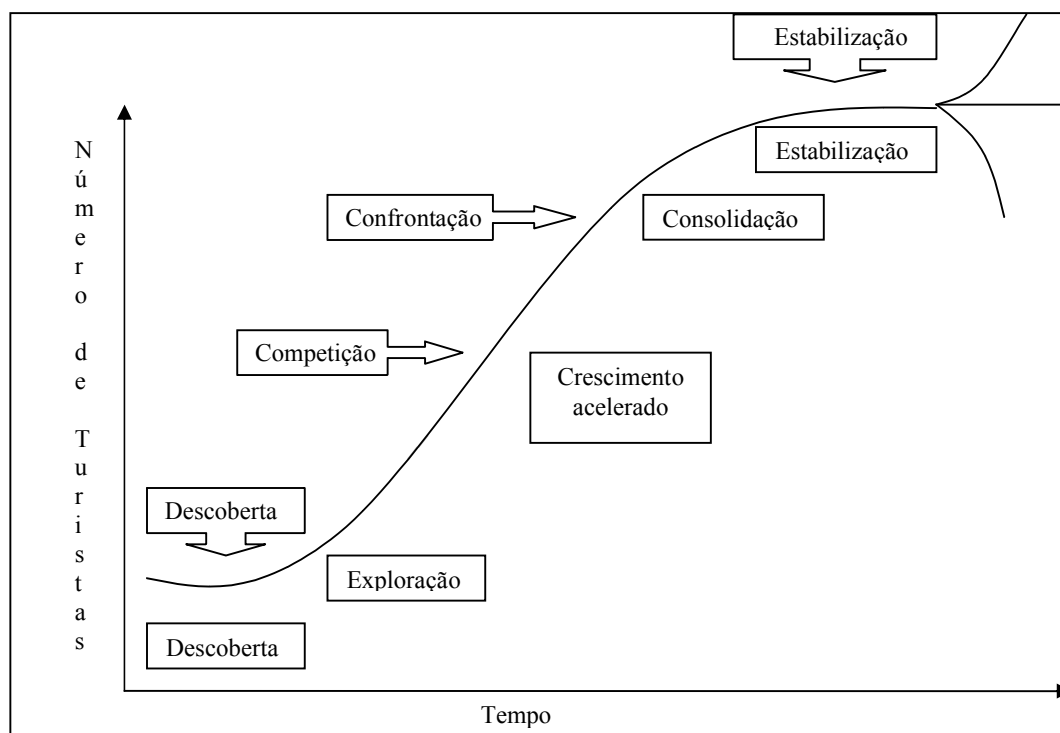


Figura 30 - Estágios de desenvolvimento do *Whale Watching* numa localidade.

Fonte: Modelo adaptado de Butler, 1980; Forestell e Kaufman, 1995.

Conforme o modelo acima, a fase de descoberta representa o início da comercialização da amenidade observação de baleias, isto é, o momento em que as agências ou operadoras de turismo passam a “vender” aos turistas o atrativo com maior regularidade. Segundo Valentine (1991 apud Forestell e Kaufman, 1995), esta fase é também marcada por altos níveis de controle local sobre o recurso natural, pouca exigência dos turistas por infra-estrutura e um número de visitantes relativamente pequeno. A duração desse primeiro estágio parece estar relacionada à oferta de outras atividades turísticas realizadas no ambiente marinho, à

sazonalidade e à facilidade de encontro com as baleias e, claro, ao interesse das empresas turísticas em investir nesse segmento turístico.

Alguns estudos demonstram que em locais onde o turismo é capaz de oferecer diversas atividades recreativas no ambiente marinho, como o mergulho e a pesca, e onde a ocorrência dos animais é sazonal e de difícil acesso, a fase de descoberta perdura por mais tempo. Em Maui, levou-se cerca de cinco anos para que o *Whale Watching* se consolidasse no mercado turístico, principalmente, pelo receio das empresas em mudar o foco de suas vendas, tradicionalmente baseada em atividades de mergulho, pesca e alguns cruzeiros marítimos especiais, que poderiam ser ofertados ao longo de todo o ano e não sazonalmente, como o caso das baleias.

Desta maneira, é possível inferir que o turismo de observação de baleias, em Caravelas e Itacaré, se encontram em estágio de descoberta, caracterizado por poucas empresas turísticas ofertantes e um número relativamente pequeno de consumidores.

É interessante ressaltar que o TOB, em Caravelas, sugere uma estagnação precoce, uma vez que a atividade vem ocorrendo informalmente e de forma oportunista, vinculada à visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, há cerca de 20 anos sem grandes mudanças. Atualmente, o turista que visita esta localidade tem a oportunidade de observar exclusivamente as baleias, mas o produto pode ser considerado muito caro quando comparado às demais atividades recreativas. As empresas turísticas ainda não demonstram um interesse significativo em mudar o foco de suas vendas, atreladas à visitação do arquipélago de Abrolhos e às atividades de mergulho, e, portanto, não realizam grandes investimentos para o desenvolvimento da observação de baleias. Este problema é ainda agravado pelo descaso e falta de incentivo público, governamental e civil, quanto ao desenvolvimento turístico local e dificuldades de acesso ao município.

No entanto, Caravelas apresenta um potencial enorme para o desenvolvimento do *Whale Watching*, considerando que a localidade fica mais próxima da região de maior concentração de baleias jubarte na costa da Bahia, o que facilita a avistagem dos animais e ainda a oportunidade dos turistas observarem um maior número de grupos de baleias (em média os barcos se aproximam de 4 grupos por passeio), aumentando a possibilidade de presenciar os seus comportamentos mais fascinantes. O período de ocorrência da espécie é, também, um pouco maior nesta região, pois a partir de junho alguns animais já são avistados e em novembro há ainda grandes possibilidades de encontro. Além disso, inúmeras outras espécies de cetáceos podem ser avistadas nesta área, como botos, golfinhos e baleias-franca, avistadas com seus filhotes também no período de julho a outubro. Outro fato relevante é que este período em que as baleias ocorrem na região de Abrolhos não é o mais apropriado para atividades de mergulho, pois a incidência de ventos fortes interfere na visibilidade da água.

Considerando todos esses fatores e mais o fato de que todos os visitantes de Caravelas sabem da ocorrência das jubarte na região, se torna clara a necessidade da articulação de todos os agentes sociais envolvidos direta ou indiretamente com o turismo para que haja um melhor aproveitamento desse potencial de desenvolvimento da atividade na região, de modo a contribuir para o desenvolvimento turístico local.

O segundo estágio de evolução do *Whale Watching* foi definido como o momento de competição. Essa fase é marcada pela formatação de um produto turístico bem definido, tornando-o comercialmente viável. Para tanto, são realizados grandes investimentos em infraestrutura, tanto por parte das empresas privadas como pelo poder público, acompanhada de estratégias agressivas de marketing, no sentido de atrair um número cada vez maior de participantes. Portanto, este estágio é caracterizado por um maior comprometimento das instituições públicas e privadas no desenvolvimento da atividade e, conseqüentemente, pela participação de um número maior de empresas turísticas, que passam a identificar a

necessidade de parcerias com organizações de pesquisa e conservação das baleias para que atendam às exigências do público em potencial quanto à questão ambiental. Entretanto, o controle sobre o recurso ambiental diminui e as grandes empresas são favorecidas, dominando o mercado com embarcações maiores.

Analisando o crescimento da atividade na Praia do Forte, é possível inferir que a fase de descoberta do TOB na região correspondeu aos primeiros quatro anos, uma vez que até o momento, embora o número de turistas participantes tenha aumentando significativamente e as baleias sejam atrativo representativo para o turismo na região, nenhuma concorrência foi identificada. Foi, portanto, a partir de 2005, com a participação de novas empresas turísticas que o TOB entra no estágio denominado de competição. Com o surgimento da concorrência, cada empresa passa a adotar meios de se estabelecer neste mercado, meios que são evidenciados por investimentos realizados na melhoria de embarcações e capacitação profissional, além da definição de diferentes estratégias de *marketing* e comercialização em parcerias com redes hoteleiras e operadoras turísticas estrangeiras. Também se evidencia no local, a vantagem de grandes embarcações.

Diferentemente de outros países que iniciaram as atividades de *Whale Watching* nas décadas de 70 e 80, no estado da Bahia, o envolvimento de organizações de pesquisa e conservação, a exemplo do Instituto Baleia Jubarte, teve participação direta no desenvolvimento da atividade desde o início. Desta forma, por mais que o TOB na Praia do Forte tenha um rápido crescimento, ainda assim, evidencia um relativo controle sobre a exploração do recurso. No entanto, essa instituição já aponta a necessidade urgente de elaboração de um plano para o ordenamento da atividade, que deverá estabelecer os limites da capacidade de carga e melhor monitoramento, momento então que já representaria a próxima fase de confrontação. Segundo Forestell e Kaufmann (1995), esse terceiro estágio é caracterizado por um maior interesse na proteção dos animais, confrontando a exploração

ilimitada dos recursos e o excesso de turismo litorâneo. Com isso, haverá a necessidade de cooperação entre todos os agentes envolvidos para a elaboração de planos de gestão de longo prazo, para garantir a sustentabilidade da atividade, do turismo e do meio ambiente.

Embora o TOB na Praia do Forte ainda não apresente características claras da fase de confrontação, já parece mostrar os primeiros sinais de estagnação, notando-se um pequeno decréscimo no número de turistas participantes. Este fato pode estar relacionado a pouca participação e falta de incentivo do poder público, bem como a ineficiência das estratégias de *marketing* adotadas até então. As empresas turísticas parecem contar, quase que exclusivamente, com os turistas que visitam a Praia do Forte, sem dar maior importância ao potencial da demanda regional ou à atração de um público com maior inclinação à observação. De acordo com os resultados da pesquisa, 25% dos turistas que participaram da atividade não tinham nenhum conhecimento sobre a possibilidade de observar baleias na localidade.

Considerando o desenvolvimento turístico na Praia do Forte, os grandes investimentos em infra-estrutura, a representatividade do destino no mercado turístico nacional e internacional e a facilidade de encontrar baleias jubarte, pode-se inferir que é grande o potencial de desenvolvimento da atividade na região. Entretanto, se não houver a articulação de instituições públicas e privadas, participação da população local e maior divulgação direcionada ao público realmente interessado, a atividade não será sustentável. Portanto, a definição de políticas públicas, planos de gestão, estratégias de marketing apropriadas, programas de educação ambiental e incentivo à pesquisa científica, representam fatores essenciais para a continuidade da observação de baleias na Praia do Forte e em todo o estado, garantindo a sustentabilidade da atividade no último estágio de evolução, a estagnação.

8.2 Impactos sócio-econômicos

Os impactos sócio-econômicos analisados na pesquisa se referem aos valores econômicos atribuídos à atividade de observação de baleias por meio da estimativa da receita turística gerada pelos turistas e a avaliação do excedente do consumidor, e também às oportunidades de empregos geradas neste segmento turístico.

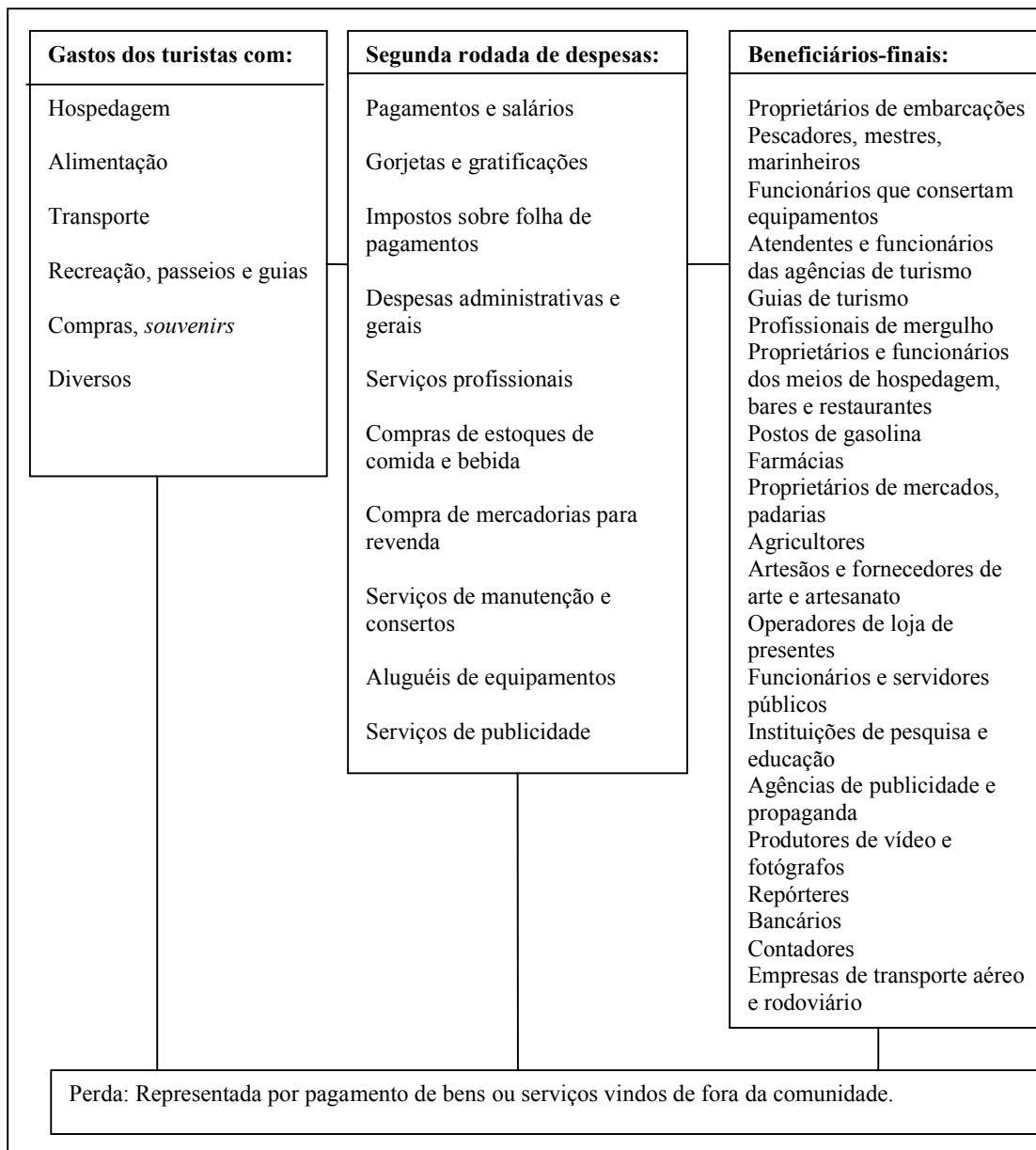
Em 2007, foi registrada a participação de 10 empresas turísticas, dentre agências e operadoras de turismo no setor, e cerca de 11 proprietários de embarcações, envolvidos diretamente com a atividade de observação de baleias em Caravelas, Itacaré e Praia do Forte. Nesse contexto, estima-se que são beneficiadas diretamente, cerca de 70 pessoas, compostas de funcionários das empresas, proprietários das embarcações, mestres e marinheiros e os guias de turismo. Dentre os beneficiários, a Praia do Forte é o local que demonstra menor participação comunitária, pois 87% das pessoas não são residentes de Mata de São João e, portanto, pode-se inferir em perda maior sobre os benefícios econômicos da renda para a comunidade local, uma vez que os recursos serão, em princípio, transferidos para os locais de origem dessas pessoas. Em contrapartida, em Caravelas e Itacaré, este problema não existe, uma vez que 100% das pessoas beneficiadas diretamente residem no próprio município. No entanto, é importante ressaltar que, embora haja maior perda relativa aos benefícios em nível local, na Mata de São João há o aproveitamento regional, já que os recursos operacionais e humanos provêm da região metropolitana de Salvador.

Além disso, se forem consideradas as empresas e as pessoas envolvidas diretamente na comercialização do *Whale Watching* nas demais localidades do estado, o número de beneficiários ultrapassa a centésima casa. Na realidade, estes dados se referem somente aos números apresentados pelas agências e operadoras de turismo, sem considerar o beneficiamento de seus parceiros, como o Instituto Baleia Jubarte, que recebe uma pequena

parcela dos recursos financeiros advindos da atividade, e alguns representantes da rede hoteleira, comissionados na venda do produto turístico em questão.

Ainda, segundo as empresas turísticas responsáveis por operações técnicas do *trade*, o suprimento e equipamentos necessários são adquiridos na própria região, estimulando favoravelmente o multiplicador do turismo. Assim, considerando que a atividade na maior parte das localidades se encontra em estágio de descoberta e sem o aporte dos subsídios públicos para o desenvolvimento, pode-se inferir que o TOB é uma atividade de grande potencial social e econômico para o turismo local e regional. Embora algumas empresas se declarem ainda aquém dos retornos financeiros esperados dentro do *trade*, o TOB vem garantindo a continuidade dos negócios no mercado turístico regional, tanto pela empregabilidade, quanto das alternativas de emprego e renda aos pescadores, mestres e marinheiros, além de possibilitar o incentivo para pesquisas, educação ambiental no local. Todos esses benefícios sócio-econômicos advêm dos ganhos monetários e não-monetários do TOB, direta ou indiretamente de gastos dos turistas e de seus efeitos multiplicadores. Portanto, o Quadro 2 faz uma ilustração de como a estimativa de receitas geradas pelos turistas de R\$ 8.827.467,25, se distribuiria dentro da economia local.

Quadro 2 - O efeito multiplicador do TOB na costa da Bahia.



Fonte: Adaptação do modelo proposto pela Organização Mundial do Turismo.

Em se tratando de TOB no Estado da Bahia, a maior parte das perdas registradas está relacionada ao transporte e hospedagem, principalmente, quando se refere aos *resorts*. Isto porque, companhias aéreas, locadoras de veículos, empresas de transporte rodoviário de passageiros, proprietários dos *resorts*, são de maioria estrangeira, e muitos de seus funcionários não são locais. 70% dos gastos dos turistas são usados com o deslocamento e

hospedagem, podendo ser reduzidos os benefícios econômicos locais. Este problema poderá ser minimizado com um maior comprometimento das empresas privadas e públicas para o desenvolvimento turístico local, quer através do apoio e financiamento de programas e planos turísticos mais participativos, quer com o estímulo e financiamento de organizações e participação ativa da comunidade, criando assim, oportunidades de negócios e políticas de incentivo fiscal no setor. Uma política importante consiste em desenvolver o turismo de forma gradual, concedendo tempo para os residentes se adaptarem a ele, para o monitoramento dos impactos sociais e ambientais e adoção de medidas reparadoras, assim como o estabelecimento de vínculos setoriais (OMT, 2001).

Convém ressaltar também, que a avaliação aprofundada sobre a demanda por este tipo de atividade é extremamente importante no processo do desenvolvimento sustentável e maior distribuição dos benefícios.

De acordo com a análise de valoração econômica ambiental, baseada no método do custo de viagem, tendo como variáveis: tempo de permanência, idade, renda, motivo e custo de viagem, os resultados demonstraram que o tempo de permanência dos turistas em cada localidade é a variável significativamente influenciada pelas outras.

Como este resultado já era esperado por hipótese, verificou-se que o turismo de lazer é representado por um público relativamente mais jovem. Embora as agências de turismo acreditem que o alto nível de renda dos turistas seja determinante na demanda de atividades como observação de baleias, os resultados mostram uma relação inelástica entre renda e tempo de permanência. Isto é, embora se considere a renda relevante, ela não representa o fator determinante no aumento das preferências pelas baleias, levando à reflexão de que outros fatores poderão estar por trás da determinação dessas preferências por serviços ambientais gerais, como características psico-culturais.

A relação positiva entre o tempo de permanência e o custo de viagem também sinaliza nesta direção, mostrando que bens dessa magnitude induzem as especificidades no comportamento do consumidor, por sua capacidade de definir sua própria condição de bem-estar.

Dessa forma, o conhecimento mais detalhado da influência de outros fatores sobre o comportamento dos turistas pode corroborar na definição da demanda com maior potencial para o TOB e assim ajudar no planejamento técnico de *marketing* adequado para atrair turistas mais sensíveis e de maior probabilidade de permanência no local. A estimativa de outras dimensões de valor econômico, além do uso comercial e recreativo das baleias, como o valor de opção e o valor de existência, também podem ser importantes para a definição de políticas de desenvolvimento sustentável da atividade.

Portanto, a sustentabilidade sócio-econômica do TOB no Estado da Bahia depende da garantia de participação comunitária, quer direta ou indiretamente, bem como da implementação de programas de educação dos residentes em relação ao tema. A atividade deve proporcionar mais oportunidades para o comércio local, por meio de produção de uma variedade maior de artesanatos e itens de especialidade e aumentar os vínculos setoriais na economia local. Com relação às empresas turísticas, faz-se importante o comprometimento, quando possível, na aquisição de equipamentos e suprimentos necessários e no esforço pelo consumo de bens e serviços disponíveis dentro da própria localidade. A elaboração de estratégias de *marketing* mais seletivas, capazes de atrair segmentos de demanda que respeitem o meio ambiente local e queiram aprender mais sobre ele, também contribui para o desenvolvimento turístico local e melhor aproveitamento dos benefícios.

Embora o TOB esteja associado a inúmeros benefícios sócio-econômicos, ele tem também seus custos. De acordo com Hoyt (2004), o desenvolvimento desordenado do *Whale Watching* pode provocar o desemprego nos demais setores da economia local, gerar conflitos

sociais entre pescadores e a comunidade, resultante da invasão turística de seus territórios e, mais ainda, aumentar os problemas relativos a sobre-utilização da infra-estrutura local.

Na realidade, esses custos, muitos deles indiretos, representam um problema com o crescimento desequilibrado da atividade. Estes conflitos também podem ocorrer quando a atividade representa a principal fonte de renda de uma localidade, o que não se pode considerar no caso do TOB no estado da Bahia. Entretanto, o planejamento cauteloso e contínuo deste tipo de empreendimento, interligado aos demais setores da economia local contribuirá para a diminuição destes custos indiretos.

Segundo Sachs (2000, p. 9), “fala-se muito da necessidade em conservar os recursos para o desenvolvimento, mas, na realidade, é preciso ter estratégias de desenvolvimento viáveis para poder conservar os recursos”.

8.3 Os impactos ambientais.

O pouco conhecimento existente sobre os efeitos da interação entre as pessoas e os cetáceos em seu ambiente natural representa o problema central da utilização comercial das amenidades diretas do *Whale Watching*. A atividade prevê o uso não letal, porém alterações dos padrões comportamentais das espécies podem comprometer a sobrevivência futura. Estudos apontam que, a curto prazo, alterações nos padrões respiratórios, de natação e/ou exibição de determinados comportamentos aéreos podem estar relacionados ao número, velocidade, proximidade e mudanças de direção das embarcações. Reações de longo prazo, como o afastamento em relação à costa de grupos de baleias contendo filhotes por causa do aumento no número de embarcações recreativas, também já foram observadas (GLOCKNER & FERRARI 1995 apud MORETE, 2007).

Resultados obtidos por Morete (op.cit.) em sete anos de pesquisa com baleias jubarte do banco dos Abrolhos, não identificaram nenhuma variação comportamental intensa nos

animais, mesmo com a atividade de observação de baleias na região. O impacto mais significativo observado foram alterações no comportamento, como repouso, atividades acima da superfície, velocidade de deslocamento e intervalos respiratórios, de grupos com fêmeas e filhotes na presença de barcos num raio de 300 a 100 metros de distância. Alterações comportamentais de curto prazo como estas, podem surtir efeitos cumulativos e interferir na atividade cotidiana dos animais e, quando atingem muitas vezes um determinado grupo ou número de indivíduos, representam riscos para a conservação (LIEN, 2001).

Decorrente deste problema, o respeito à legislação referente às normas de conduta das embarcações, ao monitoramento da atividade e à continuidade das pesquisas sobre a biologia e ecologia das espécies representam ferramentas fundamentais para a conservação dos cetáceos.

No Brasil, as atividades turísticas que envolvem a observação de cetáceos são regulamentadas pelo IBAMA, através da Portaria nº 117, de 26 de dezembro de 1996 - alterada pela Portaria nº 24 de 8 de fevereiro de 2002 (ANEXO IV). Este documento apresenta, de forma bem objetiva e clara, as normas de conduta das embarcações turísticas destinadas à observação dos cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras, porém alguns itens relevantes à conservação dos animais não estão contidos, como por exemplo, a velocidade das embarcações e as mudanças de curso repentinas que representam fatores com grande potencial de interferência no padrão comportamental das espécies.

Segundo Watkins (1986 apud MORETE, 2007), as baleias respondem negativamente a sons altos e repentinos quando a fonte está próxima. Neste sentido, a legislação torna-se ineficiente, uma vez que, como lembra Morete, não estipula uma zona de atenção antes da distância mínima, que é de 100 metros e, portanto, até que esta marca seja atingida, estão liberadas altas velocidades e mudanças de direção das embarcações. Segundo Morete (op. cit.)

uma zona de atenção que atinja um raio de 300 metros de distância à baleia, já seria suficiente para a diminuição dos riscos de molestamento.

Além disso, a legislação pode ser considerada de certa forma generalista, pois não apresenta tratamentos diferenciados para cada espécie. Inúmeros aspectos anatômicos, fisiológicos e comportamentais são diferentes entre baleias e golfinhos e, portanto, a forma de aproximação destes animais deve ser diferenciada.

Por fim, a Portaria somente faz referência ao cadastramento e limitação do número de embarcações e à necessidade de informações interpretativas sobre os animais quando a atividade turística é conduzida em unidades de conservação, aspecto que deveria ser repensado num sentido mais abrangente, uma vez que a atividade vem se expandindo por todo o país.

Relacionando as normas previstas por este documento e a conduta das embarcações monitoradas nesta pesquisa, foi possível observar um bom nível de comprometimento das empresas turísticas quanto ao respeito à legislação brasileira. O monitoramento realizado pelo IBJ e as condições impostas para as parcerias, como o cumprimento das leis, colaboram para estes resultados. A informação aos turistas participantes e educação de todos os agentes envolvidos, bem como das comunidades, também são importantes nesse processo. As principais falhas observadas referem-se à espera da reavistagem dos animais para que o motor da embarcação possa ser reengrenado e à extrapolação do tempo de aproximação a um determinado grupo de baleias.

Segundo Constantine (2001), o bem-estar dos animais depende do balanço correto entre a minimização dos impactos negativos do turismo de observação dos cetáceos e o aproveitamento das oportunidades de educação dos participantes. A sustentabilidade ambiental almejada por este segmento turístico só será alcançada com a regulamentação e fiscalização apropriada da atividade; o contínuo monitoramento e o incentivo e financiamento

de pesquisas de longo prazo sobre as espécies; e as interferências antrópicas provocadas com o turismo.

8.4 Os impactos culturais

Em geral, estudos e pesquisas que tratam de atividades e produtos turísticos com enfoque nos recursos naturais, pouco fazem referência à importância dos aspectos culturais tanto sobre as comunidades receptoras quanto aos viajantes. Tendo em vista que a cultura exerce influência direta em qualquer atividade turística e essa, por sua vez, pode provocar mudanças de caráter cultural (comportamentos, costumes, tradições) a determinadas localidades e populações, é relevante breve discussão sobre os possíveis impactos culturais do turismo de observação de baleias.

Como em qualquer atividade turística, os principais valores culturais atribuídos ao desenvolvimento do *Whale Watching* correspondem ao reconhecimento e valorização da herança, tradições e manifestações artísticas culturais, como artesanato, danças, gastronomia, língua, dentre outros; e o fortalecimento do orgulho étnico da comunidade anfitriã. Já os impactos negativos que poderiam existir correspondem à descaracterização das manifestações artísticas culturais, mudanças no comportamento das pessoas, levando ao alcoolismo, prostituição, crime, além da destruição do patrimônio histórico-cultural.

Como atividade relativamente jovem e ainda em processo de estabelecimento no mercado turístico regional, os impactos culturais atribuídos à observação de baleias na Bahia ainda são bastante sutis. Na realidade, a atividade ainda é encarada como mais uma opção turística nas localidades e, portanto, não há um foco considerável sobre o atrativo “baleia”. Desta forma, a atenção que poderia ser dada sobre a relação entre as comunidades e os animais e sua história, como fatos e crenças, são muito pouco explorados, bem como a utilização do tema nas artes e manifestações culturais. O resgate histórico da ocorrência das

baleias no litoral baiano e sua relação com a população litorânea, além de fortalecer o produto e torná-lo mais competitivo, pois agregaria mais valores e informações aos turistas, levaria à população residente a conhecer melhor a sua história, bem como o significado destes animais no passado, no presente e no futuro.

A cultura é o mediador entre a sociedade e a natureza. O conceito de recurso é um conceito iminentemente cultural e, portanto histórico. (...) O conceito de recurso não é um conceito objetivamente dado, é um conhecimento da sociedade sobre o seu meio. Se é assim, o primeiro elemento fundamental na definição de uma estratégia, é promover pesquisas de etnociência. Começar por saber o que as populações locais sabem sobre o seu meio. O problema é: saber casar o saber prático com o conhecimento (SACHS, 2000, p.9).

Neste sentido, a participação comunitária é imprescindível no processo de desenvolvimento da atividade e do turismo como um todo. As peculiaridades e autenticidade do destino ou produto turístico são definidas pela comunidade local, através do seu comportamento específico como a sua maneira de utilizar um recurso natural ou oferecer um serviço. Se em Caravelas as pessoas estão habituadas com as baleias, são familiares de ex-caçadores, os pescadores têm histórias para contar, porque não passar isto adiante? Se na Praia do Forte só há espaço para grandes empreendimentos e profissionais especializados, porque não explorar os dons artísticos locais, que utilizam os recursos endógenos, diferentes de qualquer outro lugar do mundo? Tudo depende do interesse e incentivo à participação comunitária. A educação é inevitável neste processo e na conservação dos recursos naturais e culturais.

Estamos concentrados demais nos problemas da conservação da biodiversidade e não estamos prestando atenção suficiente a diversidade cultural, a enorme riqueza das formas de aproveitamento dos recursos naturais, que diferentes culturas humanas criaram ao longo dos séculos (SACHS, 2000, p.9).

O Instituto Baleia Jubarte apresentou-se como a instituição que mais se preocupa com as questões sócio-culturais, tentando levar através da educação o maior conhecimento das comunidades sobre os seus recursos e novas formas de utilização para o seu beneficiamento. O exemplo disto verifica-se na sua participação nos programas de rádio locais, estímulo e

apoio a instituições de caráter artístico cultural (ex. Grupo Arte Manha), participação em festas tradicionais e folclóricas, organização da semana cultural das baleias, com oficinas artísticas e shows de música popular. De uma forma ou de outra, os turistas que participam da observação de baleias com empresas parceiras do IBJ, acabam colaborando para que estes eventos sejam possíveis, mesmo sem saberem.

Teoricamente, a demanda por este tipo de atividade que possui altos níveis de instrução e renda, está predisposta a maior valorização de destinos e atrativos turísticos originais e, portanto, haveria um maior interesse por atrativos que representassem a autenticidade dos lugares, como o patrimônio histórico e cultural e as próprias comunidades. Segundo Diegues (2000) a idéia de um mundo natural selvagem e intocável exerce uma força considerável entre as populações urbanas e industriais que perderam o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural, e no momento de contato com os elementos da natureza, demonstram estar dispostos a contribuir de forma mais eficaz para a conservação do meio ambiente. Portanto todos os agentes sociais envolvidos e articulados precisam tomar medidas para que haja efetivamente esta valorização e reconhecimento, pois isto significará a sustentabilidade do turismo almejada. “Tudo depende de uma mudança cultural: a população enxergar e exhibir providências concretas e corretas em prol do turismo” (PETROCHI, 2001, p.19).

9. CONCLUSÕES

O acelerado crescimento das atividades de *Whale Watching* por todo o mundo relaciona-se com a problemática da escassez dos recursos naturais. Se por um lado a caça às baleias levou a uma redução drástica nas populações animais, ela contribuiu para que se tornassem raras e só assim fossem reconhecidas e valorizadas pela sociedade capitalista. O fortalecimento dos movimentos ambientalistas, evidenciado a partir da década de 70 levou a uma nova compreensão sobre o significado de desenvolvimento, o qual passou a adquirir uma visão mais humanista e ecologicamente prudente, e não apenas economicista, estimulando a utilização dos recursos naturais de forma mais racional. O ecodesenvolvimento surge da necessidade eminente de integração da satisfação das necessidades humanas básicas à solidariedade com as gerações futuras, à conservação dos recursos naturais, à participação da população envolvida e o respeito às culturas nativas, constituindo a base dos princípios do desenvolvimento sustentável.

O novo modelo de desenvolvimento passa a atingir todos os setores da economia mundial, inclusive o turismo. O intenso processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico e dos sistemas de informação, no período pós-guerras, passam a estimular a demanda por atividades de lazer, descanso e recreação, principalmente, em ambientes próximos à natureza. O mundo inteiro se torna acessível aos viajantes e o “novo turismo” é caracterizado pela flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e por experiências turísticas mais autênticas. É neste momento que a natureza e todos os seus elementos passam a, inquestionavelmente, representar a matéria-prima do turismo, uma vez que ele passa a usar e apropriar-se dos ambientes naturais na forma de produto e/ou serviços.

Ao mesmo tempo em que o turismo trazia divisas e criava alternativas econômicas para certas localidades, o seu acelerado crescimento veio associado a inúmeros problemas ambientais e sociais, como a acumulação de riqueza, a especulação imobiliária, a segregação de espaços, a degradação do meio ambiente, a exploração de trabalho e a exclusão social (CORIOLANO, 2007). Porém, estes problemas não mais poderiam ser compatíveis com o discurso ambientalista e muito menos aceitáveis.

Tornou-se necessária a definição de um novo modelo de desenvolvimento turístico, que se propusesse a seguir "critérios ecológicos" adequados à idéia de "equilíbrio com o meio natural" e o envolvimento das populações locais (RIBEIRO e BARROS, 2000), buscando o bem estar social e a garantia da sustentabilidade, isto é, um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo. O grande desafio tornou-se a criação de estratégias turísticas que levassem ao beneficiamento das comunidades locais, não somente na dimensão econômica, mas também nas dimensões social e ambiental.

Passa-se a reconhecer que o turismo atual vai muito mais além da satisfação dos turistas, uma vez que interfere e é interferido pelos elementos externos a ele. Os modelos do sistema turístico propõem a relação entre três principais conjuntos: a organização estrutural, composta pela infra-estrutura e superestrutura; as ações operacionais, relativa ao mercado, ou seja, composta pela oferta e demanda, produção e consumo; e as relações ambientais, que representa o conjunto de fatores provenientes do ambiente externo, da sociedade, como os fatores ecológicos, sociais, econômicos e culturais (BENI, 1998). A relação harmoniosa entre todos os componentes envolvidos no sistema turístico é que levará ao beneficiamento econômico das comunidades, com a geração de renda, criação de empregos, entrada de divisas, aumento de impostos e aquecimento da atividade empresarial, bem como ao beneficiamento sócio-cultural, por sua capacidade de estimular novas relações e troca social e

ambiental, associado ao provimento de incentivos e renda necessários à manutenção dos recursos naturais.

O ecoturismo surge na década de 80 como alternativa ao desenvolvimento sustentável do turismo para inúmeras regiões periféricas, propondo a conscientização ambiental. A sua viabilidade passa a exigir dos planejadores e gestores a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos centrados em parcerias com responsabilidade e participação de todos os agentes envolvidos (MENDONÇA e IRVING, 2004).

O despertar de uma nova sensibilidade ecológica e social leva à expansão de atividades relacionadas ao ecoturismo, dentre elas o *Whale Watching*. Surgido na década de 50, ele passa a representar uma importante alternativa de uso comercial recreativo das espécies de cetáceos, tornando-se a principal ferramenta para a conservação destes animais. A importância dada a este segmento turístico ultrapassa as questões relativas ao beneficiamento econômico, social, cultural e ambiental das populações locais, atribuído a qualquer atividade turística, pois considera também a possibilidade de se trabalhar com a educação ambiental com todos os agentes envolvidos, o auxílio à pesquisa científica e a criação de maiores subsídios para a conservação das espécies.

No Brasil, a partir do estabelecimento da legislação pertinente à proteção dos cetáceos, em 1987, cria-se a oportunidade de desenvolvimento de atividades recreativas e turísticas para observação destes animais em seu ambiente natural. Atualmente diversas espécies de baleias e golfinhos têm sido utilizadas como atrativos turísticos em diferentes estados brasileiros. No estado da Bahia, o aumento da população das baleias jubarte, a reocupação de antigas áreas de ocorrência e reprodução da espécie (MARTINS, 2004; CIPOLOTTI et. al., 2005) e os investimentos estaduais e federais no setor turístico permitiram a expansão desse empreendimento.

Embora a observação das jubarte viesse ocorrendo informalmente na região do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos desde o início da década de 90, a sua formalização como atividade comercial destinada exclusivamente à contemplação destes animais ocorreu em 2001, a partir da parceria estabelecida entre o Instituto Baleia Jubarte e uma agência de turismo receptiva, na Praia do Forte. Com o reconhecimento do potencial de desenvolvimento da atividade no estado e o sucesso observado na Praia do Forte, outras localidades como, Caravelas, Prado, Salvador e Itacaré, passam a explorar formalmente este atrativo turístico.

Até o ano de 2007, foram verificadas 9 localidades em que empresas turísticas, proprietários de embarcações, ou pescadores locais oferecem passeios exclusivos à observação das jubarte. No entanto, Caravelas, Itacaré, Praia do Forte e Cumuruxatiba apresentam maior constância no oferecimento dos passeios. Pôde-se verificar que o grande crescimento da atividade ocorrera a partir de 2004, fato relacionado entre outros fatores, à expedição do IBJ, realizada na intenção de estimular e incentivar este segmento. A partir dos dados fornecidos pelas empresas turísticas parceiras do IBJ, o turismo de observação de baleias já atende cerca de 3000 turistas que vistam o litoral baiano. O sub-dimensionamento do número de turistas anuais participantes demonstra que a Praia do Forte é responsável por atender, sem dúvida, a grande maioria dos turistas. Esta pesquisa sugere que o número de turistas apresentado é sub-estimado, uma vez que não foram considerados os dados referentes à vila de Cumuruxatiba, importante neste segmento turístico, e os turistas que vistam o Parque de Abrolhos na intenção de ver baleias.

Referente à dinâmica do TOB na costa da Bahia, foi possível verificar que, de uma maneira geral, a comercialização e divulgação são realizadas por agências de turismo receptivas, enquanto a parte operacional fica sob responsabilidade dos proprietários das embarcações locadas pelas agências ou operadoras de turismo contratadas. Quando há parceria com o IBJ, as palestras informativas e educativas são ministradas por representantes

da instituição, os quais também acompanham os passeios. Em Caravelas, verificou-se que os passeios são mais longos, devido ao distanciamento dos animais em relação à costa, e mais caros, chegando a custar 160 reais por turista. A vantagem de Itacaré e da Praia do Forte é que as baleias ocorrem mais próximas à costa e, portanto, a duração e os custos do passeio são reduzidos. No entanto, devido a alta concentração das jubarte na região de Abrolhos, os passeios que partem de Caravelas apresentam maior probabilidade de encontro com os animais, verificando-se que em média são realizadas 4 aproximações a diferentes grupos de jubarte por passeio. Conseqüentemente, as chances dos turistas de presenciarem a apresentação dos comportamentos mais impressionantes da espécie, como saltos, canto, exposição da cauda, se tornam bem maiores.

Os agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade referem-se: ao Instituto Baleia Jubarte, uma organização não governamental criada com a finalidade de pesquisa e conservação da espécie; ao poder público, prefeituras e secretarias de turismo; às comunidades locais; às empresas turísticas e à demanda, ou seja, os turistas.

Foi possível verificar que a participação do poder público e das comunidades para o desenvolvimento do *Whale Watching* na costa da Bahia é muito pequena. Os municípios de Caravelas e Itacaré demonstraram uma maior participação comunitária, tendo em vista as oportunidades de empregos para os residentes criadas com a atividade. De uma maneira geral, os governos locais reconhecem o potencial do TOB para o desenvolvimento turístico local e apóiam a iniciativa, embora não demonstrem uma participação ativa nesse processo.

Até o momento, o Instituto Baleia Jubarte representa a instituição que mais colabora para o desenvolvimento sustentável deste segmento turístico. Além de introduzi-lo e incentivá-lo, ela ainda assume a responsabilidade de educação dos turistas e das populações locais, bem como o monitoramento e ordenamento da atividade.

Referente às empresas turísticas, foi possível observar que, por mais que afirmem ainda não obter a lucratividade desejada com a observação das baleias, elas acreditam no seu potencial turístico e comercial e, por isso, consideram importante a realização de investimentos. Acreditam também que a parceria com o IBJ é imprescindível para viabilidade de comercialização da observação de baleias, pois é capaz de atribuir às empresas uma imagem de responsabilidade ambiental e social.

A demanda pelo turismo de observação de baleias na costa da Bahia é caracterizada por turistas brasileiros, sendo os estrangeiros representativos apenas na Praia do Forte, composta por um público relativamente jovem, com elevado nível de instrução e de classes sociais mais privilegiadas, que viajam em família para fins recreativos e de lazer e que usufruem os bens e serviços turísticos dos locais visitados. Considerando a opinião dos turistas, as praias representam os principais atrativos embora as baleias demonstrem ter grande representatividade como atrativos naturais principalmente em Caravelas.

A observação de baleias na costa da Bahia foi bem avaliada pelos seus consumidores representados por pessoas que em sua maioria nunca tinha tido a oportunidade de ver baleias. Embora o preço do passeio tenha sido considerado justo quando realizado pela primeira vez, os turistas sugerem a redução dos gastos com a atividade numa segunda oportunidade. O turismo de observação de baleias mostrou-se importante na sensibilização das pessoas, demonstrado pela intenção dos turistas que participaram da atividade em colaborar para a conservação das jubarte do litoral baiano.

A partir da aplicação do método custo de viagem, a função da demanda estimada demonstra que a idade, a renda, o motivo e o custo de viagem são variáveis que interferem no tempo de permanência dos turistas observadores de baleias nas localidades onde realizam a atividade. Analisando as relações obtidas entre tempo de permanência e as variáveis significativas, verificou-se que o tempo despendido é maior quando os consumidores são

mais jovens e viajam por motivos de lazer e recreação. Embora importantes a renda e o custo de viagem não demonstraram ser fatores determinantes na escolha dos turistas por este tipo de atividade, verificando-se que a preferência individual dos turistas está relacionada ao bem-estar promovido pelo TOB. Os benefícios econômicos estimados para o TOB na costa da Bahia referem-se à estimativa do valor de uso das baleias atribuído pela atividade turística, estimado em R\$ 106, 71 por turista, por dia, e por meio da estimativa da receita turística média gerada pelos turistas participantes, estimada em R\$ 8.827.467,25 no ano de 2007.

De uma maneira geral, o turismo de observação de baleias na costa da Bahia representa uma atividade turística em expansão. Mesmo sendo considerada uma prática turística que requer grandes investimentos para a adequação de equipamentos e serviços e, portanto, que apresenta elevados custos, tem sido capaz de atrair cada vez mais um número maior de turistas. No entanto, de acordo com o modelo proposto por Forestell e Kaufman (1995), o seu estágio de evolução não ultrapassa a fase de competição. Verificou-se que em Caravelas a atividade encontra maiores dificuldades para se desenvolver, relacionada, principalmente, à falta de interesse e investimentos públicos para o desenvolvimento turístico local e à falta de ações coletivas em prol do turismo. Embora a região de Abrolhos apresente o maior potencial para o desenvolvimento de atividades recreativas de observação de cetáceos, se nenhuma iniciativa de planejamento turístico for tomada, o *Whale Watching* em Caravelas estará inclinado a sofrer uma estagnação precoce em seu desenvolvimento. Até o momento, a Praia do Forte foi a localidade em que a comercialização da atividade obteve maior sucesso, mas verifica-se que a sua longevidade depende da definição de estratégias de *marketing* mais pontuais e da articulação entre as empresas turísticas e o governo local, a fim de garantir maior participação comunitária no desenvolvimento turístico local, evitando assim as perdas dos benefícios econômicos e sociais advindos com turismo.

Sob a ótica do desenvolvimento sustentável do turismo e do ecoturismo, o TOB no estado da Bahia apresenta bons resultados. Considerando a dimensão econômica, os valores monetários atribuídos às baleias e à atividade como um todo se mostraram bastante significativos e, portanto, demonstram que a observação de baleias é uma atividade economicamente e comercialmente viável. Referente à dimensão ambiental, verificou-se que há o comprometimento das empresas turísticas quanto à conservação das baleias jubarte, através do respeito às leis brasileiras referentes à observação de cetáceos e o apoio a instituições de pesquisa e conservação da espécie, bem como a participação efetiva e direta dessas instituições no monitoramento da atividade, que colaboram para a garantia da prudência ecológica por todos os agentes envolvidos.

Com relação à dimensão sócio-cultural, verificou-se que o TOB, além de colaborar para a criação de alternativas de renda e emprego a diversas comunidades litorâneas, ele permite a participação de pessoas das mais diferentes faixas etárias e classes sociais, e é capaz de levar, através da educação, o maior conhecimento das comunidades sobre os seus recursos e novas formas de utilização para o seu beneficiamento.

O desenvolvimento sustentável do turismo de observação de baleias na costa da Bahia depende: da maior participação comunitária e do poder público no processo de desenvolvimento da atividade; do planejamento turístico participativo nas localidades; do estabelecimento de estratégias de divulgação mais eficazes; de investimentos no setor turístico; da qualidade dos serviços prestados; da articulação de todos os agentes envolvidos; do ordenamento e monitoramento da atividade; do respeito à legislação brasileira de proteção aos cetáceos; da continuidade dos trabalhos de pesquisa sobre os animais e da educação dos turistas, das comunidades receptoras e das empresas turísticas.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLO, A.; ENGEL, M.H.; MARTINS, C. C. A. Monitoring humpback whale (*Megaptera novaeangliae*) population in Brazilian breeding ground, 2002 to 2005. **International Whaling Comission 58th Meeting**. SC/58/SH15, 2006.
- BAHIA. SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. PDITS - Pólo Sul. Bahia, Brasil, 2004a. Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3_2.asp. Acesso em: julho de 2007.
- BAHIA. SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. PDITS- Costa das Baleias. Bahia, Brasil, 2004b. Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/prodetur/PDITS/PDITS_Costa_das_Baleias.pdf. Acesso em: julho de 2007.
- BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.
- BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.
- BOYLE, K. e BISHOP, R. Valuing wildlife in benefit-cost analyses: a case study involving endangered species. **Water Resources Research**, n. 23, p. 943-950, 1986.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília, 1994.
- BRUMATTI, P. N. M., MARTINS, C. C. de A., MORETE, M.E. O Turismo para Observação de Baleias: uma alternativa para o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Sul da Bahia. In: 7º ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO BASE LOCAL. **Anais...**, Ilhéus, 2003.
- BRUMATTI, P. N. M. **Relatório de estágio, Whale Watching, 2002 e 2004**. Instituto Baleia Jubarte. Caravelas, 2004.
- BUTLER, A. J. The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v. 24, p. 5-12, 1980.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 1994. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. 262p. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em: janeiro de 2007.

CIPOLOTTI, S. R. C., MÁS-ROSA, S., ENGEL, M. H. e MARCOVALDI, E. **The contribution of whalewatching for the acquisition of scientific data on humpback whales (*Megaptera novaeangliae*), in the northern coast of Bahia state, Brazil, and its conservation implications**. In: INTERNATIONAL WHALING COMMISSION. SC/56/WW1. 2004.

CIPOLOTTI, S. R., MORETE, M. E., BASTO, B. I., ENGEL, M. H. e MARCOVALDI, E. **Increasing of Whale Watching activities on humpback whales in Brazil: implications, monitoring and research**. In: INTERNATIONAL WHALING COMMISSION. 2005.

CLAPHAM, P.; CHILDERHOUSE, S.; GALES, N.; ROJAS, L.; TILLMAN, M.; BROWNELL, B. The whaling issue: Conservation, confusion and casuistry. **Marine Policy** doi: 10.1016/j.marpol.2006.09.004, 2006.

CONSTANTINE, R. **Effects of tourism on marine mammals in New Zealand**. Department of Conservation. Wellington, New Zealand. 1999.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPERD, R. **Turismo Princípios e Prática**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORBELLI, C. **An evaluation of the impact of commercial Whale Watching on Humpback whales, *Megaptera novaeangliae*, in Newfoundland and Labrador, and of the effectiveness of a voluntary code of conduct as a management strategy**. Tese (Doutorado) - Departamento de Biologia, Universidade de Newfoundland, Inglaterra, UK. 2006.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo e meio ambiente: Interfaces e Perspectivas. In: _____. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: UECE, 2007.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DEDINA, S.; YOUNG, E. Local People and Gray Whale Tourism in Baja Califórnia Sur, México. **Journal of The American Cetacean Society - Whale Watcher**, v.29, n.2, p.8-13, 1995.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2001.

DIAMANTIS, D. e LADKING, A. The links between sustainable tourism and ecotourism: a definitional and operational perspective. **The Journal of Tourism Studies**. v. 10, n. 2, 1999.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens à Natureza**. 3º ed. Campinas: Papirus, 2000.

DUTRA, G.; FONSECA, G.; OLIVEIRA, H. DE; PINTO, L.P.; WERNER, T. **Projeto Abrolhos 2000: diagnóstico ambiental, sócio-econômico e institucional**. Caravelas, BA. 1997.

EGAS, W. **Whale Watching in Europe: aspects of sustainability**. EUCC – the Coastal Union. University of Amsterdam. Leiden, 2002.

ENGEL, M. H. Comportamento reprodutivo da baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) em Abrolhos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ETOLOGIA, 14 **Anais...**, Uberlândia: *s.n.*, 1996. p. 275-284.

FERNANDES, I. P. e COELHO, M. F. **Economia do Turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FIGUEIREDO, L. A. V. de Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FINCO, M. V. A. **Valoração econômica de zonas costeiras: o método de valoração contingente aplicado ao litoral de Rio Grande do Sul**. 2001. Disponível em: http://ich.ufpel.edu.br/economia/professores/xavier/MVC_Costa_RS_Finco.pdf. Acesso em: dezembro de 2006.

FINCO, M. V. A.; ADBDALLAH, P. R. **Valoração econômica de áreas litorâneas: uma aplicação do método do custo de viagem ao litoral gaúcho**, 2001. Disponível em: www2.furg.br/depto/dceac/ceema/marcusart.pdf. Acesso em: dezembro de 2006.

FINDLAY, K. P. A review of humpback whale catches by modern whaling operations in the Southern Hemisphere. **Memoirs of the Queensland Museum**, v. 47, n. 2, p. 411-420, 2001.

FORESTELL, P. Ensuring scientific proposals for rules are practicable. In: WORKSHOP ON SCIENTIFIC ASPECTS OF MANAGING WHALE WATCHING. **Report...** MWW/95/46. Monte Castelo de Viblo, Itália.. 1995.

FORESTELL, P. H., KAUFMAN, G. D. **Development of Whale Watching in Maui, Hawaii and its application as a model for growth and development of the industry elsewhere**. Pacific Whale Foundation, Hawaii, USA, 1995.

FREITAS, A. C., KINAS, P.G., MARTINS, C.C.A. & ENGEL, M.H. Population estimate for humpback whales from Abrolhos Bank, Brazil wintering ground in the southwestern Atlantic Ocean. **Journal of Cetacean Research and Management**, v.6, n.3, p.225-230, 2004.

GAMBELL, R. How whales survive. In: CALDER N. (Ed.) **Nature in the Round**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1973.

GAUDENZI, P. R. D. BAHIA. In: MAGALHÃES, G. W. de (Org.). **Pólos de Ecoturismo: Brasil**. São Paulo: Terragraph, 2001.

GEERTZ, C. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito do homem. In: _____. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GODFREY, D.; HORWICH, R. H.; MURRAY, D.; SAQUI, E.; LYON, J. O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: o caso de Belize. In: HAWKINS, K. e LINDBERG, D. E. (Orgs.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3 ° ed. São Paulo: SENAC, 2001.

HOYT, E. Whale Watching Takes Off. **Journal of The American Cetacean Society - Whale Watcher**, v.29, n.2, p.3-7, 1995.

_____. **Whale Watching 2001: Worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits**. International Fund for Animal Welfare. Yarmouth Port, MA, USA. 2001.

_____. Sustainable ecotourism on atlantic islands, with especial reference to Whale Watching, marine protect areas and sanctuaries for cetaceans. **Biology and environment: proceedings of the Royal Irish Academy**, v. 105B, n. 3, p. 141-154. 2005.

IBAMA. **Mamíferos Aquáticos do Brasil: plano de ação, versão dois**. 2° ed. Brasília: IBAMA, 2001.

IBJ. **Apostila dos estagiários**. Instituto Baleia Jubarte, Caravelas, BA. 2004.

_____. **Relatório Técnico Whale Watching 2007**. Instituto Baleia Jubarte, Caravelas, BA. 2007.

IFAW. Socioeconomic aspects of whale watching. In: WORKSHOP ON THE SOCIOECONOMIC ASPECTS OF WHALE WATCHING. **Report...** Kaikoura, New Zealand, 1997.

LAGE, B. e MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. Campinas: Papirus, 2001.

LEIS, H. R. e D'MATO, J.L. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 1994. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em: janeiro de 2007.

LEIS, H. **A modernidade insustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LEME, F. B. M. **Represas como territórios, lugares e paisagens: subsidio para o planejamento turístico sustentável**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado de Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

- LEONARDI, M. L. A. A sociedade global e a questão ambiental. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 1994. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em: janeiro de 2007.
- LIEN, J. The conservation basis for the regulation of Whale Watching in Canada by the Department of Fisheries and Oceans: precautionary approach. **Canadian Technical Report Fisheries and Aquatic Sciences**, v.2363:vi + 38p, 2001.
- LIMA, T. S. Para uma teoria etnográfica da distinção na natureza e cultura na cosmologia Juruna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 40, n.14, p. 43-52, junho, 1999.
- LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros (Bahia). **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, v. XI, n 245 (40), agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-245.htm>.
- LINDBERG, K. e HUBER Jr., R. M. Questões econômicas na gestão do turismo. In: HAWKINS, K. e LINDBERG, D. E. (Orgs.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3 ° edição. São Paulo, SP: SENAC, 2001.
- LODI, L. Uma história da caça à baleia. **Ciência Hoje**, v.14, n.81, p.78-83,1992.
- LOOMIS, J., YORIZANE, S., LARSON, D. Testing significance of multi-destination and multi-purpose trip effects in a travel cost method demand model for whale-watching trips. **Agricultural and Resource Economics Review**, v. 29, p. 183-91, 2000.
- MAIA, A. G. **Valoração de Recursos Naturais**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- MARTINS, C. C. A.; MORETE, M. E.; ENGEL, M. H.; FREITAS, A. C.; SECCHI, E. R. e KINAS, P. G. Aspects and Habitat Use Patterns of Humpback Whales in the Abrolhos Bank, Brazil, Breeding Ground. **Memoirs of the Queensland Museum**, v. 47(2), p. 563-570, 2001.
- MARTINS, C.C.A. **O uso do sistema de informações geográficas como ferramenta na identificação de áreas prioritárias para a conservação da população de baleia jubarte, *Megaptera novaeangliae*, em seu sítio reprodutivo na costa leste do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- MÁS-ROSA, S., BARACHO, C. G., MARCOVALDI, E., ENGEL, M. H. Dados preliminares sobre a reocupação de uma antiga área de reprodução de baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) no litoral norte do estado da Bahia, Brasil. In: 9ª Reunião de Trabalho de Especialistas em Mamíferos Aquáticos da América do Sul e 1º Congresso da Sociedade Latino Americana de Especialistas em Mamíferos Aquáticos. **Resumos...** Viña Del Mar, Chile, 2002.
- MATOS, E. M. de. **Turismo de observação de fauna silvestre**. Trabalho de conclusão de curso em Turismo - Pós-Graduação em Ecoturismo, Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria, São Paulo: SENAC, 2003.

MENDES A. D. Envolvimento & Desenvolvimento: Introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 1994. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. 262p. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf> Acesso em: janeiro de 2007.

MENDONÇA, T. C. de M. e IRVING, M. de A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo (IVT)**, n. 14, 2004. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/14/mendonca/mendonca1.htm>. Acessado em julho de 2006.

MIKHAILOVA, I. Valorando o capital natural e os serviços ecológicos de unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Rio Doce-MG, Sudeste do Brasil. In: **CEDEPLAR**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20230.pdf>. Acesso em maio de 2008.

MORETE, M. E., FREITAS, A. C., ENGEL, M. H. and GLOCK, L. **Tourism characterization and preliminary analyses of whale watching on humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) around Abrolhos Archipelago, Southeastern Bahia, Brazil**. In: INTERNATIONAL WHALING COMMISSION, 52° Meeting, SC/52/WW6, 2000.

MORETE, M. E. **Caracterização temporal da estrutura de grupos e comportamento de baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) na área de reprodução do Arquipélago dos Abrolhos (Bahia, Brasil)**. Tese (Doutorado em Ecologia) - Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998.

NOIA, A., ARAUJO, G.; BRUMATTI, P. Análise Conceitual sobre turismo sustentável: um enfoque sobre o ecoturismo. **Revista OLAM**, v. 06, n. 02, p. 45-58, dezembro, 2006.

NUERNBERG, A. H. e ZANELLA, A. V. A relação natureza e cultura: o debate antropológico e as contribuições de Vygotski. **Interação em Psicologia**, v.7, n.2, p. 81-89, 2003.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos econômicos e sócioambientais gerados pela atividade turística no município de Itacaré, BA**. In: IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

OMT. **National and Regional Tourism Planning**. London: Thompson, 1997.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: ROCA, 2001.

_____. **Turismo Internacional: uma perspectiva global**. 2° ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORAMS, M. B. **The economic benefits of Whale Watching in Vava'u, the kingdom of Tonga**. Centre for Tourism Reserch, Massey University at Albany, New Zealand, 1999.

ORTIZ, R. A. Valoração Econômica Ambiental. In: MAY, P. H., LUSTOSA, M. C., VINHA, V.da. (Orgs.). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PACHECO de GODOY, M.L.M.; COLLINS, T.; ERSTS, P.; ENGEL, M.H. and ROSENBAUM, H.C. **Preliminary photographic comparisons of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) from two South Atlantic wintering grounds**. In: 56th MEETING OF THE INTERNATIONAL WHALING COMMISSION, Scientific Committee SC/56/SH8. 2004.

PEARCE, D. W. **Economic Values and the Natural World**. London: The MIT Press, 1993.

PEARCE, D. W. e TURNER, R. K. **Economics of natural resources and the environment**. Baltimore: Jonh Hopkins Press, 1990.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PEREIRA, P. F. S.; CAMPOS, E. M. G. **Valorando o ecoturismo e as atividades recreacionais da Área de Proteção Ambiental Serra de São José (MG): uma aplicação do método custo de viagem e da valoração contingente**. In: XII SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A081.pdf. Acesso em: março de 2008.

PETROCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. 5° ed. São Paulo: Futura, 2001.

REEVES, R. R.; SMITH, B. D.; BRIAN, D.; CRESPO, E. A. **Dolphins, Whales and Porpoises: 2002-2010 conservation act plan for the world's cetaceans**. IUCN- SSC Cetacean Specialist Group. IUCN, Gland, Switzerland e Cambrigde, UK. 2003.

REJOWSKI, M., YASOSHIMA, J. R., STIGLIANO, B. V. e SILVEIRA, A. S. **Desenvolvimento do turismo moderno**. In: REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RESENDE, L. A. **A Construção de Produtos Turísticos com Base Local: uma reflexão sobre o marketing societal no turismo brasileiro a luz da comunidade de Canavieiras-BA**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), Mestrado de Cultura e Turismo Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

RIBEIRO, G. L. e BARROS, F. L. de. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Viagens à Natureza**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ROE, D.; WILLIAMS, N. L.; CLAYTON, B. D. **Take only photographs, leave only**

footprints: the environmental impacts of wildlife tourism. London: The International Institute for Environment and Development, 1997.

ROHDE, G. M. Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 1994. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. 262p. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf> Acesso em: janeiro de 2007.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia da sustentabilidade. In: MAY, P. H., LUSTOSA, M. C., VINHA, V.da. (Orgs.). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** 7º ed. Campinas: Papyrus, 2001.

SACHS, I. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Mundo & Vida**, v. 2, n.1, p.7-13, 2000.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é “objeto” em via de extinção. **MANA**, v. 3, n.1. p. 41-73, 1997.

SAMPLES, K.C., DIXON, J. A., GOWEN, M.M. Information disclosure and endangered species valuation. **Land Economics**, v. 62, p. 306-312. 1986.

SEABRA, L. Monitoramento participativo do turismo desejável: uma proposta metodológica preliminar. In: MARINHO, A., BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Natureza.** Barueri: Manole, 2003.

SEBOLD, S. e SILVA, A. D. da Uma aplicação do método dos custos de viagem para a valoração de um parque ambiental. **Revista Produção on line**, v.4, n. 3, p. 1- 15, 2004. Disponível em: www.producaoonline.inf.br. Acesso em: dezembro de 2007.

SEKIGUCHI, C., PIRES, E. L. S. Agenda para uma Economia Política da Sustentabilidade: Potencialidades e Limites para o seu Desenvolvimento no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** 1994. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. 262p. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em: janeiro de 2007.

SOUZA, A. P. A. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia.** Dissertação (Mestrado de Cultura e Turismo) - Mestrado de Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

SOUZA, T. M. M. de e BRAGA, T. M. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano VII, v. 12, 2005.

STAHEL A. W. Capitalismo e Entropia: Os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** 1994. INPSO/FUNDAJ, Instituto de

Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994.262p. Disponível em:
<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf> Acesso em: janeiro de 2007.

STORI, F. T. **Pescadores e turistas em uma área marinha protegida: uma contribuição ao planejamento da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, Bahia – Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

TRIGO, L. G.G. **Turismo Básico.** 2º ed. São Paulo, SP: SENAC, 1998.

VASQUES, C. **Itacaré.** HVS International, Instituto de Turismo: São Paulo, 2005.
Disponível em: <http://www.hotelinvest.com.br/upload/files/iti.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2008.

VEYNE, P. **Como se escreve a história.** 4º ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

WOODS-BALLARD, A.J.; PARSONS, E.C.M.; HUGHES, A.J.; VELANDER, K.A.; LADLE, R.J. e WARBURTON, C. A. The Sustainability of Whale-watching in Scotland. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 11, n. 1, p. 40-55, 2003.

WWF. **Certificação em Turismo: lições mundiais e recomendações para o Brasil.** SALAZAR, S. (Coord.) Brasília, DF. 2001.

_____. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** MITRAUD, S. (Org.). Brasília, 2003.

ANEXO I (QUESTIONÁRIOS AOS TURISTAS)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado Senhor (a):

Acreditando na importância do turismo de observação de baleias como ferramenta de conservação destes animais e seu ambiente natural, podendo contribuir para o crescimento econômico, geração de empregos e renda para as comunidades locais, o (a) convidamos a participar, como voluntário, desta pesquisa a qual pretende levantar informações sobre o perfil, as motivações e a satisfação dos turistas e agências de turismo envolvidas com a observação de baleias. No caso, de aceitar fazer parte da mesma, você responderá a um questionário ou a uma entrevista.

Sua participação será de grande importância para contribuir com o incentivo e o desenvolvimento sustentável da atividade de observação de baleias. Você terá liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão e, se, desejar desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalidade.

Como responsável por este estudo, ressalto que tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados confidenciais, bem como de indenizá-lo, caso você sofra algum prejuízo físico ou moral por causa do mesmo.

Assim, se está claro para o senhor (a) a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peço que responda as questões, sendo que não haverá nenhum tipo de identificação pessoal.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração,

Paula Normandia Moreira Brumatti

Pesquisador Responsável

Contato: paulanmb@yahoo.com.br

Local e data: _____, ____/____/____.

Ass: _____



Turismo de Observação de Cetáceos: Observando a Vida!!!
Sua participação é a principal ferramenta para a conservação,
colabore com sua informação:

01- Em que local o Sr(a). reside?

Cidade: _____ Estado: _____ País: _____

02- Sexo do entrevistado: A-() Masculino B-() Feminino

03- Qual a sua idade? A-() 15 a 21 B-() 21 a 30 C-() 31 a 40 D-() 41 a 50 E-() 51 a 60 F-() acima de 60

04- Grau de escolaridade:

A-() 1º Grau incompleto C-() 2º Grau incompleto E-() Superior incompleto
 B-() 1º Grau completo D-() 2º Grau completo F-() Superior completo

05- Qual a sua ocupação principal? _____

06- Qual sua renda mensal (salários mínimos sm)? A-() até 2 salários mínimos B-() de 2 a 4
 C-() de 4 a 6 D-() de 6 a 8
 E-() de 8 a 10 F-() acima de 10

07- Em que cidade está hospedado para fazer este passeio? _____

08- Quantos dias pretende permanecer na cidade em que está hospedado? _____

09- Como viaja?

A-() Sozinho

B-() Em família N° de pessoas na família: ____ Adultos ____ Crianças

C-() Com amigos

D- Viagem organizada pôr: 1-() Agência de viagem- Qual? _____
 2-() Própria pessoa 3-() Algum conhecido 4-Outros: _____

10- Quanto o Sr(a). gastou ou pretende gastar (estimativa em R\$) nesta viagem entre:

Hospedagem (diária): _____ Alimentação (por dia): _____ Souvenirs: _____
 Transporte (incluir aéreo) : _____ Passeios : _____ Outros (por dia): _____

11- Qual o principal motivo desta viagem?

A-() Trabalho / Negócios B-() Visita a parentes/amigos C-() Turismo / Lazer
 D-() Observar baleias E-() Estudos e Pesquisas F- Outros: _____

12- Antes da viagem, aonde o Sr(a) se lembra de ter visto ou ouvido alguma coisa sobre as Baleias nessa região?

A-() Jornal, Revista B-() Rádio, TV C-() Amigos F-() Outros: _____
 D-() Guia de turismo E-() Agência de viagem G-() Não tinha conhecimento

13- Quanto o Sr(a). gastou no passeio de observação das baleias?

A- Saída de barco: _____

B- Alimentação: _____

C- Souvenirs: _____

E- Outros: _____

14- Já tinha feito observação de baleias anteriormente? () Não
 () Sim n de vezes _____ lugar _____

15- Voltaria em outra oportunidade? () Sim () Não

16- Se tivesse oportunidade, quanto estaria disposto a pagar para observar baleias novamente?

() nada () de 0 a 30 reais () de 30 a 60 reais () de 60 a 90 reais () de 90 a 120 reais () acima de 120

17- O Sr. (a) já contribuiu de alguma forma para a conservação ambiental?

() Não () Sim, De que forma? _____

18 - Se houvesse oportunidade, o Sr. (a) estaria disposto a contribuir para a conservação das baleias?

() Não () Sim, De que forma? _____

19- Qual (is) atrativo(s) achou mais interessante nesta região? Por favor, indique seu favorito!

A-() Arquipélago de Abrolhos C-() Manifestações culturais E-() Patrimônio histórico
 B-() Baleias D-() Bens e serviços turísticos F-() Manguezal
 G-() Praias H-() Comunidade local Outros: _____

20- Costuma visitar este local?

A-() 1ª vez B-() 2ª vez C-() Mais de 2 vezes
 D-() Mensalmente E-() Anualmente

21- Qual o meio de transporte utilizado na viagem?

A-() Carro de passeio próprio C-() Avião E-() Ônibus de linha regular
 B-() Carro de passeio locado D-() Ônibus fretado F-() Outros: _____

22- Qual o meio de hospedagem utilizado quando permanece neste município?

A-() Hotel C-() Camping E-() Outros: _____
 B-() Pousada D-() Casa de parentes e amigos

23- Você costuma tomar as refeições em:

A-() Restaurantes C-() Bar/Lanchonetes/Similares
 B-() No próprio local onde está alojado D-() Não utiliza estes lugares

24- Pontue os itens abaixo relacionados ao serviço utilizado, de acordo com o grau de satisfação apresentada (de 0 a 5).

Qualidade da operadora	0	1	2	3	4	5
Qualidade da tripulação	0	1	2	3	4	5
Qualidade do guia de turismo	0	1	2	3	4	5
Preço	0	1	2	3	4	5
Segurança oferecida	0	1	2	3	4	5
Pontualidade	0	1	2	3	4	5
Duração do passeio	0	1	2	3	4	5
Satisfação as suas expectativas	0	1	2	3	4	5
Conduta da embarcação segundo as normas de aproximação de baleias	0	1	2	3	4	5
Explicações do biólogo	0	1	2	3	4	5

0 = Péssimo
 1 = Ruim
 2 = Regular
 3 = Bom
 4 = Muito bom
 5 = Excelente

Comentários e Sugestões:

Muito Obrigado pela sua colaboração!!!

FREELY-GIVEN INFORMED CONSENT FOR PARTICIPATION

Dear Mr. (s),

We believe Whale Watching represents an important tool for conservation of these animals and its natural habitat and also contributes to economical increasing development, providing jobs and revenue for the local communities. So, we invite you to participate as a volunteer in this research, which intends to get some more information about the tourist's and travel agent's profiles, their motivations and satisfactions involved on this activity. If you agree to participate, you will be requested to answer the questions attached.

Your participation in this research will be very important, since its results are expected to help and encourage the sustainable development of Whale Watching. If there is any question you may have about any item on this questionnaire or any other aspect of this research, please feel free to ask us at anytime. Besides, if you do not wish to answer any specific question, you are under no obligation to do so.

As responsible for this research, I guarantee that all responses will be kept strictly confidential, and if there is any physical or moral damage you will be indemnified.

So, if you understood the purpose of this research and wish to collaborate, please sign this document and answer the questions attached. Your identity will not be recorded as part of this research.

We are sincerely thankful for your time and willingness in answering these questions.

Paula Normandia Moreira Brumatti

Responsible Research

Contact: paulanmb@yahoo.com.br

Local and date: _____, ____/____/_____.

Signature: _____



Whale watching: watching life!!!
Your collaboration is important to the whale protection and conservation!!!

- 01- Where are you from? _____
 Country
- 02- Please indicate your gender. A-() Man B-() Woman
- 03- How old are you? A-() 15 a 21 B-() 21 a 30 C-() 31 a 40 D-() 41 a 50 E-() 51 a 60 F-() over 60
- 04- Please indicate your highest level of educational qualification.
 A-() Elementary school B-() High school C-() College degree
 D-() University undergraduate degree E-() University graduate degree Other: _____
- 05- What is your occupation? _____
- 06- Please give an estimate of your annual income (please state the currency): _____
 A-() under 15,000 B-() from 15,000 to 25,000 C-() from 25,000 to 35,000
 D-() from 35,000 to 45,000 E-() from 45,000 to 55,000 F-() above 55,000
- 07- In which city are you staying? _____
- 08- How long do you intend to stay in this city? _____ days
- 09- Are you travelling:
 A-() Alone
 B-() With family Number of people in your family: ____ adults ____ children
 C-() With friends
 D- Who has arranged this trip: 1-() Travel agency – From which country? _____
 2-() Yourself 3-() A friend 4-() Others: _____
- 10- For your stay in this city can you please give an estimate of amount that you have/will spent per day on each of the following items (in reais)?
 Accommodation (per day): _____ Food (per day): _____ Attractions: _____
 Transport (including aircraft): _____ Souvenirs: _____ Other items: _____
- 11- Why did you come to this city?
 A-() To work / job C-() Tourism D-() Whale watching
 B-() Visit friends / relatives E-() Studies / Research F-() Others: _____
- 12- Before coming, did you know about the Whales that come to this region? Where did you hear about it?
 A-() Journal, Magazine B-() Radio, TV C-() Friends F-() _____
 Others: _____
 D-() Tourist handbook E-() Travel agency G-() Never heard before
- 13- Please, how much did you expect to spend in this trip for Whale watching?
 Whale watch fare: _____
 Food: _____
 Souvenirs: _____
 Other: _____
- 14- Was this your first whale watching experience? () No Number of times _____ Place _____
 () Yes
- 15- Would you come back in another opportunity? A-() Yes B-() No
- 16- If there is an opportunity, how much would you willing to spend for Whale Watching again (in R\$)?
 () nothing () from 0-30 reais () from 30-60 reais () from 60-90 () from 60-90 () from 90-120 () above 120

17-Do you contribute for environmental conservation?

No Yes How? _____

18-If there was an opportunity, would you contribute for the whale's conservation?

No Yes How? _____

19- Please, indicate the tourism attractive (s) you most like in this region:

A- Abrolhos' Arquipelago C- Cultural events E- Historical heritage
 B- Whales D- Equipments and tourism service F- Mangroves
 G- Beach H- Local community Other: _____

20-How many times have you been in this city?

A- First time B- Second time C- More than twice

21- Are you travelling by:

A- Your own car C- Plane D- Regular Bus
 B- A rent car F- Other:

22- Where are you staying at?

A- Hotel C- Camping E- Other: _____
 B- Pousada D- Friends or family's house

23- Where do you have your meal?

A- Restaurants C- Snack bar, Bar
 B- At the hotel D- Other: _____

24- What did you think according to your expectation? (points from 0 to 5)

Quality of Travel operator	0	1	2	3	4	5
Quality of Crew service	0	1	2	3	4	5
Quality of the tourist guide	0	1	2	3	4	5
Price	0	1	2	3	4	5
Security offered	0	1	2	3	4	5
Punctuality	0	1	2	3	4	5
Length of the trip	0	1	2	3	4	5
Your satisfaction	0	1	2	3	4	5
Responsibility to the whale watching rules	0	1	2	3	4	5
Biologist explanations	0	1	2	3	4	5

0 = Awful
 1 = Bad
 2 = Regular
 3 = Good
 4 = Very good
 5 = Excellent

Any suggestion or comments:

Thank you very much for your collaboration!!!

Data: / / 07

Interviewer:

Place:

ANEXO II (QUESTIONÁRIOS ÀS EMPRESAS TURÍSTICAS)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado Senhor (a):

Acreditando na importância do turismo de observação de baleias como ferramenta de conservação destes animais e seu ambiente natural, podendo contribuir para o crescimento econômico, geração de empregos e renda para as comunidades locais, o (a) convidamos a participar, como voluntário, desta pesquisa a qual pretende levantar informações sobre o perfil, as motivações e a satisfação dos turistas e agências de turismo envolvidas com a observação de baleias. No caso, de aceitar fazer parte da mesma, você responderá a um questionário ou a uma entrevista.

Sua participação será de grande importância para contribuir com o incentivo e o desenvolvimento sustentável da atividade de observação de baleias. Você terá liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão e, se, desejar desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalidade.

Como responsável por este estudo, ressalto que tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados confidenciais, bem como de indenizá-lo, caso você sofra algum prejuízo físico ou moral por causa do mesmo.

Assim, se está claro para o senhor (a) a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peço que responda as questões, sendo que não haverá nenhum tipo de identificação pessoal.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração,

Paula Normandia Moreira Brumatti

Pesquisador Responsável

Contato: paulanmb@yahoo.com.br

Local e data: _____, ____/____/_____.

Ass: _____

- Ressaltamos que as informações sobre sua empresa ou organização serão confidenciais.
- Se não tiver certeza de suas respostas, por favor indique uma estimativa ou deixe o espaço em branco.

Nome do entrevistado:

Cargo:

Dados de sua empresa ou organização:

Tipo de prestadora de serviços turísticos (agência, operadora...):

Nome da operadora / organização:

Cidade:

Email:

Telefone:

Website:

01 – Desde quando sua empresa / organização trabalha com turismo nesta localidade?

02 – Quais os passeios ou atividades turísticas sua empresa oferece? Por favor, indique quais os períodos em que são oferecidas.

Atividade	Período

03 – Qual o número de funcionários fixos de sua empresa?

04 – Quantos funcionários trabalham diretamente com o Turismo de observação de baleias? Se houver, quantos deles são contratados apenas na temporada de baleias?

05- Quantos funcionários pertencem à comunidade local onde sua empresa opera?

06 – Desde quando sua empresa / organização oferece o turismo de observação de baleias?

07 – Por favor, indique ou estime o número de saídas de observação de baleias e o número de turistas ao longo dos anos de operação:

Ano	Número de saídas	Número de turistas

08 – Na sua empresa, qual (is) o(s) mês(es) em que há mais saídas e turistas para a observação de baleias?

09 – Qual o valor pago pelos turistas para observar baleias com sua empresa, ao longo destes anos ?

ANO 200_ :

ANO 200_ :

10 – Por favor, descreva sucintamente como procede uma saída de observação de baleias com a sua empresa, indicando: tipo e capacidade da embarcação utilizada e os diferentes serviços oferecidos.

11 – Os equipamentos e suprimentos (óleo, alimento, bebidas, produtos de limpeza...) para as operações são adquiridos / comprados na própria cidade em que sua empresa opera? Se não, onde?

12 – Na sua opinião, qual o maior atrativo turístico de sua localidade, durante e fora da temporada de baleias? Qual o passeio é mais vendido e apresenta um maior retorno?

13 – Como a conservação das baleias jubarte é vista pelo (a) senhor (a) e pela sua empresa / organização? Qual a sua importância?

- Caso sua empresa / organização queira ter conhecimento dos resultados desta pesquisa, por favor indique abaixo o melhor contato.

Muito obrigada pela sua colaboração!!!

ANEXO III (ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS EMPRESAS TURÍSTICAS)

- 1) Quando e como surgiu a idéia de oferecer passeios turísticos para observação de baleias em sua empresa?
- 2) Como ele é oferecido na sua empresa? Como é o passeio? Qual o seu objetivo?
- 3) Quais suas expectativas quanto a esta atividade de observação de baleias? Tem trazido bons resultados? Acredita que seus turistas ficam satisfeitos?
- 4) Quais os fatores positivos (êxitos) e negativos (dificuldades) desta atividade para sua empresa? Acredita ser uma atividade com potencial?
- 5) Como é sua estratégia de venda? Poderia ser melhorada? Em que sentido? Como é feita a sua divulgação?
- 6) Considera esta atividade financeiramente viável e rentável a sua empresa? Qual sua expectativa em relação a isto?
- 7) Atualmente qual a porcentagem ou margem de lucro e de custo de uma viagem na sua empresa? Como é distribuído?
- 8) Existe alguma forma de apoio do poder público no desenvolvimento desta atividade? Qual? E em relação a iniciativa privada, quem são os parceiros?
- 9) Acredita que há concorrência neste mercado? Quais os principais concorrentes? Qual o diferencial de sua empresa?
- 10) Sua empresa apóia a conservação de baleias? De que forma?
- 11) Alguma consideração final sobre o turismo de observação de baleias? (dificuldades, sucessos, intenções, objetivos da empresa, comentários).

ANEXO IV (PORTARIA DO IBAMA PARA OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS)
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA
AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 117, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996
(Alterada pela Portaria nº 24, de 8 de fevereiro de 2002)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições²⁶ previstas no artigo 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, e pelo artigo 83, inciso XIV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e o que consta do processo nº 02001.4424/90-25;

- considerando a necessidade de reformulação da Portaria nº 2306, de 22 de novembro de 1990, que define normas para evitar o molestamento intencional de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras, de forma a possibilitar sua aplicação a toda espécie de cetáceo;
- considerando a existência de diversas espécies de cetáceos que ocorrem regularmente no interior de Unidades de Conservação que permitem o acesso público e a necessidade de garantir sua adequada proteção contra o molestamento intencional;
- considerando o crescente desenvolvimento do turismo voltado para a observação de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras e a necessidade de seu ordenamento, de forma a garantir a adequação desta observação às necessidades de conservação desses animais; resolve:

Art. 1º - Fica definido o presente regulamento visando prevenir e coibir o molestamento intencional de cetáceos encontrados em águas jurisdicionais brasileiras, de acordo com a Lei nº 7643, de 18 de dezembro de 1987.

Art. 2º - É vedado a embarcações que operem em águas jurisdicionais brasileiras:

- a) aproximar-se de qualquer espécie de baleia (cetáceos da Ordem **Mysticeti**; cachalote **Physeter macrocephalus**, e orca **Orcinus orca**) com motor engrenado a menos de 100m (cem metros) de distância do animal mais próximo, devendo o motor ser obrigatoriamente mantido em neutro, quando se tratar de baleia jubarte **Megaptera novaeangliae**, e desligado ou mantido em neutro, para as demais espécies;
- b) reengrenar ou religar o motor para afastar-se do grupo antes de avistar claramente a(s) baleia(s) na superfície a uma distância de, no mínimo, de 50m (cinquenta metros) da embarcação;
- c) perseguir, com motor ligado, qualquer baleia por mais de 30 (trinta) minutos, ainda que respeitadas as distâncias supra estipuladas;
- d) interromper o curso de deslocamento de cetáceo(s) de qualquer espécie ou tentar alterar ou dirigir esse curso;
- e) penetrar intencionalmente em grupos de cetáceos de qualquer espécie, dividindo-o ou dispersando-o;
- f) produzir ruídos excessivos, tais como música, percussão de qualquer tipo, ou outros, além daqueles gerados pela operação normal da embarcação, a menos de 300m (trezentos metros) de qualquer cetáceo;

²⁶ As atribuições do Presidente do IBAMA são atualmente regidas pelo Decreto nº 3833, de 5 de junho de 2001.

- g) despejar qualquer tipo de detrito, substância ou material a menos de 500m (quinhentos metros) de qualquer cetáceo, observadas as demais proibições de despejos de poluentes previstas em Lei;
- h) aproximar-se de indivíduo ou grupo de baleias que já esteja submetido à aproximação de, no mesmo momento, de pelo menos, duas outras embarcações.

Art. 3º - É vedada a prática de mergulho ou natação, com ou sem o auxílio de equipamentos, a uma distância inferior a 50m (cinquenta metros) de baleia de qualquer espécie.

Art. 4º - Quando da operação de embarcações de turismo comercial no interior de Unidades de Conservação, nas quais ocorram regularmente a presença de cetáceos, caberá à Unidade em questão determinar:

- a) o cadastramento das embarcações que operem regularmente na Unidade de Conservação, devendo constar o seu registro competente junto ao Ministério da Marinha, nome, tamanho, tipo de propulsão e lotação de passageiros da embarcação, bem como qualificação e endereço de seu responsável ou responsáveis;
- b) o número máximo de embarcações cuja operação simultânea seja permitida no interior da Unidade de Conservação;
- c) quando da existência de áreas de concentração ou uso regular por cetáceos, a(s) rota(s) e velocidade(s) para trânsito de tais embarcações no interior e/ou na proximidade de tais áreas.

Art. 5º - Para a operação de embarcações de turismo comercial no interior de Unidades de Conservação nas quais ocorrem regularmente a presença de cetáceos, é obrigatória a provisão, em caráter permanente, de informações interpretativas sobre tais animais e suas necessidades de conservação, aos turistas transportados até aquelas Unidades.

Art. 6º - Para efeito do disposto nesta Portaria, considera-se embarcação de turismo comercial aquela que transporta passageiros com finalidade turística, mediante pagamento.

Art. 7º - É proibida a aproximação de quaisquer aeronaves a cetáceos em altitude inferior a 100m (cem metros) sobre o nível do mar.

Art. 8º - O IBAMA, ouvido o Grupo de Trabalho Especial de Mamíferos Aquáticos, instituído pela Portaria nº 2097, de 20 de dezembro de 1994, poderá permitir, em caráter excepcional e restrito a aproximação de embarcações e aeronaves a cetáceos em condições distintas das estabelecidas nos art. 2º, 3º e 7º, exclusivamente para finalidades científicas.

Art. 9º - Os infratores das normas estabelecidas nesta Portaria estarão sujeitos às penalidades determinadas pela Lei nº 7643, de 18 de dezembro de 1987, e demais normas legais vigentes.

Art. 10 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 2306, de 22 de novembro de 1990.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS

Presidente

(Publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 1996, emendada pela Portaria nº 24/2002, assinada pelo então presidente do IBAMA, Sr. HAMILTON NOBRE CASARA, e publicada no DOU 13 de fevereiro de 2002.